



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO (CEPAE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA (PPGEEB)

MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação

Física: desafios e possibilidades

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA

3. Título do trabalho

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: desafios e possibilidades

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Alcir Horácio Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 04/08/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA, Discente**, em 04/08/2022, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3091845** e o código CRC **642302C5**.

Referência: Processo nº 23070.021567/2022-13 SEI nº 3091845 1 of 1 04/08/2022 17:32

SEI/UFG - 3091845 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)
https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web...

MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação

Física: desafios e possibilidades

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica
Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento

Orientador (a): Prof. Dr. Alcir Horácio da Silva

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Honda, Michele Cristina Figueiredo de Souza
A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: [manuscrito] : desafios e possibilidades / Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda. - 2022.
120 f.

Orientador: Prof. Dr. Alcir Horácio da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2022.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação Física. Inclusão. Desafios. Possibilidades.. I. Silva, Alcir Horácio da, orient. II. Título.

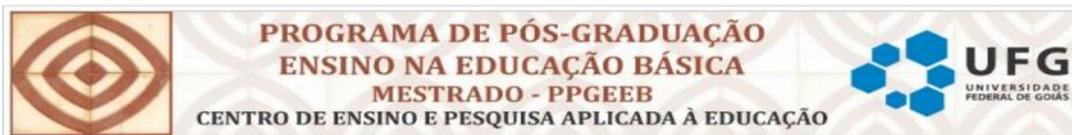
CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano 2022, às 14:00 horas, via teleconferência, foi realizada a Defesa de Dissertação intitulada **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: desafios e possibilidades**, e do Produto Educacional intitulado: **O USO DO BLOG-IN COMO FATOR DE INTERAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO**, pela discente **Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa de dissertação, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Alcir Horácio da Silva (CEPAE/UFG) –presidente,

Prof. Dr. Fernanda Cruvinel Pimentel (CEPAE/UFG) – membro interno,

Profa. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis (UEG) -membro externo,

Profa. Dra. Deise Nanci de Castro Mesquita (CEPAE/UFG)- membro suplente interno.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alcir Horácio Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 25/05/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Barbosa de Freitas Reis, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Cruvinel Pimentel, Professor do Magistério Superior**, em 30/05/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2929970** e o código CRC **5E107D8A**.

Dedico este trabalho à minha vizinha dona Elzira Ferrari de Figueiredo (in memoriam), que me ensinou a perseverança e querer viver. À minha mãe Flor-Amaí por nunca desistiu de mim e, compreendeu as minhas faltas. Meu companheiro Wanderlei e filhas Camila e Amanda, gratidão por acreditarem na minha capacidade de superação. Aos familiares e amigos. E aos professores que se superam todos os dias para ensinar com equidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus em primeiro lugar pela vida e saúde, pois é “Nele” que confio e deposito todas as minhas incertezas, dúvidas e tristezas me tornando uma pessoa melhor e mais humana a cada dia.

Ao meu orientador, professor Dr. Alcir Horácio da Silva (CEPAE/UFG), gratidão por acreditar em mim e na minha pesquisa. Sempre acreditei na minha intuição e não poderia ter sido outra pessoa, que não o senhor, pois carrega em si um senso humano e generoso. Gratidão por ter me escolhido e me compreendido durante estes anos deixando uma marca de força e perseverança.

Ao meu companheiro de vida, Wanderlei Honda, que me apoiou durante estes anos para que eu pudesse concretizar este sonho. Obrigada pelo seu amor e companheirismo. E às minhas filhas, Camila e Amanda, que acompanharam este caminho junto comigo, vivenciando todas as incertezas e alegrias deste trabalho. Vocês são a luz da minha vida, obrigada por estarem comigo.

Aos meus pais Hélio (in memorian) e Flor-Amaí, agradeço a Deus pela oportunidade de tê-los em minha vida. Muito de mim é graças à maneira que me criaram, sempre me ensinaram a lutar para superar as dificuldades.

Aos meus irmãos, sogra, cunhadas, tias e sobrinhos que sofrem e vibram junto comigo. Obrigada pela generosidade e incentivo durante os vários momentos dessa caminhada.

Às professoras doutoras da banca, Marlene Barbosa de Freitas Reis e Fernanda Cruvinel Pimentel, gratidão por aceitarem o convite, pelas palavras e recomendações.

Ao professor que foi meu objeto de pesquisa, e a escola, o meu muito obrigada. Precisamos de lugares e pessoas que acreditam numa educação para todos.

À Universidade Federal de Goiás e aos professores do Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa

Aplicado à Educação, vocês me acolheram e compartilharam vários saberes e experiências.

Aos colegas do mestrado, por compartilharem de suas experiências com muita generosidade e amor ao próximo. E as amigadas que se consolidaram durante este processo, com as queridas: Fernanda, Roselene, Katielly e Cláudia.

E aos amigos e colegas de trabalho, que de uma certa forma contribuíram para a concretização desse estudo, nos dando força e apoio.

A inclusão implica pedagogicamente a consideração da diferença, em processos educacionais para todos.

(Maria Teresa Eglér Mantoan)

HONDA, Michele Cristina Figueiredo de Souza. **A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades**, Goiânia. 2022. 119f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ensino na Educação Básica do CEPAE/UFG, e teve como objetivo analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças. O estudo aconteceu numa instituição estadual de ensino na cidade de Inhumas-Go, nas turmas do ensino fundamental II (6º, 7º e 8º anos) com seu respectivo professor. Através da problemática instituída sobre as dificuldades, partimos do pressuposto de que havia uma carência de políticas públicas de formação para esses profissionais, falta de materiais para uso do professor nas aulas, e lugares não adequados para as aulas. Diante desta problemática questionamos: O professor de Educação Física, da Educação Básica, está apto a atuar na escola de maneira que inclua a todos em suas aulas? Quais as possibilidades o professor de Educação Física tem para realizar um ensino com equidade? Na busca em compreender essas questões foram feitos levantamentos através do: questionário, entrevista e observações das aulas do professor através de um Diário de Campo, sendo que os resultados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. O estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa, com estudo de caso através de uma observação não participante, fundamentada em Marconi e Lakatos (2002). A fundamentação teórica se baseou nos estudos de: Coletivo de autores (1992), Soares (1994; 1996), Castellani Filho (1995), Oliveira (1994), Mantoan (2015), Cataldi (2013), Silva (2011), Mendes (2006), Libâneo (2018), Charlot (2013) e outros. Para os resultados das análises de conteúdo utilizamos as ideias advindas de Bardin (2012). Os resultados da pesquisa apontaram várias dificuldades encontradas durante as observações, principalmente por estar num período de pandemia, intensificada durante as aulas com a falta de internet, de formação continuada do professor na área da inclusão, de material adequado para assistir as aulas (smartphone, computador) e de materiais próprios para as aulas de Educação Física. Em contrapartida, uma das possibilidades encontradas para que o professor tivesse um apoio em suas aulas, foi através do ensino colaborativo, uma parceria entre professor do ensino comum e o professor de educação especial. Conclui-se, portanto, serem essenciais políticas públicas que proporcionem ações que atendam às necessidades do professor de Educação Física em sala de aula para atender a todos os alunos com equidade. Diante disso, destaca-se como uma contribuição ao estudo, o produto educacional desenvolvido durante o Mestrado Profissional *Stricto Sensu* do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) que tem como título “O uso do BLOG-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão”, elaboramos e criamos um Blog (Blog-IN) que está aberto a discussões e a troca de informações.

Palavras-Chave: Educação Física. Inclusão. Desafios. Possibilidades.

HONDA, Michele Cristina Figueiredo de Souza. **The inclusion of students with special needs in Physical Education classes: challenges and possibilities**, Goiânia. 2022. 119f. Dissertation (Master's in Teaching in Basic Education) – Postgraduate Program in Teaching in Basic Education, Center for Teaching and Research Applied to Education, Federal University of Goiás, Goiânia, GO.

ABSTRACT

The research was developed in the Post-Graduate Program of the Master's Degree in Teaching in Basic Education at CEPAE/UFG, and aimed to analyze the challenges of the Physical Education teacher, in Basic Education, to work with students with special needs in their classes and the possibilities of dealing with differences. The study took place in a state teaching institution in the city of Inhumas-Go, in elementary school classes II (6th, 7th and 8th grades) with their respective teacher. Through the problem established about the difficulties, we start from the assumption that there is a lack of public policies for training these professionals, lack of materials for the teacher to use in classes, and places that are not suitable for classes. Faced with this problem, we ask: Is the Physical Education teacher, from Basic Education, able to work in the school in a way that includes everyone in his classes? What possibilities does the Physical Education teacher have to carry out a teaching with equity? In the search to understand these questions, surveys were made through: questionnaire, interview and observations of the teacher's classes through a Field Diary, where the results were analyzed through the technique of content analysis. The study is characterized by a qualitative approach, with a case study through non-participant observation, based on Marconi and Lakatos (2002). The theoretical foundation was based on studies by: Collective of authors (1992), Soares (1994; 1996), Castellani Filho (1995), Oliveira (1994), Mantoan (2015), Cataldi (2013), Silva (2011), Mendes (2006), Libâneo (2018), Charlot (2013) and others. For the results of the content analysis, we used ideas from Bardin (2012). The research results pointed out several difficulties encountered during the observations, mainly due to being in a period of pandemic, intensified during classes with the lack of internet, continued teacher training in the area of inclusion, adequate material to attend classes (smartphone, computer) and materials for Physical Education classes. On the other hand, one of the possibilities found for the teacher to have support in their classes was through collaborative teaching, a partnership between the common school teacher and the special education teacher. It is concluded, therefore, that public policies that provide actions that meet the needs of the Physical Education teacher in the classroom are essential to serve all students with equity. Therefore, as a contribution to the study, the educational product developed during the Professional Master's *Stricto Sensu* of the Graduate Program in Teaching in Basic Education of the Center for Teaching and Research Applied to Education (CEPAE) of the Federal University of Goiás stands out. (UFG) entitled “The use of BLOG-IN as a factor of interaction between Physical Education and inclusion”, we elaborated and created a Blog (Blog-IN) that is open to discussions and the exchange of information.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Challenges. Possibilities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro do Movimento do Pensamento da Educação Física Escolar - A Educação Física e seu conteúdo de ensino no tempo.....	33
Quadro 2 - Unidades Temáticas e objetos de conhecimento (6º, 7º, 8º e 9º anos)	48
Quadro 3 - Competências Específicas de Educação Física para o Ensino Fundamental.....	51
Quadro 4 - Séries, turmas agrupadas e quantidade de aulas assistidas.....	63
Quadro 5 - Turmas e alunos selecionados para observação.....	64
Quadro 6 - Sobre os desafios e dificuldades encontrados nas aulas online.....	69
Quadro 7 - Etapas do coensino.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIPD	Ano Internacional das Pessoas com Deficiência
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CELAFISCS	Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul
CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação
CF	Constituição Federal
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
DC	Documento Curricular
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EPT	Movimento Esporte para Todos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEEB	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	20
2.1 A organização dos capítulos.....	20
2.2 Como acontece nosso estudo	21
3 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DE 1980: AÇÕES E REFLEXÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.....	24
3.1 A Educação Física - fatores históricos	24
3.2 Educação Física escolar no Brasil	32
3.3 As lutas por mais igualdade de condições das pessoas com necessidades especiais	37
3.4 A Escola e os desafios para incluir	44
3.5 Educação Física inclusiva.....	45
3.6 A BNCC no Ensino Fundamental - Anos Finais e a Educação Física	47
3.7 O Documento Curricular de Goiás e a Educação Física	49
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
4.1 A coleta, análise e discussão dos resultados.....	54
4.2 Possibilidades e ações do professor de Educação Física diante da inclusão escolar	72
4.3 O produto Educacional	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	87

1 INTRODUÇÃO

Depois de alguns anos já graduada em Educação Física, sempre me colocava a pensar o que poderia fazer para ser melhor no que faço. E sempre que acontecia alguma situação vinculada as desigualdades e dificuldades dos meus alunos frente às aulas de Educação Física Escolar, me levava à reflexão: “O que estamos fazendo de errado? Por que os outros não entendem que somos diferentes e aprendemos de modos diferentes? O que eu como professora, poderia fazer para que meus alunos entendessem esse processo de respeito às individualidades?”

Não foi e ainda não é fácil, mas quando já professora de uma instituição escolar que oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, pude me deparar com uma aluna que necessitava de cuidados especiais naquele momento. A aluna em questão, desenvolveu a esclerose múltipla, uma enfermidade crônica, neurológica, progressiva e autoimune. Trata-se de uma doença que requer cuidados, principalmente, quando detectada em crianças.

Tal situação me fez refletir como professora, nos cuidados e quais atividades aquela aluna poderia executar sem ser excluída. A situação era muito meticulosa, pois como profissional eu deveria cuidar para que a prática da educação física não reverberasse em uma piora no quadro de saúde da discente. Naquele momento, foi quando refleti, buscando em minhas experiências e saberes o auxílio que precisava para proporcionar aulas em que houvesse a participação de todos os alunos da turma nas aulas. Considerando as necessidades de cada um e, é claro, da aluna em questão.

Foi um momento de “sair fora da caixinha”, ir além das condições já estabelecidas pela minha formação e experiências. Foi necessário reaprender e rever alguns conceitos sobre como lidar com crianças que necessitam de algum cuidado especial, com isso, busquei ministrar aulas que abrangessem as necessidades de cada um.

Na ocasião também surgiu a oportunidade de participar da seleção de Mestrado Profissional no CEPAE/UFG, lugar onde pude buscar uma formação que possibilitasse uma discussão acerca das temáticas sobre educação, Educação Física e inclusão. Foi o despertar para novas iniciativas e aprendizados, pessoais e profissionais. Para tanto, é de suma importância o conceito atribuído à inclusão segundo Mantoan (2015, p.20) sendo um

produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

O objetivo da pesquisa recai em analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças. O estudo aconteceu numa instituição estadual de ensino na cidade de Inhumas-Go, nas turmas do ensino fundamental II (6º, 7º e 8º ano), com seu respectivo professor.

Para uma melhor delimitação e esclarecimento do nosso estudo elencamos alguns objetivos específicos: Identificar os desafios enfrentados pelo professor de Educação Física em sala de aula; observar as estratégias utilizadas nas aulas, se conseguem incluir a todos; refletir sobre as possibilidades de uma Educação Física que consiga ir de encontro com as necessidades individuais dos alunos.

Emerge daí a escolha em buscar compreender sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades. Tentando atender a uma carência na formação dos professores de Educação Física sobre a inclusão escolar. E dessa forma, também urge a propositura vinculada a este trabalho, buscando pensar a inclusão como uma proposta educacional que vise respeitar e conviver com as diferenças na sociedade, envolvendo uma mudança nas políticas públicas de acesso e manutenção dos espaços para que todos possam usufruir de maneira equânime de seus direitos, respeitando as necessidades de cada um e valorizando as diferenças, ou seja, a necessidade de ser, estar e participar de uma sociedade mais justa.

Consideramos bastante preocupante essa relação entre a Educação Física e a inclusão, pois a maior parte dos professores não obtém informações necessárias para trabalhar com os alunos com necessidades especiais e, há uma carência de políticas públicas de formação para esses profissionais. Sem contar com os espaços, as vezes inadequados, sem materiais e sem um professor que pudesse atuar junto a esse profissional auxiliando nas ações junto as aulas. Que educação é essa que precariza os acessos e limita as ações dos profissionais envolvidos no trabalho educativo?

A partir dessa problematização levantamos os seguintes questionamentos que direcionaram essa pesquisa: O professor de Educação Física, da Educação Básica, está apto a atuar na escola de maneira que inclua a todos em suas aulas? Quais as possibilidades o professor de Educação Física tem para realizar um ensino com equidade?

Para tanto, propomos conhecer para entender como se dá o processo da inclusão, seu processo histórico, sua relação no universo escolar e como o professor(a) de Educação Física,

com sua quantidade de alunos diversos e sua formação, algumas vezes limitada somente à graduação consegue ministrar suas aulas com competência e qualidade para uma turma heterogênea, é algo que buscaremos estudar, correlacionando tais temas de maneira historicamente com os dias atuais.

Inicialmente efetuiremos um recorte histórico da Educação Física e como foco maior, a partir da década de 1980. Relembremos as leis, documentos legais, metas e diretrizes que foram essenciais para a fundamentação da referida disciplina, e sobre os movimentos sociais que se fizeram presentes. Isso tudo, para que possamos compreender os desafios que o professor de Educação Física encara diante da Educação Inclusiva na escola pública.

Analisando o contexto educacional que estamos pesquisando e as possíveis discussões acerca dos desafios do professor para trabalhar com a inclusão em suas aulas, baseado na sistematização e organização das aulas, as arguições advindas de Mantoan (2015) serão fundamentais para o estudo e análise da inclusão visando um direcionamento crítico sobre a atual escola.

Já de acordo com Freitas (2000), a escola precisa superar suas formas didáticas capitalistas e a sua estrutura organizacional a partir da compreensão das categorias que expressam as propriedades essenciais destas próprias formas. Deve ultrapassar os currículos sustentados em processos desiguais e entender como acontece o trabalho pedagógico dentro da escola comum. Entendemos que o modelo escolar capitalista é vinculado a reprodução da força de trabalho no qual o professor é um dos elementos do qual fazem parte do acirramento de um mercado de trabalho altamente competitivo e, por conseguinte, segregador.

Para Sadi (2006, p.51) “o indivíduo é impelido à guerra da formação, isto é, ou se torna qualificado e competente ou sucumbe diante de seus pares”. Em conformidade com as ideias buscadas sobre a formação de professor, Tardif (2014, p. 33) admite “que o saber se compõe, na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes”. Tais ponderações pressupõem uma análise sobre vários feitos ao longo da história sobre os estudos, discussões e reflexões do saber pedagógico.

Nesse contexto, entendemos que a escola é um ambiente heterogêneo e que tem um papel fundamental na construção de cotidianos que busquem valorizar as diferenças através de projetos voltados para a Educação Inclusiva que possam atender as especificidades de cada um. Para que isso aconteça, a escola necessita adequar-se para atender as necessidades de todos, constando em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) um modelo de escola que proponha com atendimento que reverbere às reais necessidades da comunidade escolar num caráter social, cultural e histórico assegurando condições de acessibilidade, estimulando a formação

continuada de seus professores e dando ferramentas para que esses profissionais consigam trabalhar com qualidade.

Para Araújo (2014), o Projeto Político Pedagógico não pode ser um produto pronto e finalizado, com meras intenções e exigências burocráticas, mas deve ir além de políticas e práticas pedagógicas inclusivas, preparando o ambiente escolar para receber os estudantes reconhecendo e respeitando a diversidade.

A partir do nosso estudo, outros poderão surgir com um aprofundamento das discussões e análises vinculadas as áreas da Educação Física e inclusão, propondo mais conhecimento e sistematização sobre a prática pedagógica do professor em sala de aula, direcionando os estudos sobre as dificuldades e as possibilidades que o professor de Educação Física tem para lidar com alunos da inclusão, como organiza suas aulas, as metodologias de ensino que utiliza, se há acessibilidade física e material para que possa conduzir seu trabalho, como consegue adequar o currículo para atender a todos, e, se há apoio pedagógico. Tudo isso servindo de base para outras análises.

Pode-se levar em consideração, também, o fato de ser um estudo que possa desencadear ações mais específicas para a própria compreensão do professor pesquisado, servindo de “farol” para uma possível mudança de paradigma sobre a inclusão na Educação Física escolar e, para aqueles professores que necessitam de uma mudança urgente, na forma de agir e ministrar suas aulas.

É possível que o professor de Educação Física tenha dificuldades para trabalhar com a inclusão, sendo a formação continuada, o currículo e a acessibilidade ou a inexistência de tais fatores obstáculos para que a inclusão aconteça de maneira mais democrática possível.

Diante disso, o conhecimento sobre a troca de experiências entre profissionais é muito significativo, nos levando a várias reflexões que podem objetivar a superação de estigmas e barreiras e, também à possível acessibilidade do currículo para atender à demanda de alunos.

Para tantas questões, denotamos que é preciso rever como as leis implementadas fizeram a escola repensar sua maneira de tratar e conduzir os ensinamentos para as pessoas com deficiências e também para todos aqueles que tem algum tipo de necessidade ou dificuldade a ser sanada, pois é na escola que o aluno passa a maior parte de seu dia, confirmando a importância de planejar e melhorar os aspectos voltados ao ensino aprendizagem para esse aluno, que com sua singularidade chega até nós, simplesmente com o intuito de aprender.

A pesquisa acontece de forma qualitativa através de uma observação não participante, com a análise de um questionário aplicado ao professor pesquisado, uma entrevista e também

na observação das aulas utilizando do Diário de Campo, analisando como acontecem as relações professor/aluno na sala de aula/quadra/ZOOM.

Esclarecemos aqui que o projeto inicial desta pesquisa aconteceria através das observações das aulas do professor de Educação Física na escola, de forma presencial, mas que devido à pandemia da COVID-19¹ tivemos que adequá-la com o acompanhamento das aulas de forma remota pelo Google Meet.

Na busca de um melhor entendimento e como possibilidade de interação com outros profissionais, propomos a criação de um blog como produto educacional dessa dissertação de mestrado, intitulado *O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão*. Destacando uma forma de comunicação onde poderemos discutir e ouvir os desafios e as possibilidades do professor de Educação Física para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em suas aulas.

Para iniciar o estudo do estado da arte foram feitas pesquisas iniciais referentes à inclusão e Educação Física, para tanto, utilizamos de consultas no sítio <http://bdtd.ibict.br>, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e também pesquisas buscando autores em livros diversos. Após realizarmos esta pesquisa começamos a fazer as escolhas das leituras referentes ao tema proposto.

O nosso propósito é de que este estudo seja o caminho para outros acontecerem, que possa desencadear reflexões e ações propositivas com a intenção de que o professor de Educação Física pertença e se sinta como parte da escola no universo da inclusão.

Ao propor elementos que façam a análise e discussão dos desafios que o professor encontra e fomentamos o acesso a possíveis soluções e considerações sobre o tema para contribuir com uma Educação Física que favoreça a diversidade e o respeito as diferenças.

Dividimos nosso estudo em três capítulos, sendo que no primeiro apresentamos as questões históricas da Educação Física e da inclusão. O segundo capítulo diz respeito ao processo metodológico da pesquisa. Por fim no terceiro capítulo três apresentamos os resultados e discussões da pesquisa.

¹ COVID - O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados. Atualizado em 07/06/2021. Acesso em 19/03/2022. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Acesso em 19/03/2022. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/>

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, buscaremos esclarecer o tipo de pesquisa e como conseguimos realizá-la, mesmo diante da pandemia do COVID-19. Analisando os desafios encontrados através de uma entrevista, um questionário e das observações das aulas do professor, sendo relatadas num Diário de campo, e posteriormente, propondo soluções.

2.1 A organização dos capítulos

Este estudo foi dividido em 03 capítulos e após a introdução buscamos sistematizar o referencial teórico no capítulo 01, descrevendo os aspectos históricos da Educação Física, no Brasil, as lutas por mais igualdade de condições das pessoas com necessidades especiais, a Escola e os desafios para incluir, Educação Física inclusiva, a BNCC no Ensino Fundamental - Anos Finais e a Educação Física, Documento Curricular de Goiás e a Educação Física. Para o desenvolvimento teórico do capítulo buscamos autores como: Coletivo de autores (1992), Soares (1994; 1996), Castellani Filho (1995), Oliveira (1994), Caparroz (1997), Medina (1985), Daolio (1997), Go Tani (1987), Kunz (2004), Nordony e Reis (2020), Campanelli (2019), Padilha (2014), Freire (2017; 2019), Mantoan (2015), Cataldi (2013), Silva (2011), Mendes (2006), Barreto e Reis (2006), Edwards (2006), Tavares (2019), Libâneo (2018), Charlot (2013).

No capítulo 02 procuramos relatar os procedimentos metodológicos da pesquisa, o método utilizado, o sujeito da pesquisa, como acontece nosso estudo e a divisão dos capítulos. Para tanto, recorreremos aos estudos de: Marconi e Lakatos (2002) e a Resolução CONEP (2012; 2016).

O Capítulo 03 foi destinado a coleta, análise e discussão dos resultados, e as possibilidades encontradas através da formação continuada, do trabalho colaborativo, do coensino, das formas de avaliar e compreender o significado do PPP e sobre as questões da pandemia, tendo como autores: Lucke e André (2012), Dalla Déa (2019), Silva, Santos e Fumes (2014), Chicon (2008), Weber (2013), Silva (2015), Bardin (2012), Manzini (2012), Silva, Bins e Kozek (2020), Sadi (2006), Oliveira (2007), Tardif (2014), Figueiredo (2013), Ribeiro (2018), Gatti e Munster (2021), Freitas (2000), Brasil (2012).

Para finalizar temos as considerações finais da pesquisa, apresentando uma síntese dos resultados e das discussões, procurando responder ao problema investigado no estudo e sugerindo estudos futuros sobre a temática em questão.

2.2 Como acontece nosso estudo

A pesquisa acontece de forma qualitativa através de uma observação não participante fundamentada em Marconi e Lakatos (2002), com a construção de um discurso pautado na investigação através de um Diário de Campo, analisando como acontecem as relações professor/aluno na sala de aula/quadra/ZOOM. Um dos principais motivos que nos levou a escolha desse modelo de observação, foi o fato de não precisar se envolver com a situação, mas ser um procedimento sistemático e consciente.

Os autores Marconi e Lakatos (2002, p. 90) destacam que,

na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado.

Foi aplicado um questionário (APÊNDICE C) para identificar, quem era o professor pesquisado e sua relação com a inclusão na escola. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 98), o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. E através dele podemos “obtem respostas mais rápidas e mais precisas” (p.98).

E realizada uma entrevista semiestruturada com o professor (APÊNDICE D), objeto da pesquisa, afim de levantarmos outras informações sobre a realidade das aulas de Educação Física na escola. Sendo essa, “uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 94) com base no conhecimento do pesquisado. A entrevista com o professor, foi gravada e posteriormente transcrita.

A nossa inquietação sobre o tema foi baseada inicialmente em nossa própria necessidade como docente de buscar meios para compreender e lidar com as diferenças dos alunos com necessidades especiais e completa com a pesquisa feita a um professor, objeto do nosso estudo, para fundamentar as ações e analisar as formas de agir e interagir em sala de aula. Não temos aqui a pretensão de resolver os problemas, mas buscar caminhos de superar as dificuldades através das possibilidades de mudanças de paradigmas.

O objetivo deste estudo foi fundamental para nos situarmos e darmos direcionamento ao trabalho em analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para

trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças.

Dessa forma, pensamos inicialmente em um acompanhamento de forma presencial das aulas do professor junto as turmas que ele acompanhava (6º, 7º e 8º ano). Durante o período de pandemia ocasionado pelo COVID-19, tivemos que adequar a pesquisa para que pudéssemos reorganizar estruturalmente nossas análises. Realizamos a pesquisa de longe, cada um na sua casa, assistindo as aulas do professor pesquisado de acordo com os protocolos de biossegurança do Estado de Goiás. As aulas foram realizadas e acompanhadas pelo ZOOM, sendo o único meio de videoconferência utilizado durante o período pandêmico e em quarentena pela escola participante da pesquisa.

Realizar aulas à distância, cada um na sua casa com ambientes, às vezes, desfavoráveis para concentração dos alunos em relação aos conteúdos, não foi uma situação fácil. O professor vivenciou situações diversas e procurou se organizar para tentar seguir com aquilo que lhe era proposto.

Essa modalidade de aulas on-line ou Educação à distância foi colocada, naquele momento, como uma forma alternada de atender aos alunos em diversos níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro. Foi uma situação emergencial e, que evidenciou um despreparo do sistema educacional frente as situações elencadas no período pandêmico.

De certa forma, os governos e as unidades escolares procuraram se organizar para ofertar as aulas, e estas, à distância ou on-line, foram de início a única forma encontrada para manterem o vínculo da escola com os alunos e familiares. Com isso, outras maneiras de comunicar foram reforçadas como: nos grupos de mensagens, vídeo chamadas, uso de aplicativos para reforçar o aprendizado dos alunos, etc.

Outro recurso utilizado pela escola, foi o Google Classroom, uma plataforma on-line que possibilita exercer uma função que simula uma sala de aula, podendo colocar avisos, encaminhar atividades, vídeos, textos e tirar dúvidas. Esse recurso foi bastante usado pelo professor de Educação Física, pois lá conseguia anexar os textos e as atividades que eram trabalhados em sala de aula (ZOOM) e ter dos alunos a devolutiva das atividades realizadas, anexando os arquivos on-line. Essas atividades devolvidas fomentava uma nota teórica juntamente com a avaliação que também era liberada para os alunos através do aplicativo da escola.

Essa forma de ensinar foi encontrada naquele momento como alternativa, e evidenciou ainda mais as desigualdades sociais e tecnológicas das famílias. Muitos alunos não tinham acesso aos aparelhos para assistirem as aulas e muito menos à internet, isso dificultou a

aprendizagem daqueles que não mantinham uma relação mais próxima com a escola e o professor. No início da pandemia, a escola ainda estava adaptando ao processo de aulas on-line e os alunos que não tinham o acesso as aulas ou atividades por conta da falta de aparelho ou internet, a escola, passou a fornecer material impresso para que eles pudessem realizar as atividades e devolverem toda semana.

A partir daí, desenhamos o caminho que íamos percorrer através da: estruturação do estudo, acompanhamento das aulas, análise e discussão dos resultados e elaboração do produto educacional, sendo este, um blog sobre Educação Física e inclusão.

A parte destinada a estruturação, foi onde procuramos estabelecer os objetivos, identificar o problema, trabalhar no projeto de pesquisa, hipótese, no levantamento de referenciais teóricos para possíveis leituras e na submissão do projeto ao comitê de ética da universidade. Com o início da pandemia tivemos que reenviar nosso projeto ao comitê de ética, fazendo mudanças no cronograma e na forma de acompanhar as aulas do professor.

Posteriormente, mantivemos contato com o professor pesquisado e com a escola em questão para podermos organizar a solicitação do estudo. Tudo sendo liberado pelo comitê de ética e pela escola, iniciamos o acompanhamento das aulas relatando tudo através de um Diário de Campo (APÊNDICE E), sendo um instrumento de registro de dados sobre certas vivências. Seguimos orientações conforme consta na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e do CEP da Universidade Federal de Goiás (UFG), em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e nº 510 de 2016, com foco na proteção e respeito aos participantes da pesquisa.

Em consideração aos alunos com necessidades especiais, pudemos observar que alguns procuravam participar das aulas, tentando acompanhar tanto as aulas teóricas quanto práticas de Educação Física. Outros, durante o horário das aulas, buscavam ajuda na escola para realizar as atividades com professor de apoio e outros tinham esse professor de apoio durante as aulas de Educação Física. Isso acontecia principalmente, com as aulas no 8º A, onde tinha uma aluna surda e que, possuía o apoio de uma professora interprete da Libras. Sendo, cada uma na sua casa e com auxílio do celular procuravam se comunicar quando a aluna não compreendia o que deveria fazer.

O próximo capítulo trará uma análise do processo histórico da Educação Física a partir da década de 80, incluindo uma relação próxima com a inclusão.

3 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DE 1980: AÇÕES E REFLEXÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Este capítulo foi pensado diante da influência recebida da disciplina de Princípios Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva, ofertada pelo PPGEEB/CEPAE/UFG no ano de 2019/2. A partir das leituras e das discussões teóricas empreendidas na referida disciplina, somando-se ao estudo da Educação Física no Brasil e, este, vinculado ao tema da inclusão em sua complexidade. Gestou-se assim, o fator determinante para a escolha dessa temática para este capítulo.

Para tanto, o que se propõe para esta sessão, é identificar e apresentar aspectos históricos referentes a Educação Física brasileira, principalmente, a partir da década de 1980 relacionando o tema com o contexto referente às lutas pelos direitos à igualdade de condições para as pessoas com deficiência no Brasil.

Construir este tópico a partir da década de 1980, foi uma ideia vinculada ao vídeo intitulado: Movimento histórico-político das pessoas com deficiência. Assistido na disciplina citada anteriormente, o vídeo relata ações e manifestações no âmbito do acesso das pessoas com deficiência ao direito à cidadania e não à caridade, maneira pela qual a deficiência era pejorativamente vista anteriormente.

Propusemos, também ampliar o capítulo relacionando as questões atuais vigentes na escola e os elementos que estruturam o currículo da disciplina de Educação Física.

3.1 A Educação Física - fatores históricos

Para que possamos refletir sobre o momento atual, é necessário empreender um resgate da história da Educação Física, mesmo que de forma sucinta, buscando entender as intenções e ações do passado que nos levaram a construção desta disciplina escolar atualmente. Ademais, também se trata de uma acareação importante para compreendermos as mudanças ocorridas nas práticas corporais ao longo do tempo e, seus objetivos de acordo com a evolução social dos seres humanos baseada no desenvolvimento cultural dos povos, sendo conectada aos sistemas políticos, sociais, econômicos e científicos das sociedades.

Os aspectos vinculados hoje ao que chamamos de Educação Física surgem da necessidade do homem, na pré-história, em realizar movimentos básicos como andar, saltar,

correr, pular e conseqüentemente, estar inserido socialmente nos agrupamentos humanos. Esse processo foi sendo estruturado e entendido como meios de sobrevivência do grupo.

Ao longo dos séculos as intenções foram sendo intensificadas e delineadas de acordo com as necessidades de cada local. De acordo com Coletivo de Autores (1992, p.50) a Educação Física surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos.

Para determinado momento, as Escolas Europeias de Ginástica foram essenciais como modelos a serem seguidos nas escolas, sempre refletindo a sociedade burguesa vigente. Para Soares (1994, p.64), “a Ginástica, considerada a partir de então científica, desempenhou importantes funções na sociedade industrial apresentando-se como capaz de corrigir vícios posturais oriundos das atitudes adotadas no trabalho”. Assim essas escolas (alemã, sueca, francesa) ou métodos, apresentaram ideias semelhantes de regeneração da raça, promoção de saúde, desenvolvimento de força, energia e da moral.

A intensificação da ideia de corpo para manter a hegemonia da raça e como força do trabalho no século XIX, foi relatada por Soares (1994, p. 9), enfatizando que “para manter a sua hegemonia, a burguesia necessita, intervir na construção de um homem novo, um homem que possa suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases”. A Educação Física acaba reproduzindo os interesses da sociedade vigente, determinada pela própria visão física da sociedade do capital com movimentos disciplinados e automatizados, oferecendo o caráter alienante e reprodutor de mão de obra.

Para Castellani Filho (1995, p. 39), a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para forjar aquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país. Era importante que as pessoas pudessem cultivar o gosto pela saúde, anulando, assim, os velhos hábitos advindos do sistema colonial. Nesse contexto, fica evidente a ação higienista, configurada por médicos e levada à Educação Física como sendo de grande importância para ter um corpo que se faz explorar e é explorado.

Buscando uma ação educacional, Rui Barbosa no Parecer 224 de 12 de setembro de 1882, sobre a Educação Física, a expõem como forma de ginástica, enfatizando uma proposta de inclusão nos programas escolares com a intenção de moldar indivíduos que cumpram a tarefa de disseminar os ideais modernos/industrializados. Entendia-se esse processo como fator de desenvolvimento, mudança social, progresso, com um novo modelo de educação voltada para a gratuidade e um sistema laico. Tudo favorecia a um tipo de homem, somente aquele que correspondia aos fatores impostos pela sociedade, desfavorecendo quaisquer outras pessoas que

não se enquadrassem ao sistema vigente de desenvolvimento social. Configurava-se no Homem uma soma da parte material e espiritual como forma de dicotomia entre corpo/mente.

A partir do século XX, um grande adepto das ideias de Rui Barbosa começou a produzir textos baseados numa Educação Física para a formação do homem moderno. Seu nome era Fernando de Azevedo, foi um professor vinculado ao movimento da Escola Nova e autor de muitas obras a respeito as Educação Física que abordava a temática de Eugenia como sendo “...a aplicação de uma educação enérgica para a conquista da plenitude das forças físicas e morais” (CASTELLANI FILHO, 1995, p. 55).

Configurando ainda estas ideias Castellani Filho (1995), ressalta sobre a Educação Física nessa questão de Eugenia da raça, tendo um papel fundamental, onde

o raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos mais saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres (CASTELLANI FILHO, 1995, p.56)

As ponderações acima reforçam a ideia de que Fernando Azevedo, preocupava-se mais com a adequação dos padrões de conduta estabelecidos pela Educação, com caráter higienista, definindo, assim, os interesses da classe dominante e sendo contrário a uma Educação Tradicional.

Cronologicamente, os métodos Ginásticos passaram a incorporar a educação brasileira, principalmente o francês, que a partir de 1929, era obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino. A literatura teórica sobre o tema nos informa que a Educação Física brasileira, sempre se pautou de acordo com as noções culturais ligadas aos desenvolvimentos das instituições médicas e militares, desenhando seu campo de conhecimento voltado para um discurso médico-higienista, eugênico, pautado pelas normas, pela disciplina e regras morais e sua proposta pedagógica voltada para o anátomo-fisiológico. Segundo o Coletivo de autores (1992, p. 53),

No Brasil, especificamente nas quatro primeiras décadas do século XX, foi marcante no sistema educacional a influência dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar. Ressalta-se que o auge da militarização da escola corresponde à execução do projeto de sociedade idealizado pela ditadura do Estado Novo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo no Brasil, outras tendências foram surgindo para as escolas. Uma delas foi a influenciada pelo esporte, sendo este determinante para o conteúdo nas escolas, com uma relação evidenciada do professor como um treinador e do aluno como um atleta.

Na década de 1970, a educação física se interliga a pedagogia tecnicista, com o fortalecimento dos ideais esportivas através de uma busca pela eficiência e eficácia que por sua

vez tinha um viés pedagógico ligado a ascensão social, onde as classes dominantes buscavam justificar sua sobreposição por meio do esforço de cada um e do seu talento. Em suma, Castellani Filho (1995) descreve a

Utilização do Esporte no mascaramento da estratificação, em classes sociais, da estrutura de nossa sociedade, daí originando-se o reforço ao ocultamento dos conflitos dela derivados face aos interesses antagônicos que permeiam as relações sociais numa sociedade classista. (CASTELLANI FILHO, 1995, p. 199)

A década de 1980 no Brasil foi marcada por transformações sociais e por repensar um redimensionamento para a Educação Física. De acordo com Oliveira (1994, p. 183), foi “nessa década que a Educação Física teve um avanço qualitativo, tanto em termos da sua prática como em seus pressupostos teóricos”, pois era evidenciada anteriormente com temáticas de ordem técnico-biológica e a partir daí ela emerge com pressupostos de ordem social. Ainda para ele,

Os anos 1980 promoveram uma verdadeira cruzada antropológica contra o dualismo corpo/mente, posição tradicional na Educação Física brasileira. As exceções ficam por conta dos autores engajados no reducionismo fisiológico; aqui, está cada vez mais difícil aceitar o homem como um ser voltado apenas para responder a imperativos biológicos. Estes, desvinculados da sua dimensão política, jamais explicariam uma greve de fome, por exemplo. O corpo humano não é um objeto qualquer, sendo capaz, pelo trabalho criativo e consciente, de produzir alterações nos objetos e nas pessoas com quem interage. Essa acepção de corpo transcende a visão biomecânica que a pedagogia do consenso dissemina, dando ao movimento humano um caráter histórico (OLIVEIRA, 1994, p.183)

O modelo higienista, eugênico e que determinava corpos saudáveis, sarados e alienados não era mais interessante para o modelo de redemocratização da educação brasileira. Havia aí uma crise de identidade da Educação Física, pois não se obteve o êxito anteriormente esperado nos esportes de rendimento/olímpicos. Essa foi uma época de transição democrática do país com organização livre dos sindicatos e várias outras associações, explicitando um descontentamento da sociedade brasileira com o modelo militarista e autoritário.

Neste sentido, foram pensadas “práticas pedagógicas libertadoras, transformadoras, na perspectiva de desenvolver uma Educação Física voltada para o ser humano e não mais para o capital”, como coloca Caparroz (1997, p.8). O referido autor destaca ainda, uma variada gama de vertentes que clamam por uma

Educação Física elaborada de uma práxis para a construção de um “corpo democrático”, do “movimento livre”, do “corpo como instrumento de libertação do homem”, da “consciência corporal”, da “cultura corporal”, da “expressão corporal”, da “percepção dos signos sociais”, da “percepção dos condicionantes sócio-históricos que determinam os diferentes tipos de concepção de sociedade”. (CAPARROZ, 1997, p. 10)

Outros autores puderam expressar seu entendimento sobre a conjuntura da Educação Física da época como, Castellani Filho (1993), ao ressaltar que “a compreensão da atividade corporal tem seu *locus* situado na dimensão histórico-social do Homem e não mais na biológica”. Seguindo esta vertente, alguns cursos superiores começaram a oferecer mestrados em Educação Física, como os da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, lugar onde também houve o ingresso de professores na área da Educação. A partir de então, pôde-se pensar, em discursos que aprofundaram as referências de uma Educação Física como área de conhecimento e voltada para aspectos educacionais.

Para Medina (1985) em seu livro *A Educação Física cuida do corpo...e “Mente”*,

A Educação Física precisa entrar em crise urgentemente. Precisa questionar criticamente seus valores. Precisa ser capaz de justificar-se a si mesma. Precisa procurar a sua identidade. É preciso que seus profissionais distingam o educativo do alienante, o fundamental do supérfluo de suas tarefas. É preciso, sobretudo, discordar mais, dentro é claro, das regras construtivas do diálogo (MEDINA, 1985, p.35)

Esse momento de transição, sinalizava um processo de mudanças ocasionadas pelo momento político e social pós ditadura militar que por sua vez impulsionava uma *crise de identidade* da Educação Física. Houve um crescimento no número de publicações na área pesquisada, delineando as várias formas de pensar a Educação Física. Em sua tese de Doutorado Daolio (1997) relata que

As obras que se seguem a esse período começam a refletir sobre a Educação Física não somente como uma atividade técnica ou biológica, mas a encaram como um fenômeno psicológico e social. Devido à própria carência de referencial teórico dentro da área, difundiu-se também uma visão interdisciplinar, a partir da qual as ciências historicamente constituídas ofereceriam base teórica para o estudo da Educação Física, do corpo e do movimento humanos, destacando-se dentre estas a Psicologia, a História, a Sociologia e a Pedagogia (DAOLIO, 1997, p.28).

O envolvimento e a produção acadêmica em (e das) outras áreas do conhecimento despertou nos profissionais da Educação física discussões e posicionamentos mais efetivos, elevando o discurso de alguns autores às várias formas de pensar sua disciplina de ensino e buscando a partir daí objetos de estudo com vieses pedagógicos. No período ainda referente a década de 1980, houve o surgimento de uma Educação Física como uma prática social, e com isso, estabelecendo-se através de uma crítica social.

Era o início de uma divisão antagônica da Educação Física, com profissionais ligados à uma produção de conhecimento bio-fisiológico e antropométrico de um lado (CELAFISCS), e outros respaldados numa produção do conhecimento filosófico-social (futuro do CBCE)

caracterizado pelas ideias contestatórias dos profissionais que tiveram suas leituras e estudos voltados para as ciências sociais de outro.

Como coloca Medeiros apud Bracht (1999, p.19), o CBCE

Colaborou para que a Educação Física se legitimasse socialmente em bases científicas, bem como, possibilitou o surgimento de um movimento de resistência no interior do colégio que promoveu a crítica ao modelo de ciência predominante (caracterizado por pesquisas que se pautam exclusivamente em referenciais das ciências naturais), em favor de uma concepção de ciência mais ampliadas.

Assim, possibilita-se o surgimento de uma Educação Física que não priorizasse somente o ensino fundamental, mas que tivesse seus pressupostos alinhados a Psicomotricidade, como um dos movimentos renovadores da época e, que privilegiava o movimento como meio de formação. Para essa linha de pensamento, foi de grande importância as obras de Jean Le Boulch e sua vinda ao Brasil no ano de 1978 e com isso, também ganhou força uma preocupação com a educação motora nas séries iniciais. Todos estes fatores acabaram contribuindo para a negação de conteúdos envolvendo somente os esportes, como evidenciado anteriormente na década de 70, e caminha-se em favor da valorização da formação integral da criança e suas estruturas psicomotoras base.

Outros autores foram essenciais para essa mudança, como pontua o filósofo português Manoel Sérgio ao defender uma “abordagem de cunho filosófico e social onde a Educação Física não poderia existir sem uma ciência que lhe desse suporte”. Para Daolio (1997),

É nesse sentido que ele propõe a criação da Ciência da Motricidade Humana, que teria como objeto de estudo o movimento intencional da transcendência. A Ciência da Motricidade Humana englobaria a dança, a ginástica, o esporte, o jogo, a ergonomia, a educação especial, a reabilitação, e o seu ramo pedagógico seria a educação motora, termo que substituiria a tradicional expressão Educação Física. (DAOLIO, 1997, p.36)

Incorporando essa visão ao discurso e a prática da Educação Física sobre a influência da Psicomotricidade, colocava-se o professor com responsabilidades pedagógicas e escolares valorizando o processo de aprendizagem.

Seguindo essa mesma trajetória de pensamento compreendemos que, “ao criticar o papel alienado e alienante da Educação Física ao longo da história, propõe uma redescoberta do corpo, onde a Educação Física constituiria numa educação das habilidades motoras que permitem ao homem expressar-se” (DAOLIO, 1997, p.31,32). Em sua proposta Freire apud Daolio (1997, p. 32) prevê uma “educação de corpo inteiro”, que vincula tanto o corpo quanto a cabeça – conforme sua expressão, às estruturas escolares. O referido estudioso tem seus estudos focados na linha teórica construtivista-interacionista.

Seguindo a linha dos movimentos renovadores, a linha da pedagogia humanista formaliza-se pela presença de elementos filosóficos que envolvem o ser humano. Um de seus divulgadores foi Vitor Marinho de Oliveira, em seu livro intitulado *Educação Física Humanista*. De acordo com o Coletivo de Autores (1992, p. 55), “na pedagogia humanista, os princípios filosóficos se caracterizam em torno do ser humano, sua identidade, valor, tendo como fundamento os limites e interesses do homem...” Todo esse contexto referenciou uma mudança de foco, sobre o respeito à natureza da área da Educação Física ou sobre os seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem.

Go Tani (apud CAMPANELLI, 2019, p. 40) foi outro precursor das novas ideias que fizeram emergir um discurso pedagógico para Educação Física, formulando uma abordagem chamada de desenvolvimentista que consiste na psicologia do desenvolvimento humano, sendo que o aprendizado das crianças tem como meio e fim, o movimento. Aqui, se estabelece o estudo do movimento humano que favorece às crianças expressar o máximo que conseguirem as suas potencialidades e oportunidades de desenvolver suas capacidades.

Já Elenor Kunz (2004), em seu livro *Transformação didático-pedagógica do esporte*, procura destacar a importância do ensino dos esportes como proposta para o ensino da Educação Física Escolar baseado em uma proposta didático-pedagógica com uma tendência crítica emancipatória. Para ele, a educação é sempre um ato de comunicação, onde se desenvolvem ações dialógicas, e o aluno como sujeito do processo de ensino, deve ter a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, com capacidade de reflexão crítica.

Inspirado nas ideias marxistas, surgiu uma abordagem chamada de crítico superadora trazida pelo Coletivo de Autores (1992, p.50), onde consideram a Educação Física como “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”. Sendo assim, Daolio (1997) ressalta que

As várias expressões da chamada cultura corporal são consideradas como formas de representação do mundo que o homem foi produzindo ao longo da história, constituindo-se no conhecimento abarcado pela Educação Física. Além de praticada na escola, essas expressões devem ser refletidas, a fim de que sejam assimiladas pelos alunos (DAOLIO, 1997, p.38)

Esse modelo de abordagem pedagógica crítica, sugere o uso dos conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física, baseados numa leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora. Com isso, essa área do conhecimento, que trata da cultura corporal, deve

apresentar relações diretas com os principais problemas políticos e sociais que são vivenciados pelos alunos.

Podemos destacar, então que, a Educação Física, ao longo, de sua história procurou preconizar movimentos gímnicos com repetições, visando a técnica e as concepções higienistas e também os esportes, priorizando o saber-fazer sobre o ser. Os elementos que compõem nossa área do conhecimento precisaram passar por um momento de reflexão crítica, de renovação de seus conceitos e discussões acerca dos nossos objetos de estudo.

Todas essas discussões acerca do que é a Educação Física, não poderiam ser mais relevantes quando tratadas de forma a superar o modelo mecanicista e que possa conferir uma prática pedagógica mais concreta e, claro, que contribua para uma formação humana. Diante disso, fica evidente a relação distante desse modelo tecnicista, com gestos mecânicos, ou de caráter higienista para uma educação que valorize a todos com suas diferenças e singularidades.

Seguindo esta linha de pensamento Nordony e Reis (2020, p.25), ponderam que “a Educação Inclusiva objetiva romper com o tradicionalismo educacional, que se limita à aceitação em classes regulares apenas dos alunos “ensináveis”.” E dentro desse aspecto, que buscamos estudar e entender a Educação Física escolar e a inclusão, para pensar e agir “fora da caixa”, levantando reflexões de como o professor de Educação Física reage e age diante dos alunos com necessidades especiais em suas aulas.

A educação inclusiva, tem ganhado força no decorrer dos anos e vem se destacando por buscar uma formação na escola comum, para todos, procurando não negar, mas aceitar e entender que nesta perspectiva o “corpo” não é somente biológico, mas constituído de significados e rompendo com um caráter único deste, no universo em que está inserido.

Como relata Daolio (1995, p.39), “no corpo estão inscritos todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca”. O autor segue na mesma linha de escrita relatando que “o homem, por meio do seu corpo, vai assimilando e se apropriando de valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração”. Então como pensar esse “corpo” culturalmente cheio de significados e que, no domínio da Educação Física até a década de 70 foi limitado? Ainda segundo Daolio, é nesta perspectiva que se deve

Compreender que a história da Educação Física no Brasil, para além de uma somatória de elementos responsáveis pela produção e reprodução de determinados comportamentos dos professores, foi influenciando na construção de um imaginário social referente ao corpo – biológico, naturalista, universal -, que se expressa no conjunto das ações e representações dos profissionais da área até os dias de hoje. (DAOLIO, 1995, p.98)

Seguindo a ideia de Medina (1985, p.31), “os homens como um todo têm que se fazer sujeitos da história, e não objetos. Devem fazer-se livres, e não alienados”. Procuramos até aqui, projetar algumas ideias que foram trabalhadas sobre a Educação Física ao longo do tempo, mas nos levando à reflexão desse modelo hegemônico, para ser condicionado a um propósito que respeite as diferenças e não limite o seu acesso para todos, nas escolas. Entender como funcionou e se desenvolveu a Educação Física no Brasil é de grande importância para compreendermos o hoje, conforme as formas e processos que ressignificaram o ensino aprendizagem da Educação Física.

3.2 Educação Física escolar no Brasil

Conforme já demonstrado, o modelo de Educação Física no Brasil que conhecemos hoje, tem sua base teórica e pragmática construída em contexto europeu, e se consolidou com maior envergadura, a partir do final do século XVIII como Ginástica, tornando-se um instrumento de ação e de intervenção na realidade educacional e social do país. Mas foi durante a Reforma Couto Ferraz no ano de 1851, que a Ginástica se tornou obrigatória nas escolas surgindo, também Leis e Regulamentos para que esta prática se consolidasse.

A Educação Física brasileira vem sendo estruturada desde as primeiras décadas do século XIX, quando é impelida para a organização dos currículos escolares. Para Oliveira (1994, p.19), “foi nesta época que a educação brasileira começou a se reorganizar, fugindo ao espírito de atomização que as aulas régias haviam implantado”. Com o surgimento dos Colégios Liceus, houve uma organização curricular unindo diversos professores neste ambiente e, incorporando a Ginástica as grades curriculares.

Neste interim, os exercícios Ginásticos estavam ligados ao adestramento físico e a disciplina do corpo, cumprindo, portanto, um papel de controle social da burguesia sob os pressupostos higienistas ligados a construção de um corpo saudável, o que se interligava as máximas positivistas inerentes à ordem e ao progresso. Neste contexto, a Educação Física escolar privilegiava um modelo pedagógico com base anátomo-fisiológico, sendo considerado um conteúdo curricular baseado no higienismo, no modelo eugênico e fundamentada na moral.

Em suas escritas Soares (1994),

descreve que “a “apurada educação das elites” pensada pelos higienistas deveria associar a educação física à educação sexual, transformando homens e mulheres em reprodutores potenciais e, ao mesmo tempo, vigilantes da pureza e de sua própria raça” (SOARES, 1994, p.91)

Sendo assim, a Educação Física passava a ser importante para as elites dominantes da época, pois configurava com os ideais eugenistas que eram interligadas com as problemáticas sobre as questões biológico-raciais, tudo isso sob o olhar de grandes influências intelectuais que configuravam ideias sobre o darwinismo social.

Delineando o contexto da Educação Física no Brasil, e seguindo uma lógica militarista pautada por uma rigidez pedagógica e preocupação com o preparo do físico, foi a partir de 1858, que os exercícios físicos com moldes militares se tornaram obrigatórios e oficializando o modelo ginástico alemão como o usado nas escolas militares. Segundo Oliveira (1994, p. 20), “essa ginástica tinha um caráter nacionalista e, apesar da hegemonia médico-higienista, foi disseminada nos meios civis por intermédio das práticas escolares”. A sociedade civil começava a aceitar de maneira passiva uma Educação Física que foi determinada. No quadro abaixo podemos ver a evolução do conteúdo, da Educação Física, com o tempo.

Quadro 1 - Quadro do Movimento do Pensamento da Educação Física Escolar - A Educação Física e seu conteúdo de ensino no tempo

Movimento do Pensamento na Educação Física	Cronologia	Conteúdo a ser ensinado na escola
1 – Movimento Ginástico Europeu	Século XIX e início do século XX	Ginástica que compreendia exercícios militares; Jogos; Dança; Esgrima; Equitação; Canto
2 - Movimento Esportivo	Afirma-se a partir de 1940	Esporte – Há aqui uma hegemonização do esporte no conteúdo de ensino
3 - Psicomotricidade	Afirma-se a partir dos anos 70 até os dias de hoje	Condutas motoras
4 – Cultura Corporal; Cultura Física; Cultura de Movimento	Tem início no decorrer da década de 80 até nossos dias	Ginástica, Esporte, Jogo, Dança, Lutas, Capoeira

Fonte: SOARES (1996, p. 8)

De acordo com o exposto no quadro acima, podemos notar que os conteúdos vinculados aos Métodos Ginásticos europeus, foram trabalhados nas escolas a partir do século XIX e se configuraram juntamente com o esporte (Movimento Esportivo), como atividades baseadas no conteúdo médico-higienista ou na técnica e, somente a partir do Movimento advindo das ideias favoráveis à Psicomotricidade que o professor pôde se perceber com elemento de maior envolvimento sobre sua ação pedagógica, procurando valorizar o processo de aprendizagem do movimento.

No início do século XX, o Brasil foi incorporado ao modelo educacional a ginástica francesa, passando esta prática a ser compulsória no ambiente civil, também sendo mais disseminada pela população pois idealizava uma prática capaz de melhorar a formação do homem visto enquanto cada vez mais capaz de superar todas as suas dificuldades e melhorando suas qualidades físicas. “Os corpos saudáveis eram também uma exigência do capital. E a ginástica, “receitada” para todos era como um remédio que teria a capacidade de extirpar a fraqueza e desenvolver a virilidade do povo” (SOARES, 1994, p.76).

No ano de 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, é criado o Ministério da Educação e saúde Pública. A instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. De acordo com Campanelli apud Saviani (2019), “esse Estado forte, que foi idealizado a partir da entrada de Getúlio Vargas no poder, pretendia cada vez mais seguir o modelo de industrialização nacionalista”.

Com a Reforma Educacional sendo aprovada através do Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931, ficava estabelecida a obrigatoriedade da Educação Física no ensino secundário, onde se dispõe sobre a organização desse ensino em seu “Art. 9º - Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário exercícios de educação física obrigatórios para todas as classes” (BRASIL, 1931). Esse momento foi o de incorporação das classes populares, mas ainda vistas enquanto utilização de seus corpos como adequação e lapidação de força para o trabalho, com a utilização do esporte para contribuir para a melhoria da capacidade física dos homens. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.20),

Os anos 30 tiveram ainda por característica uma mudança conjuntural bastante significativa no país: o processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. Nesse contexto, a Educação Física ganhou novas atribuições: fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.

No período de 1945 a 1964, algumas ideias sustentadas pelo pensamento liberal retomaram suas forças e buscaram estabelecer uma relação da Educação Física com a Pedagogia. O esporte passa por um processo de pedagogização, tornando-se um importante conteúdo trabalhado nas escolas. Foi após 1960, que ocorreu a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.4024/61, sendo que, ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e médio uma vez que em seu artigo 22 expressa que: “Será obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos” (BRASIL, 1961).

Essa obrigatoriedade se justificava até os 18 anos, pelo fato de que era a última fase destinada à instrução escolar e, posteriormente à entrada no mercado de trabalho. Campanelli

(2019, p. 33), destaca que “a partir de 1960, acentua-se no Brasil a contradição entre o modelo econômico e a ideologia política vigente”. O autor continua a nos dizer que “a legislação educacional brasileira foi pensada de acordo com os interesses de um modelo econômico voltado para a entrada do capital e das indústrias estrangeiras no Brasil”. Contudo após 1964, a educação, sofreu as influências da tendência tecnicista nas Leis n.5.540/68 e n.5.692/71, onde de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno.

Na década de 1970, o esporte transformou-se no grande conteúdo a ser reproduzido pela Educação Física escolar com uma função mantenedora da ordem e do progresso. Tendo destaque o *Movimento Esporte para Todos* (EPT), tentando objetivar uma prática não-formal e enfatizando o treinamento e a preparação de futuros atletas, numa sociedade que estava vivendo sob o regime da ditadura militar. Para Campanelli (2019),

A partir de 1970, a produção de pesquisa na Educação Física esteve prioritariamente atrelada às ciências biológicas e exatas, o que refletiu totalmente na concepção de formação de professores. Nessa perspectiva, esta concepção propiciou uma formação acadêmica que, inconscientemente ou não, levou os professores de Educação Física escolar a assumir um papel de treinadores ou técnicos esportivos (CAMPANELLI, 2019, p. 34).

Pensando na temática instituída nesta época, o espírito nacionalista foi exaltado, principalmente durante a Copa do Mundo de Futebol masculino 1970, com o apoio enfático da mídia que deixava transparecer uma ideia de desenvolvimento e prosperidade por parte das classes sociais menos favorecidas. Campanelli (2019), destaca que sobre o advento do conteúdo de esportes nas escolas tinha tendências políticas:

A alienação promovida pelo Estado brasileiro refletiu-se no esvaziamento crítico da Educação Física nas escolas, pois o método esportivo presente no currículo assentava-se no ensino tecnicista e mecanicista, sem qualquer reflexão sobre sua prática, focando seus objetivos educacionais na perfeição dos gestos técnicos dos movimentos com repetições exaustivas. O currículo da Educação Física, assim, colaborava com a adequação da política educacional ao modelo econômico estabelecido pela Ditadura Militar (CAMPANELLI, 2019, p.39).

Esse modelo vigente de Educação Física, passou a ser contestado a partir da década de 80, com estudos voltados para a área educacional, dando abertura para discussões que direcionavam para outras áreas do conhecimento. Estava aberto um campo propício para debates, ocasionando as primeiras produções acadêmicas e dando direcionamento para novas tendências da Educação Física brasileira sendo discutidas sob a influência das teorias críticas da educação. Desde então, essas vertentes vêm ampliando as discussões, ações e reflexões no

campo da Educação Física escolar e ainda procurando entender qual seu objeto de estudo e seus conteúdos, enfatizando uma transformação social com um discurso pedagógico da Educação Física, voltado para o pensamento crítico e a conscientização de classes com objetivos educacionais.

Diversos autores como Tani (1987), Oliveira (1994), Kunz (2004), Coletivo de Autores (1992), se manifestaram a partir da década de 80, reformulando o sentido da Educação Física e questionando a função que era dada a ela nos espaços escolares.

Foi no ano de 1996, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 surgiu com o intuito de buscar transformar o caráter que a Educação Física assumiu nos últimos anos ao explicitar a seguinte redação: “Art. 26 – [...] § 3º – A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.”

Com isso, a Educação Física deve acontecer desde à Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, com uma proposta vinculada à área escolar respeitando as faixas etárias e o desenvolvimento dos alunos. Tal proposta foi renovada pela Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, que conferiu no texto que trata da Educação Física na LDB, as seguintes providências:

Art. 26 – [...] § 3o – A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

Ainda hoje, vemos poucas mudanças em relação à proposta de integrar a Educação Física na escola, mas podemos observar algumas diretrizes que surgiram para orientar na elaboração dos currículos tanto, das escolas públicas quanto das escolas particulares.

Subsequentemente a 1996, temos um importante documento que direcionou melhor as concepções de Educação Física nas séries do ensino fundamental e médio, tentando superar uma visão que até então era direcionada apenas para o biológico, para um conceito que incorporasse as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos, são os PCNs (1997), que;

Buscam a contextualização dos conteúdos da Educação Física com a sociedade em que estamos inseridos, devendo a Educação Física ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, da cidadania e da autonomia (BRASIL, 1997).

Ao longo dos anos, a Educação Física passou por fases que evidenciaram modelos de práticas que eram implementadas nas escolas no formato tecnicista, ocorrendo mudanças significativas depois da aprovação da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Muitas leis e decretos, poderiam ter demonstrado uma preocupação real humanisticamente falando, para/com os alunos, e não como instrumento de seus interesses pessoais ou ideários.

Contudo, os conteúdos devem priorizar os da cultura corporal (o jogo e a brincadeira, o esporte, a ginástica, a dança e a luta), sendo trabalhados de todas as formas nas aulas de Educação Física das escolas brasileiras. Esse processo que se propõe a Educação Física pode ser relacionado com o modelo de educação inclusiva que busca reconhecer um aprendizado pautado nas diferenças.

3.3 As lutas por mais igualdade de condições das pessoas com necessidades especiais

A sociedade brasileira está imersa em questões históricas que evidenciam o processo de exclusão dos mais variados grupos sociais. Nossas mazelas sociais carregam muitas problemáticas e contradições, de modo que vários projetos que foram idealizados em momentos diferentes, acabaram denotando que as pessoas com deficiência foram as que menos receberam atenção do Estado e da sociedade.

Com o passar dos anos, o modelo de Educação Especial, conforme proposto ficou responsável pela oferta educacional às pessoas com alguma deficiência, determinando o surgimento de classes especiais em instituições privadas e públicas, fomentando a estrutura e manutenção deste público fora do sistema educacional comum.

À medida que o país foi crescendo e se desenvolvendo as pessoas que eram e são excluídas passaram a lutar pelos seus direitos na sociedade, vinculando seu acesso à educação com novas ideias e propostas educacionais de forma mais democrática. A riqueza e os meios de produção continuavam e continuam a ser dominados pela elite, e a educação reflete esse percurso sendo diferente em comparativa com a parcela mais abonada aos menos favorecidos, fator que acabou por gerar também uma espécie de caráter homogeneizador educacional que não respeita as diferenças. A sociedade produz um tipo de indivíduo que deve ser adequar aos padrões hegemônicos, mais produtivo para o capital, assegurando um caráter do que é “normal” de acordo com os padrões estabelecidos pelas classes sociais. Com isso, geramos estigmas,

estranhezas e hierarquizamos padrões, oprimindo tudo aquilo que não condiz com o modelo social vigente.

Segundo Esteve (apud SILVA; 2011, p.41),

a maioria dos adultos dos dias atuais foi educada dentro de um sistema de ensino seletivo, assentado pela pedagogia da exclusão, que garantiria uma vida melhor para aqueles que avançam nos demais níveis de ensino, mas excluindo aqueles que não conseguiam acompanhar estes níveis.

A escola deve desconstruir estereótipos e priorizar uma educação que opte por oportunidades, que trabalhe com cada aluno ultrapassando as barreiras da discriminação. Isso se contrapõe ao modelo reprodutor e homogêneo da escola, sendo necessário um “posicionamento para o desenvolvimento da autonomia e da dignidade do educando” (SILVA, 2011, p. 37)

Sobre o assunto Padilha (2014) ressalta que,

A fixação de identidades em nome de determinados padrões e da manutenção da ordem social nos levou a compreender a diferença como algo destrutivo, constituído de oposições binárias. Estabelecemos o “eu” em oposição ao “outro” da mesma forma que o “nós” em relação a “eles”. (PADILHA, 2014, p.23)

Segundo os dizeres acima, somos estimulados a interiorizar essa ordem social baseada numa formação binária, tendo um ideário marcado pela diferença e contribuindo para a exclusão. Para Freire (2019, p. 118), “aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar”. O respeito ao outro e ao que ele significa e representa exige de nós uma compreensão mais humana. Cada vez que projetamos um nome ou palavra, estamos expondo uma forma ou desforma subvertendo ou desviando significados, caracterizando padrões inerentes à sociedade vigente. Com isso, a necessidade de afirmação dentro de grupos sociais mudou a compreensão em relação à igualdade de condições e de interesses. Ainda assim, Carone (apud PADILHA, 2014 p. 25) afirma que:

Os vários universos e as várias coletividades dentro da mesma sociedade têm alcançado o espaço público, formalizado as suas demandas específicas, alterado as mentalidades por meio de discursos ilustrativos, impondo um patamar novo para a discussão dos direitos à diferença. Depois de séculos de lutas contra a discriminação por sexo, raça, cor, religião, convicção filosófica ou política, diferenças culturais etc., as sociedades democráticas estão sendo perpassadas por questões novas de grupos minoritários que reclamam para si mesmos uma nova forma de discriminação, dita positiva. O paradoxo gerado por esses novos atores sociais, que foram, de modo geral, excluídos da hierarquia ocupacional e da cultura hegemônica, é, de fato, meramente aparental. Buscam não apenas o reconhecimento social de suas demandas específicas e de algumas linhas a mais dos textos constitucionais com referência aos seus direitos políticos e sociais, mas retrazar o mapa da geografia identitária do nosso século. Não lutam, é óbvio, pela desigualdade, mas sim pelos contornos das diferenças. O que traz de volta o velho tema da igualdade, com uma nova música.

As mudanças seguiram-se necessárias, e as leis tiveram que sair do papel para que efetivamente pudessem atender as mudanças impostas pelo meio social, procurando reduzir ou aliviar as tensões. Várias medidas foram sendo incorporadas como a criação de sistemas de cotas nos sistemas político e educacional, programas de acessibilidade, políticas de distribuição de terras e de habitação popular, sendo todas estas essenciais para mudanças mais profundas na sociedade.

A partir do ano de 1979, quando foi instituído o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD) alguns grupos passaram a lutar por seus direitos reivindicando mudanças. No ano de 1980, ocorreu em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, tal evento marcou o encontro de diversas pessoas com variados tipos de deficiência, e estas reivindicaram ao governo federal políticas em favor desse movimento.

Com as crescentes relações dialógicas com governos, grupos comunitários e familiares foram realizados eventos internacionais em prol de uma educação qualificada para todos. Ademais, as discussões, as produções acadêmicas e os documentos produzidos internacionalmente influenciaram dentro do Brasil na elaboração de políticas públicas para uma educação voltada para todos numa perspectiva inclusiva.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), estabelece em seu artigo 205 sobre a educação, sendo um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). E no artigo Art. 206, inciso I o texto constitucional preconiza que “o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo este oferecido pelo poder público e no artigo 208, inciso III, será oferecido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

O processo histórico de democratização da escola no Brasil é citado no texto do MEC/SECADI 2007, caracterizado pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, e evidencia uma dicotomia entre inclusão/exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. O processo de democratização da escola tentava tornar o ensino mais acessível a todos, no entanto, não conseguia atender as necessidades de todos os indivíduos.

As questões referentes a inclusão no Brasil só se tornaram mais efetivas a partir da década de 90 com o estabelecimento do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, que no artigo 53 expõe o seguinte texto:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

[...]

O mesmo documento em seu artigo 55, reforça que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, atendendo aos requisitos anteriormente citados na Constituição Federal de 1988.

Neste período, também teve grande importância para o aprofundamento das discussões a Declaração de Salamanca (1994) que perpetuou ações ao combate as atitudes discriminatórias, sendo seu princípio de ação o acolhimento de todas as crianças pela escola. No referido documento ressaltou-se os princípios, políticas e práticas e a garantia de acesso para todas as pessoas que necessitavam de cuidados especiais educacionais, além de recomendar que as escolas deveriam assegurar todas as crianças independentemente de suas condições.

Outro evento importante ocorrido na década ora citada foi a Convenção da Guatemala (1999). Por meio de suas diretrizes se exigia uma reinterpretação do que era firmado pela educação especial, prevenindo e tentando eliminar qualquer forma de discriminação contra as pessoas que possuíssem alguma necessidade especial. O decreto nº 3.956/2001 reafirmou esta condição. Exercendo uma função importante quando relacionado ao papel da educação tentando romper com contextos tardios e promovendo ações de remodelamento. O decreto ainda delimita que as pessoas que possuem alguma deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, sendo necessariamente proporcionar a sua plena integração à sociedade.

Com o passar dos anos, novas formas de prevenir a discriminação contra as pessoas com deficiência foram surgindo e buscando a sua plena integração na sociedade. Algumas leis e resoluções foram debatidas e formuladas para que se chegasse ao modelo que temos hoje. Uma delas é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 13.146/2015, que se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e o exercício de sua cidadania. Tal regulação também ressalta o papel do Estado como o responsável por fiscalizar e organizar o sistema educacional.

Sequenciando as ideias expostas acima, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96), no artigo 59, reconhece a necessidade da formação continuada dos professores, e diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...]

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Este texto basilar do sistema educacional nacional evidencia a necessidade de reconhecer que a atuação do professor que organiza, planeja e orienta através de um modelo de inclusão, é essencial para um bom atendimento educacional, pois busca valorizar as potencialidades e não as deficiências.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foi outro instrumento que propôs estratégias educacionais voltadas para alunos com necessidades especiais. Para tais normativas “a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual” (PCNs, 1997). Assim, busca-se indicar condições de aprendizagem a todos os alunos, fazendo adequações quando necessário. A escola deve considerar a diversidade com respeito a diferença, sendo este um fator de reflexão e enriquecimento sócio cultural.

Uma das ações mais recentes em âmbito federal ocorreu no ano de 2001, através da lei nº 10.172, que estabelece em seu artigo 1º a aprovação do Plano Nacional de Educação. Com duração de dez anos, gestou-se tal plano com objetivos de buscar melhorias na qualidade e na redução das desigualdades educacionais.

Sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), esclarece que, para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Entendemos que preparar aulas para uma sala heterogênea não é fácil, pois nós professores estamos condicionados a ensinar de uma forma hegemônica que prima sobre os conteúdos e não de maneira humanística por sobre os sujeitos.

O documento foi reformulado em 30 de setembro de 2020, como o Decreto que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020, p.35). O parágrafo 1º apresenta as disposições gerais sobre a Política, como segue:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado

aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O artigo 2º do Decreto apresenta as definições, nos seguintes termos:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I – Educação especial – modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020, p. 36)

Essa mudança na Política Nacional de Educação Especial, propõem que os sistemas educacionais ofertem preferencialmente e não exclusivamente, as escolas inclusivas e ainda defende a manutenção e a criação dessas classes e escolas especiais. Vemos então, um retrocesso sobre o que realmente é a educação inclusiva e uma possível confusão nas famílias sobre o que fazer com a criança que possui alguma necessidade especial em âmbito escolar.

Isso nos leva a uma reflexão sobre a necessidade de reformulação do sistema de ensino além das garantias de minimizar as barreiras impostas pela sociedade e pelo sistema educacional. Para garantir uma eficácia no ensino, dever-se possibilitar aos profissionais da educação, condições para atender com competência seus alunos.

Em decorrência da inconstitucionalidade sobre o Decreto nº 10.502/2020 que, institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em 18/12/2020, determinou a sua suspensão, pois designava espaços segregados para o atendimento educacional de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Mesmo não sendo uma decisão, ainda, definitiva reforça-se a importância das discussões e o compromisso por uma educação que vise a inclusão.

Segundo Mendes (2006),

o princípio da inclusão passa então a ser defendido como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças (MENDES, 2006, p.395).

Esse é um grande desafio, equiparar as oportunidades para todos, enxergando os sujeitos e procurando valorizar o seu potencial e ao mesmo tempo buscando respeitar as necessidades de cada um. Para tanto, é preciso acolher a diversidade na escola onde se faz necessário um espaço em que os princípios e ações voltados para a inclusão estejam em conformidade com: a formação de professores capacitados para atender a todos com suas individualidades, uma metodologia que vá de encontro com a realidade retratada, espaços que possuem acessibilidade

arquitetônica, uma possível adequação do currículo onde as estratégias de ensino sejam variadas, formas de avaliar diversas e o envolvimento da família e da comunidade sendo efetivo.

De acordo com Mantoan (2015), “se pretendemos que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”. A inclusão deve, portanto, ser vista enquanto um processo construtivo, e necessita da interação do corpo educacional com a comunidade fora do eixo escolar, para que possamos entender que aprendemos com as diferenças.

Não basta que a escola seja inclusiva, ela necessita ser democrática, e dentro dessa perspectiva, que obtenha resultados de sucesso dos alunos respeitando suas particularidades e necessidades. Neste sistema de Educação Inclusiva, os estudantes têm os mesmos direitos de estarem juntos, aprendendo e participando das atividades escolares sem discriminação.

Para tanto é preciso reconhecer, que “faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns” (MENDES, 2006, p. 399). Além do que, é preciso acabar com os estereótipos educacionais onde coloca os alunos com necessidades especiais incapazes de se desenvolver e aprender.

Dessa forma conhecer e reconhecer os propósitos da escola, procurado romper com um sistema homogêneo é ampliar a nossa visão promovendo o desenvolvimento e a efetivação de um modelo de escola inclusiva, além de estabelecer um processo contínuo para que o aluno tenha uma visão de pertencimento daquele espaço. Ainda é preciso romper com velhos paradigmas sobre a educação “embora tenham ocorrido avanços na educação brasileira, ainda há fortes tendências à padronização do ato de educar, que exige aprendizado na mesma medida” (BARRETO; REIS, 2011, p. 23)

Para Mendes (2011), “cada comunidade deve buscar a melhor forma de definir e fazer a sua própria política de inclusão escolar, respeitando as bases históricas, legais, filosóficas, políticas e também econômicas do contexto no qual ela irá efetivar-se”.

Uma reforma educacional se faz necessária, numa perspectiva da educação inclusiva, quando não há uma qualidade de ensino para todos, parte daí a ideia de pensar e debater sobre a função da escola como um lugar de oportunidades e possibilidades de aquisição de conhecimentos oriundos das realidades da comunidade.

Nessa perspectiva que a Educação Física escolar deve enfatizar, propondo um ambiente de aprendizagem voltado para a cultura corporal de movimento, dando possibilidades de construção e produção do conhecimento.

3.4 A Escola e os desafios para incluir

A escola possui elementos que compõem um processo complexo, contínuo e reflexivo direcionados ao contexto social, histórico e cultural.

Pensando nesta temática, procuramos destacar que é na escola que se deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Deve ser um ambiente democrático, com um Projeto Político Pedagógico (PPP) estando em conformidade com os ideais educativos construídos e experienciados com os fazeres da comunidade próxima à escola.

Para Edwards (2006, p.20) “a escola é o espaço social que deve, legitimamente, transmitir os conhecimentos que para esse fim se legitimaram socialmente”. Esse conhecimento pode ser acumulado historicamente sendo elemento importante do sistema escolar.

O modelo tradicional de escola não condiz com as reais necessidades dos alunos de hoje, necessita de mudanças urgentes para um modelo voltado para uma educação inclusiva que reconheça e valorize as diferenças.

Não apreendemos como antes pois, os modelos e metodologias de ensino modificaram, ou seja, se antes o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar, hoje tal universo de aprendizagem se expandiu para rua, na televisão, no computador, nos celulares através das mídias sociais e em inúmeros outros lugares. Tal ampliação dos espaços educativos não significam o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social.

No contexto educacional, encontramos diferentes sujeitos, que pertencem a diferentes contextos sociais, que trazem sua historicidade construída a partir de diferentes vivências, assim é possível, e categoricamente necessário buscar saídas para uma democratização do ensino.

A Educação representa a consolidação de canais que sirvam como instrumentos de participação, de inserção da família nos espaços destinados a ela, de compartilhamento e acesso as informações e de valorização das realidades locais, as quais têm sua significativa relevância. A reconfiguração de trabalho e formação docente, é outro aspecto que parece constituir objeto de consenso.

A escola deve romper com a sua forma histórica presente para fazer frente a novos desafios. Sendo um elemento de transformação com diversas possibilidades. Porque se enquadra na perspectiva de transformar realidades, de movimentar o saber, de abrir caminhos e realizar sonhos. A escola nesta lógica, poderá contribuir para a superação das desigualdades

sociais, das injustiças sociais, promovendo a solidariedade e a inclusão refletindo a ideia proferida por Freire (2019, p.118) onde “o respeito às diferenças e obviamente aos diferentes exige de nós a humildade que nos adverte dos riscos de ultrapassagem dos limites além dos quais a nossa autovalia necessária vira arrogância e desrespeito aos demais”.

3.5 Educação Física inclusiva

Em primeiro lugar precisamos compreender que a escola inclusiva é aquela capaz de oferecer condições de atendimento a todos, compreendendo a diversidade humana como fator de construção da aprendizagem. Segundo Mantoan (2015, p.83) “inclusão implica pedagogicamente a consideração da diferença, em processos educacionais iguais para todos”. Para a autora, uma educação tradicional não caberia nos moldes de uma educação voltada para a inclusão. Pensando nessa ruptura do modelo de ensino, que não incluía a todos, mas segregava e excluía, entende-se que o papel da escola é o de construir a cidadania apoiada por uma organização dos espaços de acessibilidade, fatores que refletem diretamente no trabalho pedagógico do professor.

A Educação Física não tinha, e ainda não tem, mas que tenta se aproximar de uma relação de aprendizado com a inclusão, pois como já vimos, os conteúdos trabalhados e a forma como eram idealizados tinham características higienistas, de eugenia da raça, métodos tecnicistas e voltados para os aspectos físicos não favorecendo uma construção de proximidade mais complexa com os discentes. Pelo contrário, negava ou dificultava para esses indivíduos, que tivessem alguma deficiência ou necessidades especiais, a condição de realizar atividades durante as aulas de Educação Física.

Para Cataldi (2013, p.22), “a história da Educação Física foi influenciada por métodos ginásticos e militares que tinham o objetivo de tornar o corpo forte, saudável, equilibrado, harmonioso, esteticamente apresentável e dentro dos padrões de beleza”, direcionava-se as atividades para as pessoas com deficiência para um caráter de reabilitação, dando a disciplina ora estudada, um tom clínico/médico.

A escola historicamente, vem de um processo de exclusão e privilégio de um grupo socialmente elitizado, mas que a partir da década de 1970, com o aumento no número de procura e de vagas, vários jovens com alguma necessidade especial puderam ir para a escola e, com isso surge a carência de instituir uma Educação Especial.

Destacamos um momento de transição na década de 80, onde a Educação Física tem seu espaço voltado para a construção de uma identidade, mas que de certa forma, não evidenciava o trabalho com alunos da Educação Especial. Apenas, posteriormente, surgem discussões que fundamentavam uma formação de professores que pudesse suprir com as necessidades deste alunado. A priori, destacamos a introdução da Educação Física Adaptada nos currículos de formação da graduação da Educação Física, oferecendo elementos para que os professores possam atuar junto as pessoas com deficiência com conteúdos vinculados ao desenvolvimento motor e psicomotor. É importante ressaltar que, a Educação Física Adaptada tem sido necessária para a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência, mas que ainda tem sido insuficiente quando comparada à prática da inclusão nas escolas, pois se mostra como segregadora na medida que impõe atividades somente para pessoas com deficiência.

Sendo assim, de acordo com variados critérios sociais, os mais aptos e os que tem um padrão físico melhor, continuam sendo os mais privilegiados, proporcionando uma certa confusão quantos aos ideais dentro da Educação Física escolar, “sendo uma das diferentes práticas que envolvem a Educação Física” (Caparroz, 1997, p.53).

Lembrando que o esporte, a muito tempo se caracterizou pelos elementos de exclusão e competição, dificultando a prática de qualquer pessoa na escola que não fosse apta a realizá-la. Ainda vemos em escolas, professores despreparados, lugares impróprios para uma aula prática segura, falta de informação das famílias sobre os benefícios de permanecer com a criança que tenha alguma necessidade especial na escola comum e falta de preparo das aulas de Educação Física. Com isso, configuramos ainda, alunos que sofrem com experiências negativas nas aulas.

Portanto, trabalhar a inclusão na Educação Física não é um processo fácil, pois vem na contramão do que a área apresentou durante anos segregando, limitando, excluindo toda e qualquer pessoa que não estivesse fisicamente apta aos seus ideais impostos por um meio educacional capitalista que visa a formação de uma mão de obra eficaz e que ainda satisfizesse os ideais das elites.

Para Mantoan (2015, p.65) “superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com toda urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos” e complementa reforçando que “a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações centradas no projeto político pedagógico” (p.67), e ainda complementa que “é uma ferramenta de vital importância para que as diretrizes gerais de organização/funcionamento da escola sejam traçadas com realismo e responsabilidade” (p.67).

Com a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física no ensino básico e com o advento da inclusão de todos os alunos no mesmo ambiente, a prática pedagógica dessa disciplina deve propor o atendimento de todos possibilitando uma educação inclusiva. É uma área do conhecimento que tem muito a desenvolver pois tem uma liberdade e proximidade com os alunos que outras áreas não tem, mas que ainda carece de estudo, formação de profissionais para atuar com qualidade, segurança, força de vontade e sensibilidade para entender as diferenças e buscar soluções. Percebemos que, quanto mais conhecimento adquirido pelo professor mais segurança tem sobre a sua prática pedagógica e sobre como lidar com as diferentes deficiências e necessidades dos alunos.

Para Barreto e Reis (2011, p.21), “trabalhar com as diferentes formas de aprender passa, essencialmente, pela formação do educador, ou seja, não somos “formados” para ensinar alunos que aprendem de forma diferente”. É rever como acontece o aprendizado respeitando a diversidade, e refletindo como os alunos construíram seu saber dando significado às suas ações e não anulando a diferença. As autoras ainda, continuam argumentando que,

“é importante perceber que cada aluno tem desempenhos muito diferentes na relação com os objetos de conhecimento e a prática escolar tem que buscar reconhecer essa diversidade para assegurar respeito aos diferentes sujeitos e possibilitar avanços em suas aprendizagens” (BARRETO; REIS, 2011, p.22)

Essa concepção de escola e de professor, que refletem uma herança histórica com ideias que perpassam sobre uma cultura dominante, tem uma profunda carência de uma perspectiva inclusiva, que considera as necessidades dos alunos e propõem um sistema educacional com um olhar heterogêneo.

3.6 A BNCC no Ensino Fundamental - Anos Finais e a Educação Física

A BNCC para o Ensino Fundamental, é um importante documento normativo que define as aprendizagens que são essenciais aos alunos durante sua vida escolar na Educação Básica. Ela estabelece não só os conteúdos, mas também, as habilidades e competências que devem ser trabalhadas durante os anos na escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p.7)

De acordo com Tavares (2019), seguindo o processo destinado à elaboração da BNCC e constituindo-se por:

Perspectivas/interesses que influenciaram e distinguiram a formatação de uma versão para a outra. Essas perspectivas/interesses foram culminantes para o resultado da proposta. Em todo esse processo, esteve presente conflitos e jogos de conveniências para prevalecer as determinações e finalidades dos grupos dominantes e conservadores. (TAVARES, 20019, p.34)

Em decorrência disso, podemos entender que várias situações influenciam as políticas voltadas à educação, fazendo com que esta seja elemento propulsor para a disputa de organização de sistemas internacionais.

A BNCC se preocupa com a formulação dos currículos das redes escolares de todo o país e, também com as propostas pedagógicas das mesmas, estando integrada à política nacional da Educação Básica. Ela deve assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, visando a aprendizagem e desenvolvimento integral do aluno.

Em relação à Educação Física, a BNCC deve adequa-se às realidades locais, direcionando para a Educação Física no Ensino Fundamental – Anos Finais, que está organizada em dois blocos (6º e 7º anos; 8º e 9º anos) guiando os objetos de conhecimento, em cada unidade temática.

Quadro 2 – Unidades Temáticas e objetos de conhecimento (6º, 7º, 8º e 9º anos)

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento 6º e 7º anos	Objetos de Conhecimento 8º e 9º anos
Brincadeiras e Jogos	Jogos eletrônicos	-
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão Esportes de invasão Esporte Técnico-combinatórios	Esportes de rede/parede Esportes de campo e taco Esportes de invasão Esportes de combate
Ginásticas	Ginástica de condicionamento-físico	Ginástica de condicionamento físico Ginástica de conscientização corporal
Danças	Danças urbanas	Danças de salão
Lutas	Lutas do Brasil	Lutas do Mundo
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza

Fonte: BNCC (2017)

Esse formato visa contemplar as diferentes formas de expressar a cultura corporal através dos jogos e brincadeiras, das lutas, dos esportes, das danças e das ginásticas englobando a todos nas aulas de Educação Física. Nas aulas, os professores podem apresentar dificuldades pelo fato da BNCC se apresentar num formato que limita suas ações, impondo certos conteúdos e determinando o tempo de estes serem aplicados. Segundo Tavares (2019),

Essa insistência em negar o valor de uma educação e de um currículo que dê subsídios reais à formação integral do aluno desvela as finalidades das reformas educacionais, como a BNCC, em que a universalização do acesso ao saber básico/mínimo acaba em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam aumento dos índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao conhecimento, inclusive dentro da escola, com impactos negativos na aprendizagem do sujeito ao longo da vida. (TAVARES, 2019, p. 39)

Dentro dessa lógica, o professor deverá estabelecer um compromisso com todos os alunos, com foco na equidade, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

E de acordo com a BNCC (2017, p.15), o compromisso com a Educação Integral e a igualdade, diversidade e equidade coloca que,

os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na **equidade**, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

A BNCC é um instrumento e, cabe aos sistemas de ensino utilizá-la, incorporando aos currículos temáticas regionais e locais de acordo com as necessidades e acrescentando a outras propostas de estudo.

3.7 O Documento Curricular de Goiás e a Educação Física

O Documento Curricular de Goiás é um instrumento utilizado pelas escolas estaduais públicas e que tem como “objetivo contribuir com as Unidades Educacionais apresentando propostas de bimestralização dos conteúdos para melhor compreensão dos componentes do currículo e sua utilização na sala de aula” (GOIAS, 2012).

Caracteriza-se como um instrumento pedagógico que pode orientar de forma clara e objetiva aqueles conteúdos necessários e comuns a todos os estudantes, estando estes de acordo

com as legislações vigentes como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Parâmetros Curriculares Nacionais, nas matrizes de referências dos exames nacionais e estaduais.

Ressalta-se ainda, que o Documento Curricular pode ser trabalhado e ampliado pela escola e pelo professor de acordo com a necessidade social, cultural e histórica, com questões específicas de acordo com suas realidades. É claro que, há contradição nesta alegação, pois sendo um currículo de bimestralidade e inflexível, propõem uma da autonomia do professor levando ao nivelamento do conteúdo e, como nos afirma Libâneo apud Pinheiro e Nascimento (2018, p. 660), “o que se vê no Currículo Referência é um quadro congestionado de conteúdos que devem ser ensinados em tempo limitado, exigindo simultaneamente que seja oferecida uma formação integral ao estudante”.

Dessa forma, por vezes tal normativa acaba dificultando o trabalho do professor, limitando suas ações e fornecendo um currículo que não pode ser mudado, sem flexibilização e falta de interação com a realidade. Por isso, o trabalho do professor é fundamental, pois recai sobre o seu conhecimento do que e como ensinar.

Só há mudança, se o professor for um agente transformador das situações que lhe são impostas, conforme cita Freire (2017, p.120), “o importante, por isso mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham”. Assim, aos poucos, o professor vai conquistando o seu espaço e ganhando autonomia, mas ainda há fatores que o oprime, como declara Charlot (2013),

O professor ganhou uma autonomia profissional mais ampla, mas, agora, é responsabilizado pelos resultados, em particular pelo fracasso dos alunos. Vigia-se menos a conformidade da atuação do professor com as normas oficiais, mas avaliam-se cada vez mais os alunos, sendo a avaliação o contrapeso lógico da autonomia profissional do docente. Essa mudança de política implica numa transformação identitária do professor (CHARLOT, 2013, p.15).

Nesse contexto, o professor deve estar consciente quanto a sua posição, num processo entre opressor e oprimido, e entre aquilo que ele acredita ser e o que pode vir a ser, tentando superar seus limites profissionais em um ambiente às vezes com pouca estrutura física e inadequado para o estudo. O professor deve buscar proporcionar as relações dialógicas humanas em uma possível escola democrática, solidária e que se preocupa com a formação do aluno como um todo.

Na condição colocada pelo Currículo Referência do estado de Goiás observamos um processo hierárquico: Secretaria de Estado da Educação de Goiás e CRE – Coordenação Regional de Educação, escola, professor e até chegar ao aluno, se elabora um, que sintetiza a

relação de aderência do opressor pelos oprimidos como relata Freire (2017, p.39), é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora.

Nessa perspectiva, os oprimidos são colocados como objeto de subordinação ao currículo oferecido pelo estado. Cabendo ao professor, um processo de superação que se contraponha à passividade imposta pelo mesmo.

Sobre os Temas Contemporâneos e as Diversidades, parte sobre a Educação Inclusiva a seguinte colocação:

O DC-GO reconhece a importância das Necessidades Educativas Especiais para a promoção de uma educação inclusiva real no estado, acredita na autonomia das escolas e dos professores, professores de apoio e intérpretes para observar cada realidade e aplicarem as metodologias e práticas pedagógicas também especiais, garantindo, assim, a aplicabilidade do currículo (2012, p. 161)

É imprescindível a valorização da diversidade de saberes e mais ainda, esclarecer as ações que deverão ser aplicadas no âmbito da Educação inclusiva no Estado, reconhecendo as metodologias e práticas eficazes no trato com os alunos com necessidades especiais.

Sobre a área específica da Educação Física o DC – GO (2012, p. 535) ressalta que,

O componente curricular Educação Física, neste Documento, visa desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento, facilitando e promovendo a educação do corpo, formando o cidadão que vai reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas.

Sendo assim, os objetos de conhecimento e unidades temáticas, do componente curricular Educação física, visam a democratização das diversidades e manifestações da cultura corpo.

O Documento Curricular de Goiás deve ser orientado pela BNCC articulando as competências específicas durante todo o Ensino Fundamental, e que deverão estar alinhadas às competências da área de linguagens e gerais como mostra o quadro abaixo.

Quadro 3 – Competências Específicas de Educação Física para o Ensino Fundamental

1	Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2	Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.

3	Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4	Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
5	Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
6	Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
7	Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
8	Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
9	Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
10	Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017, p. 221).

Seguindo a mesma linha de raciocínio da BNCC, o DC-GO para a Educação Física manteve a divisão das turmas em blocos - 6º e 7º ano e 8º e 9º ano – e procura manter como objetivo a continuidade ao processo de ensino aprendizagem. Além dos conteúdos da cultura corporal (jogos e brincadeiras, lutas, ginástica, dança e esporte) acrescentaram as Práticas Corporais de Aventura. Todos estes conteúdos são divididos em seis unidades temáticas que são retratadas no DC – GO, sendo uma ferramenta interessante para o professor analisar. Neste documento, também, busca-se retratar as oito dimensões do conhecimento: Experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e o protagonismo comunitário. É valoroso que cada dimensão seja retratada e incorporada com as outras de forma significativa.

Assim, as possibilidades que se propõe para o currículo da Educação Física no Estado de Goiás, tem como base essas ferramentas que norteiam o trabalho pedagógico do professor e, “visa à real possibilidade de sua materialização e prática, tanto na escola quanto na família e na comunidade, com todas as perspectivas e possibilidades” (DC-GO, 2012, p. 540).

O próximo capítulo será a discussão e os resultados obtidos na pesquisa a partir dos elementos coletados do questionário, da entrevista e da observação das aulas sendo feita as anotações através de um Diário de Campo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo trataremos da coleta, análise e discussão dos resultados da nossa pesquisa baseada nos objetivos propostos. Tivemos uma considerável quantidade de aulas acompanhadas para observação com intuito de captar mais informações, pois com o aparecimento da pandemia da COVID-19, houveram mudanças nos horários, no local, e conseqüentemente nem todos os alunos conseguiam assistir as aulas no formato online.

Acreditamos que este estudo possa ter colaborado, mesmo que pouco, para uma análise e possível reflexão, sobre os desafios encontrados pelo professor de Educação Física frente a inclusão de alunos com necessidades especiais nas suas aulas.

A seguir apresentaremos as análises e discussões baseadas nos objetivos propostos no estudo.

4.1 A coleta, análise e discussão dos resultados

Nos propomos a analisar e discutir os dados obtidos através da pesquisa realizada, sempre levando em consideração o nosso objetivo inicial para o estudo. Apresentamos a seguir nossos objetivos para uma melhor reflexão:

Objetivo Geral

- Analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças.

Objetivos específicos

- Identificar os desafios enfrentados pelo professor de Educação Física em sala de aula;
- Observar as estratégias utilizadas nas aulas, se conseguem incluir a todos;
- Refletir sobre as possibilidades de uma Educação Física que consiga ir de encontro com as necessidades individuais dos alunos.

Neste estudo a coleta de dados foi feita através do método qualitativo que segundo Ludke e André (2012) supõe uma relação direta do pesquisador com o objeto investigado. Foi nesta etapa que procuramos manter nossa relação de proximidade com o professor estudado, mas não interferindo nas aulas, e sim analisando o contexto.

Nesta perspectiva, o nosso estudo procurou analisar a atuação do professor de Educação Física em sala de aula, sendo ele nosso objeto de pesquisa, em algumas turmas no ensino fundamental II (6º, 7º e 8º ano), numa instituição estadual de ensino, que está localizado na região Oeste da cidade de Inhumas Goiás, e é de fácil acesso devido às ruas pavimentadas. Este por sua vez, funciona nos três turnos, sendo que nos turnos matutino e noturno funcionam o Ensino Médio (644 alunos) e no vespertino o Ensino Fundamental II (729 alunos), perfazendo um total de 1.373 alunos nos três turnos. As aulas de Educação Física, por turma, aconteciam duas vezes por semana, onde o professor trabalhava tanto com aulas teóricas quanto práticas. O motivo da escolha desta instituição aconteceu por ser uma escola em que o professor de Educação Física atendesse as turmas de Ensino Fundamental II e que tivesse alunos com necessidades especiais em suas turmas.

Através do questionário, realizado no Google Forms, detectamos que o professor participante da pesquisa, é graduado em Educação Física e atua na escola pesquisada há quatro anos, onde de acordo com o próprio, esta possui acessibilidade em alguns espaços (salas, quadra, cantina) mas falta nos banheiros; não há materiais acessíveis e em quantidade para atuar nas aulas e relatou que na graduação teve somente uma disciplina relacionada à inclusão – Ginástica adaptada; tem pós graduação, mas não na área da inclusão. Estas informações foram repassadas para identificarmos quem era esse profissional. Este assinou o termo de consentimento (TCLE) para a liberação da participação na pesquisa. Foi realizado um acompanhamento das aulas através de um Diário de campo, analisando os espaços, as relações e as estratégias do professor para superar suas dificuldades em sala de aula. Com isso, a proposta estava na observação das aulas do professor nas séries especificadas anteriormente, para depois analisar o conteúdo e dar suporte às discussões e reflexões. Os resultados poderão servir como meio norteador para melhor definir as atribuições e possibilidades do professor em sala de aula diante da diversidade.

Foi proposto também, de início, uma entrevista, gravada através do Google Meet antes do início dos acompanhamentos das observações, sendo uma ferramenta de serviço de comunicação por vídeo, com o professor participante da pesquisa trazendo algumas questões referentes à forma de trabalhar e como eram preparadas suas aulas baseadas em um currículo pronto. Este recurso foi utilizado por estarmos em pandemia e durante a quarentena, tendo que mantermos o distanciamento social.

Para a entrevista realizamos algumas questões, anexadas no Apêndice 4, enviamos o link de entrada na sala do Google Meet e, com a chegada do professor, explicamos sobre a nossa pesquisa e seus objetivos. Transcrevemos a seguir as perguntas e as respostas dadas pelo

professor. Para uma possível análise do exposto na entrevista do professor, fizemos marcações das falas em que acreditamos serem relevantes para a nossa discussão.

- Quais suas dificuldades ou desafios que possui como professor, para trabalhar com os alunos da inclusão?

*Tem vários tipos de alunos de inclusão no colégio, alunos com problemas de locomoção, audição, cognição **por ser vários fatores isso já dificulta um pouco**, tem que lidar com várias coisas. Uma das coisas que atrapalha mais que percebo é a **falta de material** pra gente trabalhar com esses alunos. Porque a gente tem sempre que **ficar adaptando** pra gente trabalhar com alunos. Às vezes eu me pego com medo de dar um pouco mais de atenção para o aluno com a necessidade esquecendo dos que não tem necessidade ou o contrário né. Por agente ter **vários alunos** as vezes prepara uma aula que atenda mais os que não tem necessidade, então, eu tento balancear deixar um pouco mais equilibrado essa balança. Não é fácil, é difícil (informação verbal).*

Nesta parte inicial, o professor expõe alguns dos fatores que dificultam a sua ação e lidar com uma variedade de alunos com necessidades diferentes, refere-se também a falta de materiais e como o professor tem que fazer para conseguir realizar as aulas, sempre adaptando materiais. Para Dalla Déa (2019, p. 64)

alguns materiais que podem ser utilizados na aula de Educação Física podem ser mais atrativos, principalmente para as crianças com deficiência intelectual, e assim facilitar a inclusão, como materiais mais coloridos como bambolês, cones, bolas diversas com diversos tamanhos, materiais em EVA, entre outros.

Ainda ressalta sobre a falta de material: “a gente não tem material adaptado de nenhuma forma” e reforça que as deficiências não são empecilho.

*Pôr a gente **ter um auxílio** de sempre ter um professor que nos ajude com essas questões. Por exemplo: a aluna que tem o problema da audição eu tenho a professora de libras. O que eu não consigo me comunicar com ela, apesar de já tentar fazer uma comunicação com ela e sai algumas coisas, a professora de libras consegue intervir pra fazer a comunicação minha com ela e dela comigo. Isso daí até acaba passando. Aliás é uma das alunas especiais que tenho menos dificuldade de trabalhar, porque como o problema é audição e a comunicação a gente já consegue transpor esse obstáculo o restante ela participa normalmente (informação verbal).*

O auxílio de um professor de apoio, neste caso, com uma aluna surda, é colocado como essencial para o desenvolvimento da mesma e para aconteça uma comunicação mais efetiva e dê uma segurança a aluna sobre as ações que deverá cumprir durante as aulas. E fazendo um relato sobre outro aluno com necessidade especial o professor coloca que:

*Agora o aluno que é cadeirante, muitas das vezes eu tenho um pouco mais de **dificuldade de trabalhar** com ele até pela **falta de experiência**, né, e assim, a questão de adaptação eu acho mais complicada para trabalhar com esse aluno, porque eu já pensei em fazer algumas coisas com cadeiras de roda, só que só tem a cadeira do*

aluno com deficiência, entendeu? Eu não consigo dar nem vivência para os outros alunos, para eles experimentarem como o aluno cadeirante se sente em relação a nossa aula, entendeu? Eu acho mais difícil por conta dessa questão. E, principalmente, a deficiência que me deixa um pouco mais com dificuldade é a de locomoção, as outras eu consigo trabalhar com tranquilidade (informação verbal).

Com isso, podemos observar o que Dalla Déa propõe sobre as estratégias a serem trabalhadas pelo professor em sala de aula para tentar sanar com um pouco das dificuldades encontradas.

Para que a exclusão não seja uma regra nas aulas de Educação Física é preciso que o professor crie diversas estratégias para uma mesma atividade, proporcionando assim a possibilidade de participação e de sucesso para todos os estudantes, encontrando habilidades nos que são considerados não habilidosos nas práticas esportivas (DALLA DÉA, 2019, p.55).

Já para Silva, Santos e Fumes (2014, p.32),

a Educação Física enquanto disciplina curricular não pode ficar fora do processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência, visto que tem como objeto de intervenção um importante elemento da cultura humana – o movimento humano e as suas diferentes manifestações (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, entre outros).

- Como você prepara suas aulas para uma turma diversificada?

*Eu primeiro tento **identificar quais são os problemas**, quais são as **deficiências**, em uma turma diversificada ou qual as necessidades que os alunos precisam. Num primeiro momento eu tento fazer um **enfoque global para atender a todos**. Já depois vou tentando afinar para chegar naquele problema, naquela necessidade do aluno. Então, ao mesmo tempo que tento trabalhar de forma global em algumas aulas tentando **incluir** esses alunos com necessidades ali, depois a gente parte das necessidades do aluno, como era o caso do aluno cadeirante, para os alunos entenderem a necessidade daquele aluno e saber como aquele aluno se sente né, qual é a dificuldade que ele tem pra eles terem essa vivência e poderem também ajudar o aluno, numa visão de “opa”, isso daqui não dá para o aluno cadeirante fazer. Como que a gente pode trabalhar isso? “Opa” dessa forma a gente pode estar excluindo nosso colega, né. E aí eu vou tentando trabalhar dessa forma (informação verbal).*

Nesta fala o professor procura dar ênfase a forma que compreende melhor para poder incluir a todos nas suas aulas, buscando identificar os “problemas” e as deficiências de cada um. Com relação aos planos de aula o professor, buscou explicar melhor essa relação com o currículo. E como trabalha de forma global observando as dificuldades e tentando resolver os problemas individuais dos alunos. Ele tenta focar primeiro no conteúdo trabalhado para depois atender a todos, como relata na fala abaixo:

*Num primeiro momento, não enfoco nos problemas nas necessidades dos alunos. Meu **foco primeiro é no conteúdo** para todos terem a percepção do conteúdo. Ali dentro do conteúdo a gente começa especificar, por exemplo, no basquete a gente sabe que tem o basquete adaptado para cadeira de rodas, então como eu não tenho o material eu passo para eles. Tem o aluno cadeirante e eles podem trabalhar com basquete,*

olha aqui como é, e coloco uma vivência para o aluno cadeirante fazer. O que eu queria é que tivesse mais materiais pros alunos pelo menos vivenciarem. Eu tento não abandonar o conteúdo pra eu atender só as necessidades, eu tento atender as necessidades dos alunos a partir do conteúdo. Aí é onde eu me esbarro com a falta de material ou até mesmo a falta da turma ali, apesar que a turma as vezes ajuda, mas tem os que sempre querem mais jogo, então essas dificuldades a gente também tem [...] eu penso que para a gente entender o outro agente tem que vivenciar aquela dificuldade que o outro tem. Trazer pra gente aquela dificuldade, e eu acho que fica mais palpável (informação verbal).

Posteriormente direcionamos a pergunta para que ele falasse da forma que trabalha e se sente satisfeito com sua forma de ensinar.

- Sente-se satisfeito com o resultado das aulas?

*Em alguns momentos eu fico feliz de ver a evolução de alguns alunos, de sentir que eu tento sempre trazer o aluno para estar ali junto, pra ele participar, pra não ser excluído ali. Não sei se isso é de mim, mas sempre fica uma pontinha assim, de que o que mais poderia fazer, o que mais daria pra fazer. Uma falta de preparação mesmo sabe, porque no caso eu só tive **uma disciplina na faculdade que falava “disso”**. Então, assim, eu acho que falta alguma coisa, acho **que falta preparação**, as vezes **uma dedicação** um pouco a mais, porque a gente **trabalha com muita coisa**, eu penso que assim a gente não consegue atender tudo que a gente poderia atender, sabe. Fica um pesar, será que deixei a desejar? Falta alguma coisa? E pensar positivo que já aconteceu alguma mudança, mas eu **não sei** se estou se estou totalmente preparado pra aquilo (informação verbal).*

Aqui retrata que na formação inicial teve somente uma disciplina que falasse e orientasse sobre a inclusão ou diversidade nas aulas. E reforça que falta preparação e dedicação por parte dele mesmo para tentar sanar um pouco das dificuldades.

O professor ainda continua a fala direcionando para possíveis cursos de formação.

*Eu acho que as vezes, se isso fosse uma política mais dentro do Estado, da Educação, as vezes eles poderiam **trabalhar um pouco mais com a gente para nos prepararem** para isso. Eu fico vendo as vezes de no caso da gente ter esses professores que nos auxiliam, né. Fica um pouco mais restrito a eles essa preparação, entendeu? E assim, acho que falta um pouquinho pra gente também, porque além da gente precisar entender a necessidade do outro, a gente precisa saber de outras formas pra gente prosseguir, atender as necessidades deles. Às vezes **me sinto sozinho** procurando material pra eu entender a necessidade do aluno e conseguir atender aquela necessidade. Assim, as vezes **me sinto um pouco perdido**, me pergunto, será que é isso que eu posso fazer? Será que não tem algo a mais, eu sempre tento estar em muitos diálogos com eles. Até para saber “se estou atendendo esse aluno direito”, tô chegando no objetivo? O que eu posso fazer? Eles conseguem me auxiliar um pouco, mas eu **tenho dificuldades** ainda (informação verbal).*

De acordo com a fala do professor sobre a formação profissional, enfatiza que é necessário o trabalho mais focado na inclusão, sendo que as vezes o foco está centrado nos professores de apoio se sentindo, assim, perdido e com dificuldades para desempenhar seu trabalho. Segundo Chicon (2008 p.28),

As pesquisas indicam que o despreparo profissional e a desinformação são apontados, pela grande maioria dos profissionais da educação, como a causa do não atendimento educacional dos alunos com NEEs que frequentam as classes regulares. Com isso, está havendo um forte movimento em prol da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, com o objetivo de qualificá-los para atender à diversidade encontrada no interior da escola.

- Como realiza o processo de avaliação com alunos da inclusão?

*Eu vou até além. Muitos colegas nossos se perdem nessa parte porque tentam muito uma avaliação da técnica do aluno, física mesmo. E já outros, no caso do colégio onde trabalho, tem **um foco muito grande na avaliação escrita**, os alunos todos fazem. Só que aí além de ter esse problema do aluno, as vezes ter alguma limitação física, ele também pode ter uma limitação intelectual como nós temos lá. Então eu tento sempre balancear isso daí, eu quero saber o quê que o aluno conseguiu aprender com aquilo. E a **avaliação** eu tento fazer, a não ser algo que pra tirar a nota do aluno, pra diminuir o aluno, mas **para saber o quê que eu consegui de evolução com esse aluno**. Então ela passa a ser **diária** pra observação ali. Nossa o que o aluno conseguiu aprender hoje, foi pra frente esse conteúdo, tá deslançando? Porque as vezes no momento de uma prova escrita, que é muito cobrado lá no colégio, o aluno não dá conta de se expressar totalmente, mas na participação dele lá, durante as aulas ele consegue, além de executar passa pra mim na forma de falas e tudo, mais que ele tá entendendo o que foi dado ali. Então, principalmente, esses alunos que tem um problema, um pouco mais, intelectual, eu **tento adaptar** uma prova um pouco mais diferente pra eles. O aluno cadeirante, além do limite motor, ele não foi alfabetizado direito, então ele tem muita dificuldade na escrita, então a gente faz uma prova diferenciada pra ele e, é uma **avaliação muito mais no dia a dia** de conversar mesmo “é aí aprendeu mais ou menos a execução do toque, como é que faz?” pra ele falar pra mim “professor a mão é assim (demonstra), eu tenho que tocar assim (demonstra), ou se não, até mesmo se ele não conseguiu em forma de fala né, e peço pra ele executar pra eu ver, pra ele ver se entendeu “não, o toque é quando a bola vem em cima da cabeça”, ele vai e faz e sabe identificar o toque. Então isso daí já é um avanço, então eu sempre peço tudo isso e não deixo só para momento da avaliação escrita ou o momento da execução. Tento sempre fazer uma avaliação dia a dia, sempre construindo com os meninos passo a passo pra eu conseguir entender até onde nós estamos ou até o que eles aprenderam (informação verbal).*

Neste caso, o professor busca uma avaliação diária do aluno tentando balancear e adaptar sempre que possível, mesmo na escola tento um foco na avaliação escrita. Dentro do aspecto avaliação Weber (2013, p. 57)

coloca que através da avaliação se verifica o que o aluno aprendeu ou não e o que pode ou deve abeberar, pode-se então mobilizar recursos para que ele possa compreender. Dessa forma se estará respeitando o seu direito de aprender tudo que é necessário tornando-o capaz de promover o seu próprio desenvolvimento. Ou seja, se pressupõe que a avaliação proporciona um melhor direcionamento de como, e do que deve ser investido para a aprendizagem do aluno, mobilizando-se para esse propósito, dando condições através do conhecimento, tomar consciência, ser capaz de melhorar suas probabilidades ou lutar por essa melhora.

Em relação ao tipo de avaliação aplicada, o professor explica como acontece a adaptação e se é na avaliação teórica ou prática.

*A **prova teórica a gente adapta**, por exemplo, os alunos que tem um problema intelectual, cognitivo, a gente faz a prova um pouco mais “colorida” pra eles, com desenhos pra ele saber o que é um toque, um desenho de toque, para ele identificar o*

toque, identificar a manchete, esse tipo de coisa, que é algo que fica mais a nível dele. A gente adapta mais isso daí, já a parte prática o que não é limite pra eles a gente coloca lá pra eles executarem. Mas a prova prática minha ela não acontece em um momento, é sempre no decorrer das aulas. Como é que esse aluno vem participando da aula? Ele vem mostrando que tá entendendo? Os alunos que tem necessidade especial, por exigirem um pouco mais da gente na presença, porque eu acabo sempre assim, eu faço a aula explico para os alunos em geral e sempre acabo tendo que ir no aluno especial dar uma atenção a mais. Então a gente consegue entender melhor o nível que ele tá. Nos alunos de modo feral é um pouco mais difícil, porque a turma é grande, então nesses que tem necessidade especial a gente consegue ter um acompanhamento mais perto, mais próximo que nos outros (informação verbal).

E ainda Silva (2015, p.100) enfatiza que “precisamos avaliar segundo nossos objetivos e considerar o processo de construção do conhecimento elaborado pelo aluno”. Não dá para desconsiderar os elementos que dão sentido a eles e o autor ainda reforça que “muitos professores continuam avaliando seus alunos da mesma forma como foram avaliados em seus cursos de formação, o que indica falta de leitura e referencial teórico sobre a avaliação” (p.105).

- Como é a participação dos alunos da inclusão nas suas aulas?

Eu acho que, às vezes, eles se sentem tão parte do meio que eles não querem fazer. Por preguiça, por não ter tido o costume de fazer aula de Educação Física antes, cê tá entendendo? Quando chega lá no Colégio, ele já é, muita das vezes, aquele aluno que na primeira fase o professor falava assim: “não, não dá pra fazer fica aí”, “não faz”, então ele, principalmente no início, sente um pouco mais de dificuldade na participação. Mas eu vou sempre tentando trazer falando “oh, tem que fazer, é como qualquer uma outra aula, tem que participar, você vai participar”. Então não é só o problema da necessidade especial, porque isso a gente vem tentando sanar, vem tentando trabalhar com eles. Mas eu percebo que vem até do aluno, “não eu não gosto muito de Educação Física” e tem alunos que não gostam, mas a grande maioria participa bem. Muitas das vezes, o problema está mais com o não querer fazer, porque alguns alunos com problema cognitivo, eles gostam muito e são os primeiros a estarem participando. A aluna com problema auditivo, ela não gosta muito eu percebo que as vezes pode ser por falta da audição, ela sente um pouco de insegurança. Eu já trabalho bastante isso por ela as vezes não conseguir, isso interfere muito no não conseguir executar o que está acontecendo ao redor, eu vejo que ela sente um pouco de medo as vezes de levar uma bolada, alguma coisa do tipo, ou por causa do aparelho que ela utiliza. Mas eu sempre tento sanar essas questões e sempre tento “oh, vamos experimentar, vamos participar, vem pra cá, eu preparei alguma coisa diferente pra você”. Mas eu tento não trabalhar com aquele que tem necessidade especial à parte, porque eu vejo que alguns professores tentam isso né, “eu preparo uma coisa para todo mundo e você que tem necessidade especial, você trabalha à parte”. Eu tento que todos trabalhem juntos, cê tá entendendo? Porque senão eu tô da mesma forma excluindo, eu tô colocando ele à parte. Ele tem que tá junto de todos, mesmo que as vezes, eu vou, igual eu te falei, invés de ter um enfoque ali no total, no global em todos, meu enfoque é nele e os outros terão que adaptar pras necessidades dele. Então, assim, eu tento sempre puxar, eu vejo muito como que outro aluno não sabe fazer, “vamos fazer” e tento fazer daquele um momento bom. No final, esse aluno que “há não quero fazer”, sempre converso como qualquer outro aluno que não tenha necessidade especial, “e aí cê viu, foi bom, a gente diverte né, por mais que você não esteja num dia bom, a gente tem que tentar, eu sei que não é fácil fazer exercício físico, no fazer atividade física tem gente que não gosta, né”. Mas eu sempre estimulo eles, eu considero a participação deles de moderada a boa com raros casos de alunos que não querem de forma alguma, cê tá entendendo? Ou por algum trauma de antes ou por não serem acostumados a fazer. Mas até estes eu coloco pra fazer. Eu tenho essa característica de não aceitar alunos nas minhas aulas

*“assistir aula”, ele **tem que participar da aula**, não importa quem. Mas só em casos extremos em que o aluno tá machucado e não tem como participar, aí ele assiste, mas o objetivo é sempre que todos participem (informação verbal).*

Aqui podemos observar que para o professor, os alunos da inclusão não participam das aulas por preguiça, por não estarem acostumados, por insegurança ou medo. Procura sempre que todos participem das aulas e coloca que todos devem fazer isso juntos.

- Você conhece o Currículo Referência do Estado de Goiás ou Documento Curricular? Fale sobre ele.

***Conheço e muita das vezes acho um pouco limitado.** A gente trabalha, além de trabalhar com o currículo referência do Estado, a gente tem que executar no nosso trabalho de planejamento, que é limitado em cima. A gente tem um programa que chama SIAP (Sistema Administrativo e Pedagógico), que ele já dá pra gente qual é o conteúdo a ser trabalhado. O quê que ele dá? Ele dá tudo, ele dá conteúdo, ele dá objetivo, dá a metodologia e dá a avaliação. A gente **fica um pouco amarrado** em cima disso, cê tá entendendo? Até mesmo se eu quiser trabalhar o mesmo currículo, mas em ordens diferentes “eu não posso”, eu tenho que trabalhar: “o primeiro bimestre é esse, o segundo é esse conteúdo”, então entendeu é assim. O problema ao meu ver fica um pouco nesse amarrado que a gente tem. O currículo, eu acho que **falta um pouco de atenção nos momentos para as necessidades especiais dos alunos**, ele fica a cargo do professor e eu acho que seria até momentos para algumas escolas com alunos com necessidades especiais entenderem como é que é, a necessidade especial de outros, né (informação verbal).*

No direcionamento da resposta sobre o Documento Curricular, podemos observar uma insatisfação pois apresenta uma limitação, deixando o professor amarrado sem poder dispor de momentos e formas diferentes de ensinar. E ainda coloca que *“falta um pouco de atenção nos momentos para as necessidades especiais dos alunos”*, isso dificulta o trabalho do professor com os alunos da inclusão, pois não há possibilidade de ensinar respeitando o tempo do aluno.

Na continuidade da fala há um direcionamento para o Estado e a contratação de professores de apoio para auxiliar nas aulas com turmas de alunos que tenham necessidades especiais.

*Se aquela turma é ou não tem nenhum (aluno com necessidade especial), é outra crítica que as vezes faço ao Estado, porque o Estado tem o costume, pra ficar “mais barato”, “pra não pagar outros professores que auxiliam a gente (a gente fala professor de apoio)”, ele pega todos os alunos de apoio e coloca em uma sala, ou seja, aquela turma ali vai ter conteúdo com esses alunos, mas as outras turmas estão perdendo esse contato com esses alunos de necessidades especiais. Por **que fica mais barato para o Estado pagar para um professor ao invés de pagar para quatro ou cinco professores** né que aí os alunos estariam divididos em salas. Então eu acho isso um problema, deixar a gente mais amarrado ao currículo. A gente não ter tanta possibilidade de sair (informação verbal).*

Sobre a necessidade e proximidade do professor de apoio na escola e nas aulas de Educação Física os autores Silva, Santos e Fumes (2014, p. 33) ressaltam que

o professor de Educação Física enquanto um professor de sala de aula comum deve partilhar das ações conjuntas para a inclusão do público alvo da Educação Especial e deve ser (in) formado sobre os diferentes serviços e profissionais disponíveis na escola que podem colaborar com a sua prática pedagógica.

Depois volta seu direcionamento para o currículo do Estado e continua enfatizando-o como sendo amarrado.

*Uma grande crítica desse currículo antigo que se tinha é que em junho a gente tem Festa Junina, o quanto seria bom trabalhar dança em junho e, dança é sempre no terceiro bimestre nesse currículo. Nunca podia ser trabalhado no segundo bimestre, mas a gente tá trabalhando uma dança né, a gente tá tendo que ensaiar os alunos para a quadrilha e a gente não tá trabalhando o conteúdo de dança, uma coisa iria amarrar a outra. Aí depois que passou a quadrilha que é algo que a gente tem que trabalhar com os alunos, porque faz parte da escola, eu tenho que trabalhar o conteúdo de dança no terceiro bimestre e não trabalhei no segundo. Então sempre tem esse tipo de crítica tá, mas o **amarrado** acho que é o pior desse currículo (informação verbal).*

- Tem consciência do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola em que atua?
- Qual a sua participação na elaboração desse projeto?

*Não sei se isso é uma característica de todos os Colégios, mas pelo menos os que eu passei isso vem acontecendo. O PPP, ele sempre é **participativo**, todos participam, mas não participam da gestão, dele “nascer junto”. O quê que é a participação hoje em dia do PPP, a gente conhece, mas conhece o **PPP fracionado**. Ele sempre é levado no início do ano pra gente “oh, vamos discutir o PPP, tantos professores vão ficar com essa parte, você vai ficar com essa parte, você vai ficar com essa parte e essa parte, vocês leem e veem o que tem problema nele, corrige e devolve”. Então a gente conhece, mas conhece o PPP fracionado (informação verbal).*

O PPP é um instrumento onde segundo Weber (2013, p.95) “deve constituir como um mediador entre os desejos da comunidade escolar e o planejamento concreto das ações a serem tomadas para a realização do processo educacional”. Por isso mesmo entende-se que as ações inclusivas têm que estar presentes no referido documento. Ainda sobre o PPP, Silva, Santos e Fumes (2014, p. 33) colocam que

um dos pontos essenciais para tornar a educação inclusiva um projeto da escola, com a realização das imprescindíveis mudanças na organização e no funcionamento da escola é que o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) incorpore esse novo modo de pensar e fazer a educação. Para isso, a sua discussão coletiva é fundamental, de maneira que esse seja reconhecido como um projeto da escola e que reúne os anseios, as necessidades e as aspirações de todos.

Para o sucesso de uma ação inclusiva na escola, é importante que todas as esferas que a compõe, estejam de comum acordo e inteiradas sobre a forma de incluir, deve haver um trabalho em equipe em favor de um objetivo comum a todos. Segundo Silva, Santos e Fumes (2014, p.34) “é preciso levar em consideração as experiências vivenciadas pelos diferentes professores,

bem como respeitar as particularidades de cada um dos envolvidos (alunos, professores, gestores, pais, entre outros)”.
 Em seguida, fala do período da pandemia e o que conseguiu fazer durante algumas aulas.

*Agora que você vai poder acompanhar um pouco mais, me foi cobrado um pouco. Esses meninos estavam **parados em casa**, a gente tem que fazer esses meninos movimentarem. Então eu passo uma **aula mais prática** no assim dizer, **com exercícios físicos** pra gente atender essa parte um pouco mais biológica dos meninos. E uma outra aula, que é uma aula um pouco mais teórica, que ele vai **trabalhar mais a cultura corporal**, mesmo né. Pra ele entender ali quais são as técnicas do handebol, mas tem algo além disso, porque eu acho que eles tem que identificar as técnicas, mas e aí como é que é o esporte? O esporte é limitante onde? Então tem uma discussão também. No máximo que eu não considero tanto uma aula teórica quando eu sento com os meninos pra discutir aquilo ali né. Quando a gente tá no ZOOM, a gente **discute** isso, que pra mim é quase uma aula prática. Eu vejo mais a aula teórica como algo - mais uma leitura e, só uma discussão comigo falando e quando coloco o aluno pra falar, pra mim isso é prática, ele está participando da minha aula. Ele está dando o feedback dele, ele não tá só lá recebendo, né. Então seria um pouco mais **teórico-prática**, mas as aulas são mais teóricas, aquela aula que eu tô mandando atividade para o aluno é sempre, mais ou menos, um texto falando sobre aquilo que a gente tá trabalhando né. Eu tenho até que olhar que com essa mudança de currículo, eu não sei, eu vou olhar, hoje, e planejava minha aula de quinta-feira, que já tem quinta-feira e eu não sei qual o conteúdo trabalhar, mas já começo a fazer agora. Então eu já olho, faço um texto e faço questões pros alunos responderem para me darem uma devolutiva pra eu entender se ... (entrevista encerrou com problemas de conectividade – internet – do entrevistado) (informação verbal).*

Procurou esclarecer como fazia para que acontecesse as aulas durante a pandemia da COVID-19, dando aulas tanto teórica quanto práticas através do ZOOM. Houve uma necessidade de colocar alunos para fazerem atividades mais práticas pois estavam muito parados em casa, isso através dos exercícios físicos (condicionamento) e para as aulas teóricas buscava trabalhar os conteúdos da cultura corporal num processo teórico-prático.

A partir daí foram feitos acompanhamentos de 37 aulas do professor de Educação Física, nas turmas de 6º (C/D) 7º(A/B/C/D/E) e 8º (A/B/C/D/E) anos, de acordo com o REANP - Regime Especial de Atividades Não Presenciais, orientados pelo Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação de Goiás utilizando como recurso o aplicativo ZOOM nas aulas da escola, devido a pandemia do COVID-19. Essas aulas aconteciam de forma agrupada no período vespertino, onde:

Quadro 4 - Séries, turmas agrupadas e quantidade de aulas assistidas

Série	Turmas	Aulas
6º ano	C/D	6
7º ano	A/D/E	10
7º ano	B/C	7
8º ano	A/C	6
8º ano	B/D/E	8

Fonte: Elaboração própria (2021)

Somente o 6º ano, nas turmas A/B, não tinham alunos com necessidades especiais, sendo este um fator de exclusão para o acompanhamento das aulas.

As turmas escolhidas seguiram com critérios de escolha, pois: 1º Eram turmas do professor pesquisado, 2º devia ser do ensino fundamental II e 3º ter alunos com necessidades especiais – inclusão. Com base nestes critérios de seleção observamos os seguintes alunos por turma de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 5 - Turmas e alunos selecionados para observação

6º C/D (1 aluno)	7º A/B/C/D/E (9 alunos)	8º A/B/C/D/E (10 alunos)
Um aluno apresentando Deficiência Intelectual + Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade	Os alunos apresentaram Deficiência Intelectual, Distúrbios de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade	Uma aluna com surdez, uma com baixa visão, Deficiência Múltipla, Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtorno de Ansiedade

Fonte: Elaboração própria (2021)

As aulas aconteceram de 13/08/2020 à 10/12/2020, no período vespertino, com diversas mudanças nos horários, avaliações, festival interno e Semana do Saco cheio, ocasionando, algumas discrepâncias na quantidade de aulas por turmas. Foram 37 aulas observadas e que aconteceram em ambiente virtual na plataforma utilizada pela escola – ZOOM, com duração de 40 minutos cada. A maior parte das aulas era direcionada pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás, onde o professor trabalhava o conteúdo já encaminhado, podendo acrescentar informações ou não durante as aulas. Quando iniciamos o acompanhamento das aulas, o professor avisou as turmas que estariam sendo observadas explicando o motivo da pesquisa. Durante todo o processo das aulas a câmera da pesquisadora ficou desligada para que o foco dos alunos fosse no professor da turma, até porque eles já possuíam outros meios de distração das aulas por estarem em casa, com várias pessoas em quarentena, ou no trabalho com os pais.

O professor tinha como fundamento para dar aulas, o currículo da Educação Física que é baseado na BNCC, com o conteúdo que trabalha a cultura corporal e, segue com o Documento Curricular do Estado de Goiás, que determina os conteúdos a serem trabalhados por série nas turmas das escolas do Estado. O professor realizou tanto aulas teóricas, com leitura de textos e discussões e vídeos, como também, utilizou como recursos para as aulas práticas, textos com imagens que demonstravam quais atividades deveriam ser desenvolvidas, a forma e quantidade de repetições. Ele direcionava as atividades com demonstrações e depois acompanhava pela

tela do computador, em sua casa, as realizações feitas pelos alunos. Organizava as aulas práticas, buscando adaptar as realidades vivenciadas em cada casa, e as matérias e espaços. Um exemplo foi quando pediu aos alunos que organizassem corda e um tapete ou colchonete para realizar algumas aulas, muitos conseguiram, mas outros tiveram dificuldades e procuraram outros materiais como toalha, ou tecido.

Em outros momentos, observamos que alguns alunos não realizavam as aulas em casa, pois apareciam em lugares diferentes e, quando o professor perguntava sobre o espaço para desenvolverem as práticas esses alunos diziam que estavam no espaço de trabalho dos pais. Essa realidade foi vivenciada por muitas famílias durante a pandemia da COVID-19. Outra situação foi o problema da internet, muitos alunos com dificuldades de acesso e com qualidade não muito boa, onde muitas vezes tiveram que ficar com suas câmeras desligadas – segundo eles – para conseguir assistir as aulas. Essas situações foram encontradas em todas as turmas, durante o período da pandemia e da nossa observação nas turmas.

O nosso objetivo ao observar as aulas foi de obtermos informações de acordo com as falas dos participantes da pesquisa e uma posterior análise dos fatos. As anotações aconteciam simultaneamente as aulas, pois estas não eram gravadas, requerendo do pesquisador uma atenção a mais, principalmente, quando o quantitativo de alunos nas aulas excedia a quantidade de participantes em tela. Por exemplo: se havia setenta alunos na sala de aula (aplicativo ZOOM) este comportava somente cerca de uns quarenta alunos por tela e o restante era transportado para outra página sequencial. Com isso, não era a todo momento que podia ter os alunos com necessidades especiais na mesma tela ou campo de visão. Nas anotações do Diário de Campo colocamos os dias, horários o período e duração das aulas, com suas interferências e mudanças ocorridas durante o período de quase quatro meses de acompanhamento.

Consideramos necessárias as indagações de Ludke e André (2012, p.20) onde o pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que não seja a verdadeira.

Todos os materiais coletados e os dados analisados foram utilizados somente para fins da pesquisa, não havendo identificação do professor pesquisado e nem dos alunos.

Diante do acontecido pelas mudanças ocorridas devido a Covid-19, pudemos fazer adequações quanto ao local e forma de observar conseguindo, assim, realizar nossa pesquisa atendendo ao que foi proposto no objetivo da pesquisa.

Em relação aos nossos objetivos, acreditamos que através das observações ocorridas com o Diário de Campo, conseguimos analisar e perceber quais foram os desafios encontrados e refletir sobre as possibilidades de lidar com alunos com necessidades especiais nas aulas.

Através das observações feitas pudemos refletir sobre o real(is) desafio(s) que apareceria (m) nestas aulas, ouvindo as falas e explicações do professor e dos alunos durante a realização destas. É importante frisar que muitos dos alunos que tinham necessidades especiais não estavam sempre presentes nas aulas e, que estes nem sempre tinham professores de apoio para acompanhá-los.

Diante de várias mudanças ocorridas a identificação das dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula se tornaram fundamentais para refletirmos o porquê e como isso acontecia. Se a formação inicial e continuada do professor tinha um reflexo direto nessa resposta ou se outras dificuldades como a acessibilidade, a falta de vontade dos alunos em participar das aulas, e também, às vezes, de um professor de apoio para auxiliar junto ao professor da turma nas atividades a serem desenvolvidas em sala e fora dela.

Devido ao grande número de aulas assistidas, descreverei aqui quatro (4) delas, sendo uma em cada turma, para tentar repassar as observações obtidas através do diário de campo.

Uma das situações que descreverei a seguir, reflete como aconteceu a décima oitava aula observada nas turmas do 8º ano A e C: o professor sempre inicia a aula com a chamada e gasta cerca de 10 minutos para finalizar; ao término da chamada começa a falar sobre o setembro amarelo – suicídio – e passa dois vídeos sobre a temática, sendo que esta ação é proposta pela escola para que seja trabalhada em todas as turmas. Logo a aluna com surdez entra na sala, permanece com a câmera desligada por alguns minutos, mas logo ligou. Esta aluna, que é surda, acompanhou os vídeos somente de forma visual, pois não tinha descrição em Libras no vídeo ou legenda e neste dia não havia professora de apoio para acompanhá-la. Todos permaneceram observando a aula e ninguém perguntou, cabendo ao professor a explicação sobre os vídeos apresentados e a aula termina. Toda essa dinâmica foi realizada na aula online pelo aplicativo ZOOM por cerca de 40 minutos.

Sobre a aluna em questão, foi nos enviado pelas profissionais responsáveis pelo atendimento educacional especializado da escola um relatório de avaliação bimestral onde consta que, a aluna foi diagnosticada com perda auditiva bilateral, necessitando assim de um profissional de apoio para auxiliá-la nas aulas. Ainda relatam que necessita de apoio, pois não consegue manter o foco nas atividades propostas em sala de aula. Esse posicionamento nos revela uma necessidade de um acompanhamento de perto por um profissional de apoio ou colaborador que auxilie a aluna nas questões referentes as aulas do professor regente da turma, pois este não tem habilidades sobre a língua brasileira de sinais e necessita de ajuda para comunicar com a aluna. Esse fator, “comunicação”, foi observado como um distanciamento entre o professor pesquisado e a aluna surda, isto é algo a mais para se pensar, pois requer do

professor e da escola um “olhar” de aproximação dessa aluna com a realidade das aulas. Uma das formas de aprender e apreender é através da informação transmitida pelo professor para os alunos e, isso não estava acontecendo em algumas aulas. Percebeu-se que, com a pandemia, houve uma dificuldade a mais para transmitir os saberes de professor para alunos, pois não conseguia atender a todos com suas necessidades devido a um número maior de alunos na sala (online) dificultando ainda mais o acesso aos saberes. Aqueles alunos que por algum motivo ou outro não conseguem acompanhar a aula sozinhos sem ajuda de outra pessoa ficam prejudicados se não houver uma mudança na orientação.

Em outra aula sequencial a anterior só que com as turmas do 8º ano B, D e E, a temática seguiu a mesma sobre os vídeos relacionados ao setembro amarelo e nesta turma identificamos outro aluno com necessidades especiais que possui Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Este aluno acompanhou a aula com a câmera ligada, mas não posicionava/focava ela em sua direção. O aluno parece estar desatento e disperso sobre assistir os vídeos e, não é possível identificar se está ouvindo o professor ou alguém da sua casa. O mesmo, não conseguindo ficar atento a aula, mudou de lugar, mas continuava atento a outras questões ao seu redor e não a aula do professor. Durante toda a aula, o aluno seguiu só, sem acompanhamento de um professor de apoio e sem um direcionamento específico por parte do professor. Não sabemos e não foi repassado ao professor regente sobre a falta do professor de apoio para este aluno nas aulas. Em relação ao professor não ter conseguido atender o aluno em questão, pode ter sido pela grande concentração de alunos na turma dificultando o contato com o mesmo que necessitava de uma atenção a mais para que pudesse compreender a temática desenvolvida na aula.

Na aula número vinte e um o acompanhamento foi nas turmas do 7º B e C. Neste dia, observamos a aula do professor tendo dois alunos com necessidades especiais, sendo que os ambos possuem Distúrbios de Aprendizagem e TDAH. Vamos identificar o primeiro aluno como A1 e o seu segundo como A2. Durante a aula iniciada pelo professor através da chamada, o aluno A1 entra na aula com a câmera desligada, mas que passados alguns minutos liga e conseguimos visualizar o ambiente em que este aluno se encontra, está num quarto sentado numa cadeira. Logo em seguida, a câmera desliga novamente durante a explicação do professor e volta a funcionar. Não conseguimos identificar se estes momentos de liga/desliga da câmera eram por causa da internet ou outro motivo. Mesmo tentando acompanhar a aula percebemos que o aluno em questão fica disperso, as vezes não realizava o exercício pedido pelo professor ficando sentado e somente olhando os outros fazerem. O professor percebe que o aluno não está realizando as atividades físicas propostas e chama a sua atenção para que faça. Para estas

atividades práticas foram utilizados exercícios calistênicos que trabalham a força e resistência muscular. Já A2 entra na aula com a câmera ligada e parece estar num quarto sentado em uma cadeira, aparenta estar lanchando/comendo durante a aula – o professor não percebeu. Este tenta desenvolver as atividades, mas mexe muito na câmera e está disperso, tentando colocá-la em local adequado. Logo, a câmera do aluno travou e ele saiu da aula. Não foi possível detectar se foi por conta da internet ou falta de energia. O professor não percebeu a saída do aluno da aula e seguiu orientando os alunos sobre o treino e o portfólio com as atividades teóricas que deveriam desenvolver e entregar. Essa realidade vivenciada durante a pandemia da Covid-19 acabou dificultando e evidenciando o acesso dos alunos nas aulas e também, do professor em atendê-los de forma que consiga sanar as dificuldades e dúvidas de todos.

Na aula de número vinte e dois acompanhamos a turma do 6º C e D e respectivamente o aluno com Deficiência Intelectual e TDAH. O professor inicia a aula com a chamada e evidencia alguns problemas, pois os alunos as vezes não tem o áudio ou câmera, só ouvem e escrevem no chat os nomes e pedem para os colegas repassarem ao professor. Esse processo demora cerca de 10 a 15 minutos da aula. Depois de 10 minutos do início da aula que o aluno entrou na aula e perdeu o início da chamada. Entrou com a câmera desligada e somente depois de 20 minutos da aula já iniciada que ligou a câmera. Parece que alguém (mãe) estava manipulando a câmera, o aluno tentou fazer as atividades físicas de calistenia, mas teve bastante dificuldade sobre a percepção corporal e nível de esforço. Durante a aula percebemos que a mãe começou a brigar com o filho pedindo para ele fazer a atividade perto dela, a câmera desliga de novo o aluno religa e a mãe continua segurando-a e o aluno tentando executar as atividades com dificuldade. Essas observações que fizemos não foram acompanhadas de perto pelo professor da turma, pois durante a aula prática ele mantinha distância da sua câmera para demonstrar as atividades e não conseguia ficar orientando e corrigindo a todos.

Estas foram algumas situações evidenciadas durante as observações e que mostraram a realidade da escola pública, justamente durante a pandemia e que ocasionou um desgaste maior e distanciamento das relações entre professor e alunos, principalmente aqueles com necessidades especiais. Com a volta das aulas presenciais a escola, professores, alunos e pais, poderão mensurar se houve aprendizado e o que ficou prejudicado durante a pandemia.

Para a análise de conteúdo utilizamos as ideias advindas de Bardin (2012), que de acordo com sua concepção deve procurar conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre os quais se debruça. Para tanto, dividimos em categorias, que de acordo com o autor “repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados”. Primeiro

relatando os desafios e dificuldades encontrados e posteriormente, apontando caminhos e possibilidades de mudanças e/ou soluções.

Quadro 6 - Sobre os desafios e dificuldades encontrados nas aulas online

Aulas	Professor	Alunos
As aulas eram teóricas ou práticas dependendo do conteúdo trabalhado; acontecia interrupções durante as aulas, ou por familiares do professor ou dos alunos	Professor tentava atender o máximo possível de alunos, mas o quantitativo era grande, inviabilizando algumas respostas e a atenção	Passividade dos alunos nas aulas, ou as vezes, o contrário com muita inquietação
Baseadas na BNCC e no DC -GO – jogos, brincadeiras, lutas, esportes, ginástica e esportes de aventura, mas ficou muito limitado quanto as questões práticas	Teve dificuldade para atender aos alunos com necessidades especiais, principalmente, a aluna surda	Alguns permaneciam desatentos
A chamada demorava muito, tomava cerca de 15 minutos da aula, pois tinha mais de uma turma nas aulas	Não tinha recursos disponíveis que pudesse auxiliá-lo na adequação de algumas atividades para a aluna surda. Ex: durante a apresentação dos vídeos poderia ter colocado a legenda para a aluna acompanhar com leitura	As vezes não ligavam as câmeras ou relatavam que a internet não estava boa ou até porque não queriam participar; vários alunos entravam atrasados nas aulas (internet, problemas) mesmo nem respondiam
Em algumas aulas, os alunos da inclusão não compareciam ou justificavam que estavam na escola fazendo atividades com professor de apoio (nem sempre eram atividades da Educação Física, mas de outras disciplinas)	Não havia um preparo para que o professor pudesse aprender a manusear as tecnologias, estando ele sujeito a várias dificuldades	O aluno com deficiência física não participava das aulas online

Os conteúdos trabalhados eram propostos pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, sendo um material já pronto, pré-determinado	Estava a maior parte sozinho com turmas grandes	Alguns riscavam a tela do professor, de propósito ou por curiosidade, ou por não saber manusear o aplicativo corretamente
Tinham o mesmo modelo proposto: aulas teóricas com vídeos e leituras de textos; aulas práticas, na maior parte, com atividades de condicionamento físico	Tinha uma carga horária extensa de trabalho	Em relação a uma aluna surda, esta tentava acompanhar a aula observando os movimentos feitos pelo professor e quando não conseguia entender a intérprete – acompanhava as aulas – a orientava através de aplicativo de mensagem

Fonte: Elaboração própria (2021)

As aulas aconteceram no formato on-line, devido a pandemia da COVID-19, portanto várias dificuldades foram encontradas e outras intensificadas. Ao trabalhar com alunos diversos em suas aulas o professor deve dispor de estratégias variáveis, dando um direcionamento a mais para os alunos que requerem sua atenção.

Muitas dessas dificuldades apresentadas no quadro acima, já eram vivenciadas em sala de aula presencial, como: salas lotadas, espaços inadequados para a prática, falta de materiais para a realização nas aulas, uma formação inicial do professor com poucas disciplinas para a inclusão e a diversidade e a não formação continuada que fundamente ações inclusivas em sala de aula. Estes aspectos são relevantes para compreendermos a importância de repensar a prática pedagógica com equidade.

Os currículos são uma forma de limitar certas ações do professor e que propõe um foco no ensino e não na aprendizagem. Portanto, deve-se desconstruir para depois construir estratégias onde as crianças possam aprender. O professor é que deve ser e fazer a diferença.

O professor buscava trabalhar de forma que amenizasse a situação em sala de aula onde:

- Trabalhava aulas teóricas e práticas sempre exemplificando os exercícios, até mais de uma vez, para aqueles que não compreendiam;
- Estava sempre disposto a ajudar;
- Propunha aos alunos que dessem sugestões para melhorar as aulas;
- Procurava adaptar os materiais, tornando a aula mais acessível para todos;

- Trabalhava os conteúdos da cultura corporal e condicionamento físico;
- Buscou trabalhar com metodologias diferenciadas (slides, vídeos, classroom).

É importante destacar que as situações evidenciadas como dificuldades, também podem ser sanadas com ações propositivas favoráveis à inclusão e que potencialize o nível de participação dos alunos nas aulas de Educação Física. O aluno deixa de ser um mero espectador passivo da aula, para ser um membro participativo. Isso demanda um melhor direcionamento para as aulas, com uma reflexão sobre as experiências nos fazendo progredir. A participação de praticantes com diferentes capacidades nos aproxima através da empatia, do saber conviver com o outro respeitando suas diferenças.

Lembremos aqui que não é fácil para o professor lidar com tantos alunos diferentes, com suas particularidades e necessidades, mas é importante a busca do conhecimento através da capacitação. O professor, também necessita de auxílio da instituição escolar e, principalmente de políticas públicas que atenda as reais demandas da comunidade.

Sobre as estratégias de ensino utilizadas nas aulas, podemos elencar que houve uma dificuldade em propor formas diferentes, pois vários alunos se encontravam em condições diversas. Uns conseguiam participar, já outros tinham muitas dificuldades para cumprir com o proposto nas aulas. E a estratégia é uma ação do professor, que muitas vezes, faz uso de um recurso pedagógico para alcançar um objetivo de ensino ou de avaliação (MANZINI, 2010). Nesse caso, o professor procurou adequar os materiais da forma que estava disponível para ele e os alunos como (cordas, tapetes, elásticos, bolas de meia, cadeiras). Teve que optar por materiais que estavam ao alcance e não os adequados para a aula.

O professor tinha um emaranhado de alunos com diversas necessidades e, isso dificultou o acesso daqueles que já eram de certo modo excluídos e isolados socialmente. E de uma certa forma, todos nós estamos vivenciando este isolamento.

Acreditamos que precisamos reconhecer este isolamento constante destes sujeitos e suas famílias. Precisamos incluir nos debates educacionais, políticos e socioculturais de maneira mais pontual este distanciamento social permanente vivenciado pela grande maioria das famílias e seus filhos com deficiência (SILVA; BINS; KOZEK, 2020, p.128)

Esse contexto vivido durante a pandemia, escancarou a desigualdade social e também a de incluir. De acordo com Silva, Bins e Rozek (2020, p.129) as constatações, as vivências e as reflexões sobre a pandemia nos colocam face a face com nossas limitações, dificuldades e situações complexas, muitas vezes, recorrentes na vida das pessoas com deficiência.

Não poderia deixar de ressaltar que esse foi o momento mais desafiador e difícil do estudo, pois analisar e, posteriormente, discutir os resultados, privilegiando a organização e sistematização das observações e encontrar possibilidades de melhorar a condição do professor frente a inclusão, não foi uma tarefa fácil.

Acreditamos que a escola ainda pressupõe um modelo de exclusão, pois ainda não consegue suprir com as necessidades dos alunos com necessidades especiais. O caminho para uma escola inclusiva é o comprometimento desta, para com os principais agentes prioritários nesse modelo de educação, que são os alunos.

Para esta pesquisa buscamos analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças.

A nossa pretensão é mostrar possibilidades, caminhos a serem percorridos pelo professor, para que haja meios de trabalhar com os alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar. E os resultados servirão para contribuir com conhecimentos e possíveis mudanças de paradigma em relação à inclusão.

O estudo embasado no Diário de Campo, foi fundamental para a nossa análise e através das observações levantarmos pontos de discussão acerca da temática envolvida.

4.2 Possibilidades e ações do professor de Educação Física diante da inclusão escolar

Diante das variadas situações em que o professor deve superar, conseqüentemente, a da formação inicial e a possibilidade da continuidade, deve ser vista, pois em muitos currículos de graduação, principalmente, no curso de Educação Física as disciplinas direcionadas à inclusão e diversidade são mínimas, não sendo suficientes para contemplar a formação do discente. Para Sadi, 2006

O professor, como sujeito que estuda, pesquisa e intervém na realidade é concebido como um agente de transformação social, ajustando-se às demandas da atualidade, isto é, um professor situado nos marcos da flexibilidade, tolerância, autonomia e responsabilidade coletiva, questões que entendemos coerentes com as novas determinações do mundo produtivo que apresenta novas determinações para a atividade docente (SADI, p.50-51).

Faz-se necessário que, para aquele professor que busca um trabalho voltado para atender a todos os alunos, a busca por uma formação continuada, que repense sobre sua prática

pedagógica em um ambiente escolar onde muitos ainda usam do gesto técnico pautado pelo preparo físico. Fazer uma auto reflexão sobre suas ações repensando sua prática pedagógica.

É imprescindível que os programas de formação de professores possam atender suas demandas promovendo situações de reflexão e análise sobre sua ação, buscando superar suas dificuldades. Para Oliveira (2007, p. 43), “a função do professor exige formação de caráter permanente, reflexão da sua prática pedagógica e uma abertura para a renovação de ideias”.

Sobre a formação de professores Tardif (2014, p. 241), relata que “se o trabalho dos professores exige conhecimentos específicos a sua profissão e dela oriundos, então a formação de professores deveria, em boa parte, basear-se nesses conhecimentos”. Carece-se de que se busquem formas de se estruturar-se a realidade e necessidade que se expressa dentro do currículo, pensando em uma formação continuada que realmente, reconheça os alunos como sujeitos do conhecimento, não limitando, mas identificando suas potencialidades.

Tanto a formação inicial quanto continuada, são essenciais para uma formação para a inclusão. Ainda não temos a resposta sobre a formação inicial (graduação) ofertar poucas disciplinas na área da inclusão, mas serve de incentivo para futuros estudos e análises sobre os currículos das instituições superiores de ensino no Brasil. E sobre a formação continuada na área da inclusão, podemos levantar uma hipótese que se o aluno da graduação não teve tanto contato com a diversidade como é que irá despertar outros olhares para a inclusão? Isso pode acontecer até trabalhando e fazendo uma pós graduação que contemple essa área.

Para Figueiredo (2013, p. 144) a formação continuada considera a formulação dos conhecimentos do professor, sua prática pedagógica, seu contexto social, sua história de vida, suas singularidades e os demais fatores que o conduziram a uma prática pedagógica acolhedora. A autora ainda destaca, no âmbito da escola comum, o que deve ser pertinente verificar em que medida a escola contempla (p. 148):

- Elaboração e fortalecimento dos projetos político-pedagógicos, incentivando a ação colegiada e o diferencial da respectiva comunidade.
- Sala de aula como eixo de ensino e aprendizagem para todos, criando oportunidades constantes de estudo e pesquisa.
- Trabalho com as diferenças em sala de aula, no contexto da diversidade cultural: ações que desenvolvam o trabalho com as diferenças e os variados ritmos de aprendizagem, com alunos deficientes ou não.
- Articulação teórica e prática: organização de grupos de estudos contínuos para planejamento, troca de experiências e monitoramento do processo.
- Trabalho transdisciplinar, como forma de leitura e compreensão da realidade, com a contribuição das diferentes áreas e a escolha de temas culturais desdobrados em roteiros semanais e didáticos de trabalho do professor com os alunos.
- Transformação das dinâmicas e das metodologias utilizadas em sala de aula: organização dos tempos e espaços com características individuais, em dupla, em pequeno grupo e em grande grupo, viabilizando a ocorrência não apenas de ensino, mas de aprendizagens que ocorrem nas interações professor e alunos.

- Reorganização do tempo e espaço de forma flexível. O projeto escolar pressupõe flexibilidade de horários (aulas germinadas, aulas curtas, etc.) e ocupação de outros espaços que permitam ritmos e atividades diversificadas.
- Revisão do processo de avaliação e de seus resultados: adequação e coerência em relação ao regime de progressão continuada, organizada em ciclos, quanto aos ritmos da aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Cada escola deve sistematizar instrumentos de avaliação compatíveis com a flexibilidade e diversidade.
- Formação e serviço: a aprendizagem permanente não para e o desafio de uma educação de qualidade está sempre presente, para que os estudos contínuos aconteçam sempre.

Para Ribeiro (2018, p. 55), “uma boa formação do profissional atrelada a constantes formações continuadas se torna fundamental para que professores possam atuar de forma satisfatória” e continua ressaltando que

o professor de Educação Física que atua na escola e tem em suas aulas crianças com alguma deficiência, deve ter o conhecimento das inúmeras diferenças de necessidades e de adaptações para as mais diversas condições que os alunos possam apresentar em virtude de suas deficiências (RIBEIRO, 2018, p.55)

Todos esses elementos devem ser pensados e repensados na escola diariamente, para não ficar somente na teoria e com um discurso vazio de significado. Segundo Figueiredo (2013, p.150),

É preciso também que esse espírito de mudança renove a operacionalização no âmbito da sala de aula, buscando a perspectiva de valorização da diferença, ao invés da homogeneização. Ações são possíveis e elas se situam em diferentes níveis: no âmbito da sala de aula, do projeto da escola ou em dimensões mais amplas e pertinentes à esfera de políticas inclusivas a serem adotadas.

Os investimentos em educação, a valorização do professor e o incentivo a formação continuada na inclusão são uma resposta positiva para uma escola que vise a qualidade na prática da cidadania e que respeite as diferenças.

Nesse processo que evidencia práticas capazes de melhorar as ações do professor em sala de aula, o ensino através da colaboração é uma boa estratégia para trabalhar o desenvolvimento dos alunos. Propõe que os professores estejam comprometidos com a sociedade e com a aprendizagem dos alunos. Ou seja, quanto mais interação, maior é a aprendizagem.

Com os princípios de colaboração podemos destacar um modelo a ser evidenciado nas escolas pelos professores de Educação Física, como forma de inclusão para os alunos com necessidades especiais, seria o **coensino** que segundo Friend (apud GATTI; MUNTER, 2021, p. 4)

consiste em uma estratégia colaborativa baseada na parceria entre professor do ensino comum e o professor de educação especial (ou outro professor especialista) com o

propósito de lecionarem a um grupo diversificado de alunos, incluindo aqueles com deficiência ou outras necessidades especiais, na sala regular do ensino comum, de forma a atender suas necessidades de aprendizagem.

Para esse formato, tanto o professor regular da turma quanto o professor especialista corroboram as mesmas ideias, planejando ações para promover a inclusão de todos nas aulas de Educação Física. E ainda de acordo com Gatti e Munster (2021, p. 4) analisam em seu estudo algumas alternativas de intervenção colaborativa:

suporte ao processo de inclusão; possibilidade e a aplicação do coensino nas escolas públicas brasileiras; existência de um profissional específico regulamentado no país para Educação Física Adaptada e, que cumpra com as especificações de formação inicial em Educação Física e continuada em Educação especial ou inclusiva.

Com base nas ideias de um ensino colaborativo, algumas etapas de aplicação desse modelo devem ser seguidas, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 7 – Etapas do coensino

1º Comunicação	abordar as crenças, filosofias e sentimentos com relação ao desempenho acadêmico dos estudantes, e também as perspectivas sobre funções e responsabilidades que compartilharão no coensino.
2º Coplanejamento	delinear os objetivos e as atividades de aprendizagem da aula compartilhada para garantir que as partes interessadas trabalhem em conjunto e assim ser decidido qual o modelo de coensino a ser implementado em cada situação.
3º Distribuição compartilhada de instrução e avaliação	analisar os dados do estudante, orientar o desenvolvimento de novas lições, monitorar o progresso do aluno, avaliar e refletir desenvolvimento do aluno.
4º Resolução de conflito	desenvolver um processo de resolução de conflito que ambos os professores concordem.

Fonte: Gatti e Munster (apud BROWN; HOWERTER; MORGAN, 2021).

Silva, Santos e Fumes (2014, p. 34) ressaltam que “uma proposta de parceria colaborativa pode incentivar a criação de uma nova cultura de planejamento, intervenção, execução e avaliação do trabalho em regime de colaboração”. E ainda fundamentam que, “é possível estabelecer um compartilhamento das dificuldades e, conseqüentemente, a busca

conjunta de soluções/estratégias para o processo de ensino-aprendizagem junto ao alunado na escola” (p.34).

Na sequência de etapas do coensino a serem cumpridas pelos professores, a **comunicação** requer deste profissional um tempo de estudo e planejamento sobre como ensinar e o que ensinar, planejando ações de aproximação e entendimento das necessidades dos alunos. Seria conhecer para entender e, sem a comunicação o professor não consegue identificar as reais necessidades de cada um. Assim de acordo com Gatti e Munster (2021, p. 16) em seu estudo, foram levantadas as seguintes dificuldades dos professores:

a) pouco tempo para planejamento, b) formação profissional insuficiente para lidar com essa população e, c) conciliação da atenção dada a todos os alunos (número excessivo de alunos por turma) com a atenção dada aos ECD (Estudantes com Deficiência)

Para o **coplanejamento**, permeia resoluções entre os professores envolvidos em conteúdos trabalhar e de que forma, sempre analisando os processos individuais e assegurando uma retomada de planejamento sempre que necessário. Sugestões e ideias por meio do diálogo são essenciais para o desenvolvimento e realização de uma boa aula. Para que esta fase se perpetue em sucesso, ambos os professores necessitam de tempo para planejar, pois é refletido em um momento histórico, cultural e social resultante de um embasamento advindo de uma organização do trabalho pedagógico. Segundo Freitas (2000, p.100),

a finalidade da organização do trabalho pedagógico deve ser a produção do conhecimento (não necessariamente original), *por meio do trabalho com valor social* (não do “trabalho” de faz-de-conta, artificial); a prática refletindo-se na forma de categoria que é devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento.

Na **distribuição compartilhada e de instrução e avaliação**, o planejado entre os professores é seguido com a distribuição de funções e o processo de avaliação ocorre simultânea as aulas e após com a discussão sobre a participação dos alunos. De acordo com os estudos de Gatti e Munster (2021, p.20) foi possível estabelecer a paridade, o trabalho horizontal e a colaboração entre os professores.

E para a **resolução de conflitos**, quando há, discute-se o processo para que ambos cheguem a uma concordância sobre o assunto. Sugere-se que seja apresentada as dificuldades e discutidas para que os conflitos sejam sanados.

Esse modelo de ensino é uma possibilidade de melhorar o ensino da Educação Física nas escolas e junto de outros aspectos como: uma estrutura física adequada, materiais para as

aulas, professores engajados e capacitados, políticas públicas de acesso e manutenção dos estudantes no ensino regular, e uma formação continuada apoiada nos anseios de uma educação inclusiva.

Isso nos leva a acreditar que a inclusão possa ser um elemento capaz de potencializar no indivíduo saberes que estão presentes, mas que são acionados nas relações com os demais de forma dialógica e heterogênea. Essa heterogeneidade deve ser vista como uma oportunidade de aprendizagem respeitando e aprendendo com os vários saberes que se mostram presentes em uma sala de aula.

Com ações propositivas do professor que sejam favoráveis a inclusão como: mudar as ações em sala de aula, estabelecer um vínculo com aluno, compreender as suas necessidades especiais, pode-se potencialmente elevar o nível participação dos alunos nas aulas de Educação Física. Deve pensar em como selecionar, instruir e adaptar o recurso a ser utilizado, sabendo usá-lo a favor do próprio aluno e não dificultando ainda mais.

Concluimos nossa discussão sobre os dados e informações obtidas e trazendo possibilidades de como o professor pode trabalhar em sala de forma que priorize a todos e tenha segurança nas suas ações.

E com o propósito de continuar as discussões sobre a temática desenvolvida em torno da Educação Física e inclusão que propomos através do Produto Educacional, o desenvolvimento de um blog (Blog-In) que possa continuar com as interações e ser mais acessível a todos que queiram participar (alunos, professores e demais pessoas com interesse no tema).

A seguir está a descrição do nosso Produto Educacional, elaborado como parte integrante da nossa dissertação de mestrado, intitulada *“A Inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades”*.

4.3 O produto Educacional

O produto educacional é um objeto de aprendizagem, um recurso educacional a ser usado (ebook, site, vídeos, sequência didática, blog, etc) embasado numa pesquisa científica que possa contribuir com o ofício do professor em sala de aula.

Nos propusemos a realizar, desde o início do desenvolvimento da pesquisa, um blog que fornecesse informações e interação com professores de Educação Física, da educação básica e vinculados a inclusão, com discussões que pudessem auxiliar nas dificuldades enfrentadas em

sala de aula e nas possibilidades de superá-las. Também estabelece uma facilidade de acesso pela internet, manutenção do sistema e é uma ferramenta tecnológica que proporciona a comunicação através da interação e dos comentários.

Este produto é intitulado, *O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão*, e está inserido nas categorias que compõe os produtos educacionais de acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE N° 001/2019. E define dentro do: Desenvolvimento de produto - mídias educacionais, tais como: vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins. A CAPES entende sobre a importância dos produtos educacionais “como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais” (Brasil, 2012, p. 12).

O intuito é o de contribuir com elementos que promovem a interação entre os profissionais interessados na temática sobre Educação Física e inclusão, para que possam melhorar suas práticas pedagógicas.

O produto educacional desenvolvido (Blog-IN) poderá ser de grande importância para potencializar as discussões e interações acerca dos estudos sobre inclusão e Educação Física.

Este produto educacional pode ser acessado através do link: Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/> e, posteriormente ser acessado na plataforma EduCAPES com o link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701365>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos, sempre repensar a nossa função dentro da escola, o que e como estamos fazendo com nosso trabalho, isso requer de nós uma conscientização e uma busca por melhorias, quebrando preconceitos e superando os estereótipos no ambiente escolar.

Se temos dificuldades na sala de aula, devemos procurar meios de saná-las e buscar estratégias que viabilizem um trabalho pedagógico consciente e que leve em consideração a equidade.

Buscamos neste estudo, como objetivo principal, analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças. Sendo feito a pesquisa através de um questionário, de uma entrevista e do acompanhamento das aulas registradas num Diário de Campo.

Como objetivos específicos identificamos os desafios enfrentados pelo professor de Educação Física em sala de aula; observamos as estratégias utilizadas nas aulas, se conseguem incluir a todos e refletimos sobre as possibilidades de uma Educação Física que consiga ir de encontro com as necessidades individuais dos alunos.

A nossa pesquisa aconteceu com um professor de Educação Física da escola comum, com graduação na área, mas não, com uma pós-graduação na inclusão. Teve empatia com nosso estudo e com a possibilidade, também, de melhorar a sua forma de ensinar. Isso se constatou durante a entrevista onde expos suas dificuldades e seus anseios.

No contexto histórico da Educação Física pudemos acompanhar uma forma de exclusão que perpetua em várias estancias da sociedade, que reflete na educação física escolar e não só pela dificuldade do gesto motor, mas pela falta de empatia em compreender as diferenças e respeitá-las.

A postura, ao logo dos anos, sempre discriminatória da Educação Física, buscando sempre atentar para as habilidades de cada um e nos possíveis talentos para o esporte, expõe as pessoas que tem poucas habilidades ou que tem dificuldades na execução de movimentos enfatizando a exclusão nas aulas.

No contexto atual, baseado em legislações sobre a inclusão, pudemos verificar um avanço que possibilitou o acesso das crianças em escolas comuns, mas que ainda carece de uma formação continuada para os professores atuarem com alunos com necessidades especiais, falta acessibilidade dos espaços, material adequado para o trabalho do professor, currículo que seja

mais flexível, um PPP que atue na escola de forma participativa e com projetos para a inclusão e uma possibilidade de ensino colaborativo que vá de encontro com as realidades e necessidades dos alunos.

Observamos nas aulas, pouca participação dos alunos da inclusão, isso pode ter acontecido devido a pandemia da COVID-19 limitando o acesso e a comunicação entre alunos e professor. Isso nos deixou intrigados pois não sabíamos de início como seriam os acompanhamentos das aulas em formato online. Tudo isso foi relatado num diário de campo onde assistimos 37 aulas do professor pesquisado e expomos três momentos diferentes para tentarmos passar aquilo que estávamos acompanhando nas aulas.

Tanto na entrevista quanto nas observações pudemos constatar várias dificuldades do professor em trabalhar com alunos com necessidades especiais, mas foi amplamente intensificada durante a pandemia, pois as vezes não conseguia dar a atenção necessária aos alunos pelo quantitativo em sala de aula virtual e por ter que ficar sozinho tento que fazer chamada para uma turma agrupada que as vezes chegava a 70 alunos ou mais por aula. Isso demonstrava uma inviabilidade em tentar acompanhar a todos com suas dificuldades, sem contar com os contratempos da falta de internet, de material adequado para assistir as aulas (smartphone, computador), de energia nas casas e de material para as aulas de Educação Física, necessitando sempre de adaptação por parte do professor e dos alunos sem contar com o espaço em casa que as vezes era dividido por várias pessoas, tirando a concentração dos alunos e deixando-os mais dispersos.

Em relação as estratégias utilizadas pelo professor, ficou muito limitado, mas tentou trabalhar com aulas práticas e teóricas com textos e com vídeos. Desenvolvendo atividades de condicionamento físico e discussão sobre os conteúdos da cultura corporal. Mais uma vez, a pandemia dificultou essa parte de desenvolvimento da aula, principalmente por não ter controle visual de todos os alunos na aula. Acabou que ficou limitado àquilo que poderia fazer diante do distanciamento, ficando cada um na sua casa.

Tivemos uma resposta interessante do professor, durante a entrevista, quanto foi pedido que falasse qual era a sua maior dificuldade e ele nos disse ser a falta de materiais adequados para realizar as aulas de Educação Física. Em nossas observações, pudemos constatar que não era esse o principal desafio no momento, mas sim o distanciamento social, o acesso as ferramentas que estavam sendo utilizadas durante as aulas e um número grande de alunos nas aulas que dificultava o acompanhamento do professor sobre as necessidades de cada um.

Apresentamos diversos autores que constataram as poucas disciplinas na graduação que falassem sobre a inclusão e diversidade, a necessidade de uma formação continuada de

professores, a aceitação da comunidade e da escola para a inclusão de alunos especiais na escola comum e da possibilidade de um ensino colaborativo que vá de encontro com as necessidades e não com as limitações dos alunos.

Juntamente com o currículo e o PPP da escola é que o professor poderá espelhar seu planejamento, buscando meios mais inclusivos e podendo ser este, um dos fatores decisivos para a qualidade das aulas e do ensino para a inclusão. É necessário que se conheça os alunos e suas potencialidades para um ensino de qualidade com equidade.

Algo que consideramos como ponto forte do nosso trabalho foi, além de pontuar as dificuldades também mostramos as possibilidades através do ensino colaborativo e de ações afirmativas por parte do professor sobre os alunos da inclusão.

Em relação ao nosso produto educacional, estaremos propondo mais ações para as discussões sobre os desafios e possibilidades nas aulas de Educação Física e através disso poder levantar possíveis soluções para os professores que sentirem a necessidade de interagir sobre o assunto.

Nos propomos após a defesa desta dissertação, trabalhar na divulgação do nosso blog, que é fruto do produto educacional, nas escolas, para os professores e no formato online usando das redes sociais como ferramenta de comunicação.

Acreditamos que todas as nossas experiências vivenciadas foram de grande aprendizado e relevância e, também como todo trabalho científico deixamos em aberto para os futuros estudos que poderão responder a outras questões que não nos cabiam aqui.

Nesse nosso estudo, entendemos que não é só incluir adaptando espaços e materiais, é ter uma perspectiva educacional para a inclusão propondo formas, métodos e maneiras de valorizar as diferenças, só assim construiremos uma sociedade mais justa para aqueles que buscam a inclusão.

É com embargo na voz e alegria no coração que finalizo este trabalho, tão árduo, mas gratificante. Que me fez enxergar além dos olhos, e sim do coração. Sentir que podemos melhorar o que somos, simplesmente porque nos deixamos levar e passamos a acreditar em nós mesmos e na nossa capacidade de superar. Acreditamos que nosso estudo e produto educacional possam ajudar aqueles que buscam por uma sociedade mais humana e que respeite as diferenças. Por certo não conseguiremos responder a tudo e a todos, mas abrimos um espaço para mais discussões e reflexões. Seguimos firmes na certeza de dias melhores para a Educação em nosso país. Gratidão resume este texto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raffaella Andressa dos Santos. **A educação física na formação inicial: prática pedagógica e currículo**. 360º Gráfica e Editora, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Claudia S. G.; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade**. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011. <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21207>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 10/08/2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15/05/2020.

_____. Congresso Nacional de Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15/05/2020.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931 – Republicação. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html> Acesso em: 16/08/2021.

_____. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

_____. Documento de Área 46-Ensino. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Diretoria de Avaliação - CAPES**, 2019. Acesso em: 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>

_____. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 16/08/2021.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > Acesso em 25/09/18.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

_____. Política Educacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 julho. 2021.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília, 1998. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 15/05/2020.

CAMPANELLI, Fabio. **Contribuições para o Processo Formativo na Educação Física no Brasil: Licenciatura ou Bacharelado**. 2019. 168 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2019.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: A Educação Física como componente curricular**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física/Ciências do Esporte no Brasil hoje: pelos meandros da Educação Física**. IN: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.14, n. 3, p.119-120, maio 1993.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CATALDI, Carolina Lessa. **Os Caminhos percorridos pela Educação Física inclusiva: uma reflexão a partir do perfil e propostas pedagógicas dos professores de Educação Física**. 2013.165f. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Educação Física. Programa de Pós graduação em Educação Física, 2013.

CHARLOT, B. **Ser professor na contemporaneidade: desafios, ludicidade e protagonismo**. São Paulo: CRV, 2013.

CHICON, José Francisco. **Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DALLA DÉA, Vicente Paulo Batista. **Estratégias metodológicas de educação física na escola especial e o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação básica**. 145f. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação de Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2019.

DAOLIO, Jocimar. **Da Cultura do Corpo**. 9.ed.-Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 80**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas: SP, 1997.

EDWARDS, Verónica. **Os sujeitos no universo da escola**. São Paulo: Ática, 1997.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. *In*:MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas, SP: Papyrus. 3.ed. 2000.

GATTI, Melina Radaelli; MUNSTER, Mey de Abreu van. **Coensino e Educação Física escolar: intervenções voltadas à inclusão de estudantes com deficiência**. Revista Educação Especial | v. 34 | 2021 – Santa Maria Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 11 março. 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás. Goiânia**. 2012. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/CurriculoReferencia.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6.ed.-Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.160 p. – (Coleção Educação Física).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do pacto pela educação: reforma educacional goiana”** – setembro de 2011. [Goiânia], 2011. Disponível em: <<http://sintego.org.br/midias/banners/13122013082557.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M E. D.A. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANZINI, E.J. **Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência física.** In: MANZINI, E. J.; FUJISAWA, D. S. (Org.). Jogos e recursos para comunicação e ensino na educação especial. Marília: ABPEE, 2010. p.111-132.

MEC/SECADI. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2007. Disponível em: Acesso em 24/09/18.

MEDEIROS, Francisco Emílio de. **Concepções de Corpo em livros de Educação Física: Uma leitura em obras de autores brasileiros publicadas nos anos 80 e 90.** Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas: SP, 1999.

MEDINA, João Paulo S. **A Educação Física cuida do corpo... e “Mente”.** 4. ed. Campinas: Papyrus, 1985.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rev. Brasileira de Educação, Brasil, v. 11, n. 33, p. 387-559, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 14 março. 2022.

NORDONY, Daniela Gonçalves Mendonça; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Mediação pedagógica na inclusão escolar: desafios e possibilidades.** In: FREITAS, Carla Conti de; OLIVEIRA, Ana Lucia Carvalho Santos. **Inclusão: direito de todos.** Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 1, p. 43-47, out. 2007/mar. 2008. Disponível em < <http://www.revista.ibict.br/inclusao/article/view/1619>> Acesso em 15/08/21.

OLIVEIRA, Daniel Júnior de; REIS, Marlene Barbosa de Freitas (Org.). **Formação de Professores: possibilidades e demandas contemporâneas.** Goiânia: Scotti, 2020. p. 19-39.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito na Educação Física brasileira.** Campinas: Papyrus, 1994.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Educação e inclusão no Brasil (1985-2010).** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

PINHEIRO, Ricardo Silvério Gomes. NASCIMENTO Marlúcio Tavares do. **Análise do currículo referência de Química de uma rede estadual de Educação.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 24, n. 3, p. 659-675, 2018.

RIBEIRO, Antônio Eduardo. **Sentidos atribuídos pelos alunos com deficiência e pelos professores às aulas de Educação física escolar.** Ribeirão Preto, 2018. 131 f. Dissertação de Mestrado, apresentada à escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem em Psiquiatria, 2018.

SADI, Renato Sampaio. **Formação Permanente de Professores de Educação Física: notas de investigação sobre o conhecimento crítico-criativo.** Motrivivência Ano XVIII, Nº 26, P. 47-68. Editora da UFSC. Jun/2006.

SILVA, Alcir Horácio da Silva. **A organização do trabalho pedagógico: educação física e avaliação.** 1. ed. – Curitiba: Appris, 2015.

SILVA, Emerson José Lima da. **A prática do professor de Educação Física Escolar: Perspectivas de Inclusão.** 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, 2011.

SILVA, Franci Kelle Rodrigues; SANTOS, Darllanea Nascimento dos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **Os Professores de Educação Física Escolar e o Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Públicas.** Revista da Sobama, Marília, v. 15, n. 2, p. 31-36, Jul./Dez., 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/issue/view/285>. Acesso em: 15/04/2022

SILVA, K. W. da, BINS, K. L. G., & ROZEK, M. (2020). **A Educação Especial e a COVID-19: Aprendizagens em tempos de isolamento social.** *Educação*, 10(1), 124–136. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136>

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física Escolar: conhecimento e especificidade.** *Revista Paulista de Educação Física*, [S. l.], n. supl.2, p. 6-12, 1996.

TANI, G. **Educação física na pré-escola e nas quatro primeiras séries de primeiro grau: uma abordagem de desenvolvimento.** Revista Kinesis, Santa Maria, v.3, p.9- 41, 1987.

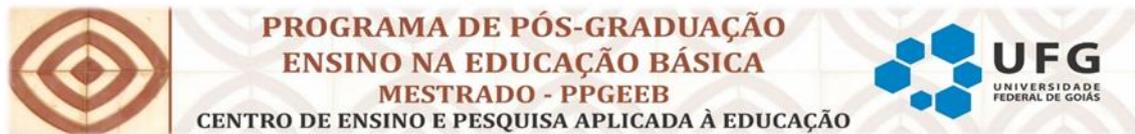
TAVARES, Raquel Nunes. **Educação Física e BNCC: expectativas, desafios e formação continuada dos professores do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Município de Goiânia** - 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Editora Vozes. 2014.

WEBER, Janaína Mayra de Oliveira. **Avaliação em educação física escolar no contexto do ensino inclusivo.** Ponta Grossa, 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área de concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Como desenvolvimento de um trabalho de pesquisa do PPGEEB – CEPAE – UFG, serão realizadas observações das aulas do professor de Educação Física, o qual necessito da sua autorização para a concretização do mesmo.

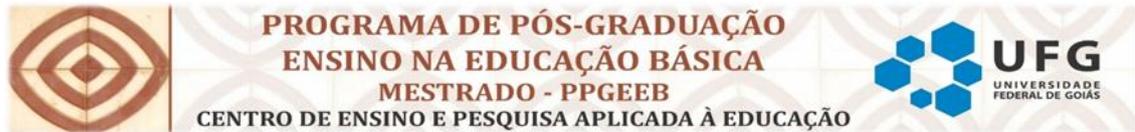
Para isso, serão observadas aulas do professor de Educação Física, nas turmas de 6º, 7º e 8ºano, onde constam alunos da inclusão, no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Manoel Vilaverde em Inhumas/GO. O intuito da observação, está em analisar “*Os Desafios do Professor na inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas Educação Física*”.

Para tanto, é necessário assinar esse termo para garantir a legitimidade da pesquisa.

Agradeço sua contribuição, como responsável pelas turmas onde serão realizadas as observações nesta instituição de ensino.

Assinatura do Professor responsável

APÊNDICE B – Termo de Anuência da Instituição



O Colégio Estadual da Polícia Militar Manoel Vilaverde está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “*A Inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades*”. Sendo coordenado pela pesquisadora *Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda*, realizado em conjunto com o pesquisador *Dr. Alcir Horácio da Silva* como desenvolvimento de um trabalho de pesquisa do PPGEEB – CEPAE – UFG.

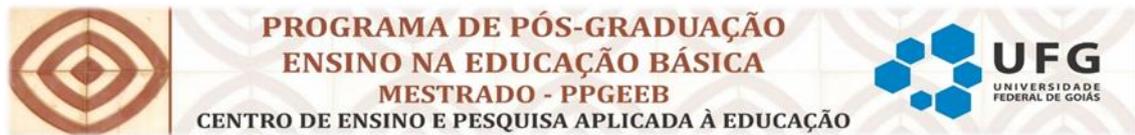
A referida instituição de educação assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados a partir do mês de agosto/2020 à dezembro/2020.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Inhumas, de de 2020.

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE C – Roteiro do questionário com professor pesquisado



O questionário abaixo foi aplicado com o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, por meio da ferramenta Google Formulário, durante o Regime de Aulas Remotas (REANP), em função do Covid-19.

Caro (a) professor (a), o objetivo deste questionário é analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças, nas turmas do Ensino Fundamental II, onde constam alunos da inclusão, num Colégio Estadual na cidade de Inhumas/GO. Gostaria de contar com a sua contribuição no sentido de responder as questões propostas. Para isto, basta responder expressando melhor a sua opinião. Salienta-se que fica assegurado o anonimato do participante. Muito obrigada pela sua contribuição.

Questionário:

1º Em que Instituição se formou?

2º Que ano você terminou a graduação?

3º No currículo da graduação houve disciplinas que trabalharam a inclusão? Quais?

4º Fez alguma formação continuada?

5º Possui formação continuada na área da inclusão? Qual(is)?

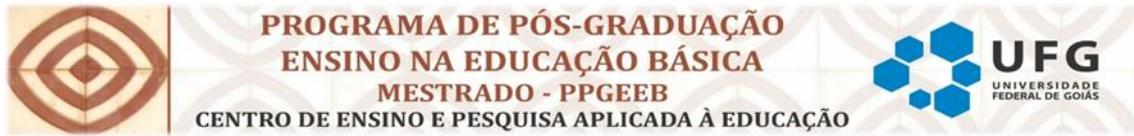
6º Quanto tempo atua como professor de educação física nesta unidade escolar?

7º Possui alunos da inclusão? Quantos?

8º Na escola em que atua, há acessibilidade do espaço físico para todas as pessoas que precisam usar o espaço? Que lugares acontecem essa acessibilidade?

9º Na escola em que atua, há acessibilidade de material para os professores durante as aulas? Quais?

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista com professor pesquisado



A entrevista abaixo foi aplicada com o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, por meio da ferramenta Google Meet, durante o Regime de Aulas Remotas (REANP), em função do Covid-19.

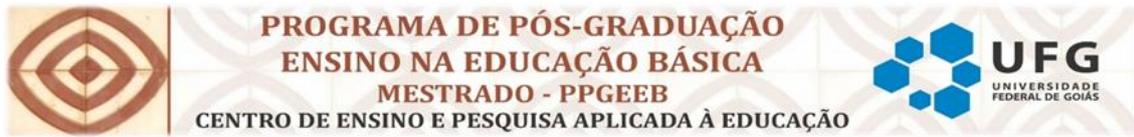
Caro (a) professor (a), o objetivo desta entrevista é analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças, nas turmas de Ensino Fundamental II, onde constam alunos da inclusão, em um Colégio Estadual na cidade de Inhumas/GO. Gostaria de contar com a sua contribuição. Para isto, basta responder da forma que melhor expresse a sua opinião. Salienta-se que fica assegurado o anonimato do participante.

Muito obrigada pela sua contribuição.

Entrevista:

- 1º Quais suas dificuldades ou desafios que possui como professor, para trabalhar com os alunos da inclusão?
- 2º Como você prepara suas aulas para uma turma diversificada?
- 3º Sente-se satisfeito com o resultado das aulas?
- 4º Como realiza o processo de avaliação com alunos da inclusão?
- 5º Como é a participação dos alunos da inclusão nas suas aulas?
- 6º Você conhece o Currículo Referência do Estado de Goiás? Fale sobre ele.
- 7º Tem consciência do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola em que atua?
- 8º Qual a sua participação na elaboração desse projeto?

APÊNDICE E - Roteiro de observação das aulas de Educação Física - Diário de Campo

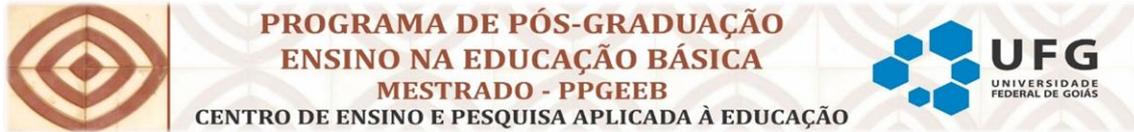


Como desenvolvimento de um trabalho de pesquisa no PPGEEB – CEPAE – UFG, serão realizadas observações em um Colégio Estadual na cidade de Inhumas – Goiás, das aulas do professor de Educação Física e relatadas através de um Diário de Campo, nas turmas de 6º, 7º e 8º anos do ensino fundamental, realizadas nos meses de março a dezembro de 2020. O intuito da observação, está em analisar os desafios do professor de Educação Física, da Educação Básica, para trabalhar com alunos com necessidades especiais em suas aulas e as possibilidades de lidar com as diferenças.

O que observar nas aulas:

- 1 – Verificar, no decorrer da aula, qual concepção foi utilizada e o aspecto vinculado a interação professor-aluno e seus possíveis desafios quanto a inclusão.
- 2 - O tema e os conteúdos trabalhados baseados no Currículo Referência do Estado de Goiás e se há acréscimo de conteúdos e mudança de postura do professor quanto ao trabalho junto aos alunos da inclusão.
- 3 - Observar as estratégias metodológicas, recursos utilizados e espaço físico.
- 4 - O método avaliativo e feedback.

APÊNDICE F - Produto Educacional - O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão



MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA

***O USO DO BLOG-IN COMO FATOR DE INTERAÇÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO***

GOIÂNIA

2022

MICHELE CRISTINA FIGUEIREDO DE SOUZA HONDA

**O USO DO BLOG-IN COMO FATOR DE INTERAÇÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica como requisito para obtenção para o título de Mestre(a) em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento.

Orientador: Dr. Alcir Horácio da Silva

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Honda, Michele Cristina Figueiredo de Souza

O uso do blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão [manuscrito] / Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda. - 2022.

xv, 28 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alcir Horácio da Silva.

Produto Educacional (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação Física. Inclusão. Desafios. Possibilidades. . I. Silva, Alcir Horácio da, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano 2022, às 14:00 horas, via teleconferência, foi realizado a Defesa de Dissertação intitulada **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: desafios e possibilidades**, e do Produto Educacional intitulado: **O USO DO BLOG-IN COMO FATOR DE INTERAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO**, pela discente **Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestra em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa de dissertação, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Alcir Horácio da Silva (CEPAE/UFMG) –presidente,

Prof. Dr. Fernanda Cruvinel Pimentel (CEPAE/UFMG) – membro interno,

Profa. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis (UEG) -membro externo,

Profa. Dra. Deise Nanci de Castro Mesquita (CEPAE/UFMG)- membro suplente interno.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alcir Horácio Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 25/05/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Barbosa de Freitas Reis, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Cruvinel Pimentel, Professor do Magistério Superior**, em 30/05/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2929970** e o código CRC **5E107D8A**.

TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE Nº 001/2019)

Desenvolvimento de produto mídias educacionais, tais como: vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins.

Especificação: Blog

DIVULGAÇÃO

- Filme
 Hipertexto
 Impresso
 Meio digital
 Meio Magnético
 Outros. Especificar: ____

FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Página na web destinada para interagir com conteúdo e informações referentes à inclusão e Educação Física.

PÚBLICO ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Professores de Educação Física e público em geral.

IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional apresenta:

- Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
 Médio impacto – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
 Baixo impacto – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

Área impactada pelo Produto:

- Ensino
 Aprendizagem

- Econômico
 Saúde
 Social
 Ambiental
 Científico

O impacto do Produto Educacional é:

Real - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.

Potencial - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.

O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) **em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores** (inicial, continuada, cursos etc)?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa situação:

REPLICABILIDADE ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido.

Sim Não

A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é

Local Regional Nacional Internacional

COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alta complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável

nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

Média complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

Baixa complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

Sem complexidade - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alto teor inovativo - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.

Médio teor inovativo - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Baixo teor inovativo - adaptação de conhecimento existente.

FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB

Cooperação com outra instituição

Outro. Especifique: _____

REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

- Licença Creative Commons
 Domínio de Internet
 Patente
 Outro. Especifique: _____

Informe o código de registro: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/>

TRÂNSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa transferência

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc) ou ministrado em forma de oficina, minicurso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:

O Produto Educacional foi publicado em periódicos científicos, anais de evento, livros, capítulos de livros, jornais ou revistas?

Sim Não

Em caso afirmativo, escreva a referência completa de cada publicação:

REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma **EduCAPES** com acesso disponível no link:
<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701365>

Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto,
na **Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG)**

Outras formas de acesso: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

HONDA, Michele Cristina Figueiredo de Souza. **O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão**. 2022. 26f. Produto Educacional relativo à Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

RESUMO

Este produto educacional em forma de blog, intitulado “O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão”, está vinculado a dissertação de Mestrado Profissional, cujo título é “A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades”, alinhados à pesquisa práticas docentes com aplicação do conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). O nosso estudo aconteceu durante os anos de 2019 a 2021 e, em 2020 durante a pandemia da COVID-19, foram observadas as aulas do professor de Educação Física de uma escola pública da cidade de Inhumas – Goiás. Através disso, pudemos levantar quais os desafios ele tinha em sala de aula (realizada por um aplicativo Zoom) e quais as possibilidades eram encontradas para fazer seu trabalho com os alunos, levando em consideração ao que foi observado nos propusemos a desenvolver o blog, cujo nome é “Blog-IN”, que poderá ser acessado por um endereço eletrônico e tem como objetivo de apresentar-se como ferramenta dinâmica para a interação entre a Educação Física e a inclusão. O “Blog-IN” tem como público-alvo os docentes na área de Educação Física, da Educação Básica e também todos aqueles que queiram aprender mais sobre a inclusão. Idealizamos o blog como uma ferramenta de publicações e com o intuito de trazer reflexões, comentários e interações sobre a prática pedagógica do professor em sala de aula. Nossa fundamentação teórica se deu através dos seguintes autores: Murano (2011), Silva e Pessanha (2012), Queiroz (2012), Bévort e Belloni (2009), e outros. Nesse sentido, o produto educacional tem apreço ao discurso inovador tecnológico, sendo que através do blog, possibilita relações que propiciem interação e discussão de ideias sobre a Educação Física e inclusão. O blog pode ser ajustado para qualquer tipo de tela ou aparelho a que venha ser exibido, facilitando o acesso em telefones móveis e outros mobile, dando a oportunidade, aos professores e qualquer outra pessoa, de acessar o conteúdo e de se tornarem mais familiarizados com o tema, e assim, procurar caminhos para superar os desafios e buscar novas possibilidades de trabalhar com pessoas com necessidades especiais, em suas aulas.

Palavras-Chave: Educação Física. Inclusão. Desafios. Possibilidades.

HONDA, Michele Cristina Figueiredo de Souza. The use of Blog-IN as a factor of interaction between Physical Education and inclusion. 2022. 26f. Educational Product related to the Dissertation (Master's in Teaching in Basic Education) – Postgraduate Program in Teaching in Basic Education, Center for Teaching and Research Applied to Education, Federal University of Goiás, Goiânia, GO.

ABSTRACT

This educational product in the form of a blog, entitled "The use of Blog-IN as a factor of interaction between Physical Education and inclusion", is linked to the Professional Master's dissertation, whose title is "The inclusion of students with special needs in classes of Physical Education: challenges and possibilities" aligned with research teaching practices with application of knowledge in the Graduate Program in Teaching in Basic Education, from the Center for Teaching and Research Applied to Education (CEPAE) of the Federal University of Goiás (UFG). Our study took place during the years 2019 to 2021 and, in 2020, during the COVID-19 pandemic, the classes of the Physical Education teacher of a public school in the city of Inhumas - Goiás were observed. challenges he had in the classroom (made by a Zoom application) and what possibilities were found to do his work with the students, taking into account what was observed we proposed to develop the blog, whose name is "Blog-IN", which can be accessed through an electronic address and aims to present itself as a dynamic tool for the interaction between Physical Education and inclusion. The "Blog-IN" is aimed at teachers in the area of Physical Education, Basic Education and also all those who want to learn more about inclusion. We idealized the blog as a publication tool and in order to bring reflections, comments and interactions on the teacher's pedagogical practice in the classroom. Our theoretical foundation was given through the following authors: Murano (2011), Silva and Pessanha (2012), Queiroz (2012), Bévort and Belloni (2009), and others. In this sense, the educational product appreciates the innovative technological discourse, where through the blog, it enables relationships that provide interaction and discussion of ideas about Physical Education and inclusion. The blog can be adjusted to any type of screen or device on which it will be displayed, facilitating access on mobile phones and other mobile phones, giving teachers and anyone else the opportunity to access the content and become more familiar with it. with the theme, and thus, look for ways to overcome the challenges and seek new possibilities of working with people with special needs, in their classes.

Key words: Physical Education. Inclusion. Challenges. Possibilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logotipo da marca Blog-IN.....	18
Figura 2 – Página inicial do Blog-IN.....	19
Figura 3 – Quem sou eu.....	20
Figura 4 - Nosso blog e Inspirações.....	20
Figura 5 - Objetivos do blog.....	21
Figura 6 – Informações de contato.....	21
Figura 7 – Sobre nós.....	21
Figura 8 – O Projeto.....	22
Figura 9 – BLOG.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Custos do produto educacional.....	24
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
COVID	<i>Corona Virus Disease</i>
PPGEEB	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PLANEJAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	17
1.1 Como propusemos o processo de elaboração do Blog-IN	17
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Da marca que compõem o Blog-IN	18
1.3.1 A escolha do nome que compõem a marca	19
1.3.2 Das páginas que compõem o blog	19
1.4 Público-alvo	23
1.5 Como se dá a interação.....	23
1.6 Sobre a divulgação	23
1.7 Como acessar o Blog-IN	24
2 CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

INTRODUÇÃO

O uso do Blog-IN como fator de interação entre a Educação Física e a inclusão é o Produto Educacional elaborado para o Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-CEPAE) da Universidade Federal de Goiás e, é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada: A inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades.

Este estudo aconteceu entre os anos de 2019 a 2021 e especificamente em 2020 foi realizada a observação das aulas do professor de Educação Física de uma escola pública da cidade de Inhumas – Goiás e que resultou na proposta de trabalhar com o blog (desenvolvido no final de 2021), para interagir com demais profissionais com intuito de compreender os desafios em sala de aula e quais possibilidades encontradas para trabalhar com os alunos com necessidades especiais. Em relação a nossa escolha sobre o blog, recai sobre a facilidade de acesso pela internet, manutenção do sistema e uma ferramenta tecnológica que proporciona a comunicação através da interação e dos comentários.

Vivemos numa sociedade caracterizada por informações cada vez mais rápidas, criativas e que possibilitam uma maior interação. Com o surgimento do computador e da internet, a forma como as pessoas interagem e aprendem mudou muito a concepção geográfica do acesso à informação. Ou seja, as pessoas conseguem se comunicar com qualquer outra, em qualquer parte do mundo usando aparelhos diferentes tanto para criar como para disseminar informações, como: smartphones, computadores, tablets, etc. Hoje, percebemos que a comunicação está cada vez mais voltada para a informação dinâmica e rápida possibilitando uma reinvenção no modo de interagir entre as pessoas.

A internet fomentou uma gama de possibilidades de comunicação, proporcionando um recurso tecnológico que fosse capaz de ampliar as discussões sobre os fatos do cotidiano, pensamentos, observações e opiniões. De acordo com Queiroz (2012, p.21), “as diferentes tecnologias constituem-se nas múltiplas formas e meios que a humanidade sempre disponibilizou para se expressar, se comunicar e interagir em seu contexto”.

Em todas as sociedades, ao longo dos anos, a forma de se comunicar teve um papel importante para as relações sociais e interpessoais. Nessa nova forma de se comunicar, repensar o ensino e aprendizagem são fundamentais para entendermos o que as tecnologias e as mídias trazem de possibilidades para que aconteça uma interação propositiva, levando em conta que

tais fatores fazem emergir uma proposta didática e pedagógica mais inclusiva se refletirmos nos modos pelos quais nos dias atuais, os alunos de ensino fundamental se utilizam amplamente destas ferramentas digitais.

Em consonância com as formas de comunicar, observamos um uso maior das mídias, onde Bévort e Belloni (2009) ressaltam que são,

importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações (p.1083).

Com o uso de tecnologias em diversos espaços e vivenciado em diferentes situações, o uso destas está cada vez mais agregado aos ambientes educacionais e como ferramentas de diversificação a forma de ensinar, aprender e interagir. Diante disso, entendemos que compartilhar conteúdos, dar sua opinião para que outras pessoas vejam e reajam, traz uma forma de interação com o uso das tecnologias tentando alcançar o maior número de pessoas possível de uma forma acessível e ágil.

Sendo uma ferramenta bastante dinâmica Murano (2011, p. 32) descreve que,

A palavra “blog”, redução de web log, foi criada em 1997 para designar sites cuja estrutura dinâmica e interface amigável facilitam a publicação imediata de textos, imagens e sons, sem a mediação de webmasters ou especialistas em tecnologia. [...]. Atualmente há milhões de blogs em atividade na internet e sobre os mais variados temas. Tem-se atribuído um papel importante aos chamados “blogueiros” na mídia de hoje, veiculando informações exclusivas e conteúdos que dificilmente seriam publicados em veículos de expressão, seja por razões ideológicas ou por serem de interesse muito específico.

A escolha do blog foi feita pois é dinâmico e permite atualizações, pode-se ter uma maior facilidade para a edição e para a manutenção dos textos, sendo necessário somente o uso do computador e uma internet.

Segundo Silva e Pessanha (2012, p.9), o blog pode ser

Também conhecido como weblog ou diário virtual, o blog é uma ferramenta bastante dinâmica, em que as pessoas podem publicar diariamente ou periodicamente seus textos na internet, além de links, fotos, músicas e vídeos, que são exibidos sempre da mais recente postagem para a mais antiga.

O uso do Blog-IN como ferramenta de publicações constantes, possibilita um canal de informações e discussões acerca da temática Educação Física e inclusão. É uma plataforma acessível e de fácil manuseio, possibilitando diversas formas de interagir. Com o aumento no número de pessoas que tem acesso ao uso das tecnologias, esta ferramenta se faz necessária podendo ser ampliada em outras atividades.

Acreditamos que o blog seja uma possibilidade de alcançar nossos objetivos em razão da facilidade de manuseio da ferramenta, e também ser acessível para que qualquer pessoa venha acessar.

1 PLANEJAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O blog tem como principal objetivo trazer informações e interagir sobre uma determinada temática e possibilitar o acesso à comentários que poderão ser acessadas por qualquer pessoa, contribuindo para a construção de um discurso pautado nos desafios e possibilidades do professor de Educação Física na inclusão escolar.

Nesta parte procuraremos mostrar como se deu a elaboração do blog, seus objetivos, a descrição da página, a divulgação e os custos. O processo para o desenvolvimento do blog se deu através de reuniões com um profissional habilitado na área de comunicação, para a elaboração e desenvolvimento da marca que foi idealizada por nós.

1.1 Como propusemos o processo de elaboração do Blog-IN

Quando nos propusemos a desenvolver um blog, a primeira ideia foi de pesquisar na internet os meios de desenvolvê-lo e que fosse de forma gratuita. Após uma pesquisa no Google achamos uma possibilidade de trabalhar com o Blogspot, que é uma plataforma grátis acessível e prática. Mas, buscando outras alternativas, e tentando fazer algo mais bem estruturado, busquei ajuda profissional na área de comunicação e que fosse habilitado para realizar todas as fases de elaboração, criatividade, montagem e ilustração do blog. Assim, realizamos duas reuniões presenciais e nos mantivemos conectados através de conversas por aplicativo e telefone. Esse distanciamento se deu, principalmente em decorrência da COVID-19, que limitou nossos encontros presenciais e também em função de intercorrências de saúde do profissional contratado. Após as primeiras reuniões, foi pensado o que integraria a parte textual, de divisão de páginas, da logomarca e as possibilidades de cores para serem usadas no blog. Na sequência desenvolveu-se uma identidade visual e a parte de domínio e hospedagem do site.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar o blog como ferramenta dinâmica para trazer informações e interagir sobre a Educação Física e inclusão, gerando conteúdos de qualidade e que possa atingir um maior número de pessoas possível.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mostrar o quanto o blog pode ser uma ferramenta dinâmica de interação;
- Utilizar o blog como um espaço de comunicação, através dos espaços destinados aos comentários;
- Possibilitar discussão por meio do blog, sobre os assuntos relacionados à Educação Física e inclusão.

1.3 Da marca que compõem o Blog-IN

Figura 1 – Logotipo da marca Blog-IN



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

A marca faz alusão a dinâmica de inclusão relacionando uns com os outros e integrando um logotipo com três imagens representadas por pessoas segurando as mãos como gesto de união. Abaixo da imagem vem a escrita “BLOG IN”, direcionado ao nome do blog e logo depois o slogan “INCLUSÃO É O CAMINHO”, reforçando a nossa busca por um trabalho que respeite

as diferenças e atenda às necessidades dos alunos.

A cor verde escolhida diz respeito à uma pesquisa feita na internet com a seguinte pergunta: “Qual a cor da inclusão?” e faz referência ao dia 21 de setembro (resultado da conquista de movimentos sociais de 1982) - setembro verde cuja cor simboliza a acessibilidade e fortalece os laços de sustentabilidade - que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência que busca incluir em sociedade as pessoas com deficiência e neste mês são realizadas diversas ações com movimentos de conscientização sobre as barreiras sociais existentes e que devem ser superadas.

A identidade visual diz muito sobre o que queremos enfatizar e realçar. Tanto o formato, cor e escrita dizem muito sobre em quem queremos chegar e qual o nosso objetivo com o blog.

1.3.1 A escolha do nome que compõem a marca

A escolha do nome se deu em decorrência de ser um blog que traz questões sobre a inclusão por isso utilizamos “BLOG-IN”, não ter nenhum domínio disponível, ser fácil de memorizar e pronunciar. E logo depois, o slogan “INCLUSÃO É O CAMINHO” ressalta o ideário de que através da inclusão poderemos vislumbrar um caminho em que possamos entender e compreender o outro com suas reais necessidades.

1.3.2 Das páginas que compõem o blog

O blog-IN foi estruturado em três páginas, podendo ser reestruturado se houver necessidade de acréscimo de informações. Na primeira página “HOME” colocamos a Apresentação/Editorial, que traz informações sobre o produto educacional, o programa e dissertação de que faz parte:

Figura 2 – Página inicial do BLOG-IN



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Na sequência, colocamos uma parte direcionada ao nosso perfil, intitulado “Quem sou eu”, trazendo informações sobre a formação acadêmica e profissional.

Figura 3 – Quem sou eu

Quem sou

Meu nome é Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda, professora de Educação Física desde 2007, formada pela PUC-GO; Pós Graduada em Docência no Ensino Superior em 2018, pela FABEC-GO; Mestranda no PPGEEB-CEPAE-UFG, com o trabalho intitulado - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: desafios e possibilidades; Professora da rede particular de educação na cidade de Inhumas-GO, da Educação Infantil ao Ensino Médio e, atualmente, também no Ensino Superior, com ênfase nos estágios curriculares supervisionados.

Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Na parte direcionada ao “Nosso Blog e Inspirações” trazemos a parte onde podemos colocar artigos e trazer nossa bibliografia utilizada na dissertação e no produto educacional como forma de instigar mais os possíveis visitantes e leitores do blog.

Figura 4 - Nosso Blog e Inspirações



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Em outra parte, trazemos os “Objetivos do blog” divididos em três blocos: Conhecimento – fazendo uma ligação com o conhecimento científico; Integração – como espaço de comunicação entre pessoas com experiências diferentes; Integração de conteúdos – trazendo informação e interagindo através da temática desenvolvida.

Figura 5 - Objetivos do blog

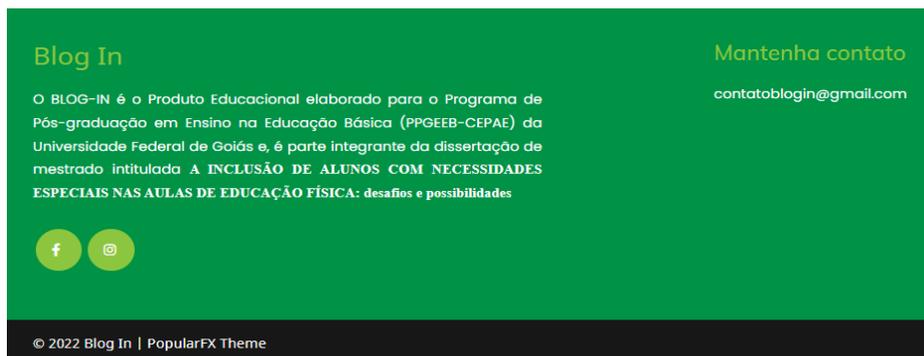
OBJETIVOS DO BLOG



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Na parte final da primeira tela ainda temos as informações de contato com e-mail – contatoblogin@gmail.com e as redes sociais associadas como Facebook e Instagram, que ajudarão na divulgação do blog, das informações de acesso e publicações.

Figura 6 – Informações de contato



Na segunda página estruturamos “Sobre nós” e “O Projeto”, para mostrar um pouco mais de informações sobre a temática a ser discutida e evidenciada na nossa dissertação de mestrado e conseqüentemente no nosso produto educacional que é o projeto desenvolvido. Aqui expomos o que pretendemos buscando caminhos para uma Educação Física mais inclusiva e que favoreça as necessidades dos alunos sobre as dificuldades.

Figura 7 – Sobre nós



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Figura 8 – O Projeto

O projeto

O BLOG-IN é o Produto Educacional elaborado para o Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-CEPAE) da Universidade Federal de Goiás e, é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: desafios e possibilidades. Sobre a minha vontade em falar sobre a inclusão na Educação Física escolar, recaí muito em suprir as lacunas da minha formação, sobre o trabalho com a diversidade, inclusão, com as deficiências e necessidades especiais dos alunos.

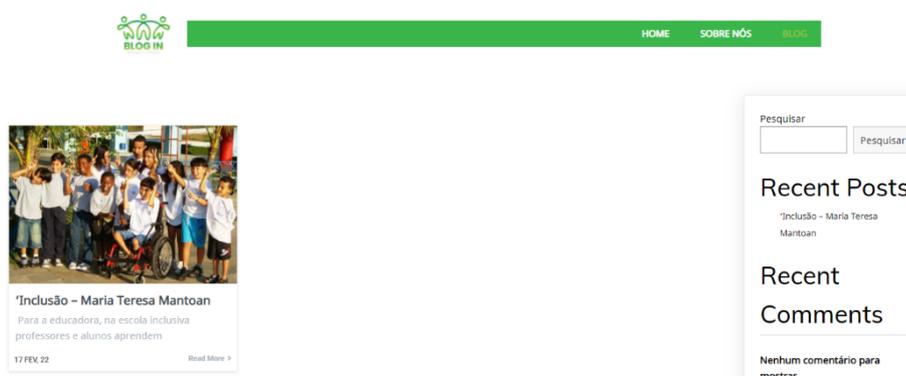
Com isso, surge a proposta do BLOG-IN, como ferramenta de publicações constantes, possibilitando um canal de informações, discussões e compartilhamento de ideias acerca da temática Educação Física e inclusão. É um meio que possibilita o acesso por todas as pessoas (professores, famílias, etc) ao conteúdo procurando caminhos para superar os desafios e buscando as possibilidades de incluir na escola.

A partir do momento em que somos chamados a vivenciar aulas com alunos que nos desafiam, a minha única alternativa, foi buscar informações e formações, que me dessem mais propriedade sobre as diferenças individuais e em como lidar com alunos que precisavam do meu olhar mais técnico e ao mesmo tempo humano. Falar de inclusão na Educação Física, tem sido muito desafiador e de muito aprendizado e reflexão, principalmente, quando retratamos o contexto histórico e nos deparamos com situações de total exclusão, tanto social quanto educacional. Precisamos melhorar muito se queremos que a Educação e a Educação Física, sejam realmente, para todos.

Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

Partindo para a terceira página foi destinado o nome de “BLOG” configurando em local para postagens com textos, vídeos e comentários, fomentando assim a participação de nossos possíveis visitantes. De início utilizamos um texto inicial da autora Maria Tereza Égler Mantoan sobre Inclusão.

Figura 9 - BLOG



Fonte: <http://www.blog-inclusao.com.br/>

1.4 Público-alvo

O Público-alvo é formado por professores de Educação Física, da Educação Básica e pessoas que se interessem pelo tema inclusão.

1.5 Como se dá a interação

Pensando num processo em que houvéssemos uma maior amplitude de acessos e de interação, a ferramenta de “Comentários” possibilita um ambiente mais próximo e com feedback mais rápido com as pessoas que visitam o blog. Está será uma ferramenta muito útil para dinamizar os conteúdos e obter uma resposta mais ágil.

A possibilidade de um cadastro de visitantes é interessante e necessária para que possam seguir publicamente o blog, e terem acesso às postagens dos materiais.

1.6 Sobre a divulgação

Esse processo acontecerá de forma dinâmica, onde poderemos disponibilizar através das redes sociais (Facebook, Instagram, etc.), grupos de estudos, profissionais da área etc. procurando captar mais pessoas que se interessem pela temática do projeto. É importante que ao acessarem o Blog-IN os visitantes emitam suas opiniões sobre os assuntos e identidade do blog. É considerável salientar que estas redes sociais são gratuitas e podem aumentar as chances de acesso ao blog.

1.7 Como acessar o Blog-IN

O blog é o nosso produto educacional escolhido por se tratar de uma poderosa ferramenta de propagação e discussão de ideias, que acontecem através das postagens e do acesso dos visitantes com seus comentários. Serve de incentivo para que outros profissionais façam o uso dessa ferramenta tecnológica como processo de abrir novas perspectivas para uma prática inovadora.

Os dados iniciais contêm o nome do blog, do autor(es), endereço eletrônico, e qual plataforma foi usada para desenvolvê-lo.

A forma de acesso ocorre através da internet, pesquisando o endereço eletrônico que será direcionado(a) para a página do blog e de seu conteúdo.

Endereço eletrônico de acesso ao blog: <http://www.blog-inclusao.com.br/>.

2 CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO

Esse produto foi viabilizado pela autora do projeto, sendo viabilizado inicialmente a montagem do blog feita por uma pessoa especializada, a hospedagem e o domínio do blog na internet. Todos os outros recursos de acesso e financeiros serão feitos pela própria autora. Abaixo seguem os valores gastos:

Tabela 1 – Custos do produto educacional

Descrição dos gastos	Valor R\$
Domínio do site	39,99
Hospedagem do site anual (dividido em 12 meses de 29,90)	358,80
Facebook e Instagram	Sem custos
Pessoa especializada	1.500,00
TOTAL	1.898,79

Fonte: Elaboração própria (2021).

O nosso cuidado sempre será o de prezar pela qualidade nas publicações e respeito com as pessoas que buscam o blog como forma de interagir de acordo com o tipo de publicação e/ou buscar informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto educacional foi elaborado a partir da pesquisa que realizamos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica CEPAE/UFG, onde buscamos contribuir com discussões acerca dos desafios e possibilidades do professor de Educação Física da Educação Básica para trabalhar a inclusão nas aulas.

Quando nos propusemos a trabalhar a temática que envolve a Educação Física com a inclusão, consideramos a importância de se ter um estudo que pudesse fortalecer as práticas pedagógicas do professor.

Neste contexto, o blog se constitui de textos, imagens, relatos, etc., que contribui informando, interagindo e discutindo ações referentes ao trabalho docente, de forma acessível.

Diante deste estudo, compreendemos o quanto as ferramentas de comunicação e principalmente, hoje em dia, as tecnológicas podem nos favorecer em relação ao acesso de pessoas a publicações. Salienta-se a rapidez das informações e as mudanças que podem ocorrer em ambiente virtual.

Cabe a nós professores buscar ferramentas que possam nos auxiliar em nossa prática pedagógica em sala de aula e, através das dificuldades enfrentadas em sala de aula ter possibilidades de enfrentamento e resolução dos problemas, tendo como um amparo o Blog-IN que poderá fornecer informações, dúvidas e discussões acerca da temática Educação Física e inclusão. É uma maneira de interagir e comunicar através de ferramentas digitais cada vez mais acessíveis e que podem servir para aqueles que buscam informações e queiram trazer suas experiências.

Ainda há possibilidades, dentro do blog desenvolvido, de acrescentar outros ícones a se explorar como: podcast – que é um recurso em formato digital podendo ser em áudio e mais recente também, apresenta-se num formato de vídeo, servindo para compartilhar conhecimentos e, que pode ser vinculado a plataformas digitais. Essa é uma forma de trazer pessoas ligadas ao tema para uma conversa informativa e exclusiva de forma gratuita.

Constatamos que ainda é relevante as discussões referidas à Educação Física e inclusão e, que há desafios a serem vistos e discutidos para que haja uma forma do professor melhorar suas ações e estratégias em sala de aula. Pensar numa Educação Física com equidade, respeitando e compreendendo as diferenças de todos na escola comum.

Esperamos que o blog, seja uma ferramenta a mais de abertura para que outros possam vir a surgir, almejando um número maior de pessoas e profissionais que queiram partilhar de suas experiências e que acreditam na Educação e na Educação Física com mais equidade.

REFERÊNCIAS

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009 1081-1102. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 28/02/2022.

MURANO, Edgard. **O texto na era digital.** Revista Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Segmento, ano 5, n. 64, fev., 2011, p. 28-33.

SILVA, Solimar Patriota; PESSANHA, Anna Paula Bahia. **A Produção Textual e as novas tecnologias: O Uso de Blogs para a escrita colaborativa.** Revista Escrita, Nº 15, 2012.